



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

COVID-19 E A COBERTURA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO
CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências
da Comunicação na especialização de Comunicação,
Televisão e Cinema

Por

Matilde Pinheiro Rodrigues Ortigão Delgado

Faculdade de Ciências Humanas

Outubro, 2023



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

COVID-19 E A COBERTURA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO
CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação na
especialização Comunicação, Televisão e Cinema

Por

Matilde Pinheiro Rodrigues Ortigão Delgado

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Rita Figueiras

Outubro, 2023

Resumo

A noção de que a pandemia da Covid-19 impôs ao quotidiano laboral dos jornalistas uma panóplia de condicionalismos não é nova. Contudo, o facto de este período ter coincidido com o primeiro semestre de 2021, durante a qual decorreu a quarta presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, atribui relevância à presente investigação. Através de uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas a seis jornalistas que cobriram o grande evento político do semestre, a Cimeira Social do Porto, procurou-se compreender, com base nas suas experiências, como se sentiram na efetivação do seu trabalho dado um contexto pandémico sem precedentes. Sendo que as presidências rotativas da União Europeia representam não só um momento com relevância para o espectro nacional, mas também europeu e até internacional, torna importante entender onde se posicionam os atores mediáticos numa circunstância que obriga a repensar o contacto com fontes, neste caso políticas, e os objetivos democráticos adjacentes. Os jornalistas entrevistados admitem constrangimentos na tecnologia adotada, nomeadamente por potenciar falta de resposta do outro lado. Ao mesmo tempo reconhecem algumas utilidades futuras. O presencial continua, ainda assim, a ser fundamental para a elaboração de reportagens que ajudam na transmissão de uma mensagem mais clara, nomeadamente quando em causa estão temas de cariz europeu, cuja complexidade exige maior cuidado.

Palavras-chave: Jornalismo; Cobertura mediática; Pandemia da Covid-19; União Europeia; Presidência portuguesa do Conselho

Abstract

The notion that the Covid-19 pandemic has imposed a panoply of constraints on the daily work of journalists is not new. However, the fact that this period coincided with the first half of 2021, during which the fourth Portuguese presidency of the Council of the European Union took place, gives this research relevance. Using a qualitative methodology based on semi-structured interviews with six journalists who covered the major political event of the semester, the Social Summit in Porto, we sought to understand, based on their experiences, how they felt about carrying out their work in an unprecedented pandemic context. Considering the rotating presidencies of the European Union represent not only a moment of relevance for the national, but also European and even international spectrum, it is important to understand where media actors positioned themselves in a circumstance that forced them to rethink contact with sources, in this case political sources, and the adjacent democratic objectives. The interviewed journalists admit to constraints in the technology adopted, namely because it leads to a lack of response from the other side. At the same time, they recognize some future uses. Even so, face-to-face reporting is still essential to help convey a clearer message, particularly when it comes to European issues, the complexity of which requires greater care.

Key words: Journalism; Pandemic; Covid-19; European Union; Portuguese presidency of the Council

Agradecimentos

Começo por agradecer à Professora Doutora Rita Figueiras, pela compreensão com que encarou cada dificuldade, e apoio desde o primeiro momento.

Agradeço também aos restantes Docentes e Colegas com quem me fui cruzando pelos corredores da Faculdade de Ciências Humanas, por me fazerem perceber que o barco não seguia sozinho.

Ao Tomás, pela capacidade de perceber que o tempo fora de nós representou apenas uma pequena fração daquela que será a nossa vida em conjunto. Por ter acreditado mais em mim do que eu, e por ter tido a paciência e o amor para ler cada linha que se segue.

Aos meus pais, Aline e António, por ecoarem orgulho em todas as menções que fazem com o meu nome. Pela educação que me deram, e por aquilo que em mim sempre investiram, esta dissertação também é vossa.

Aos meus irmãos, Margarida e António, por serem a memória mais bonita que tenho de todas as fases da minha vida. Em vocês, reconheço a resiliência que procuro ter todos os dias.

À minha avó Helena, mulher e mestre no seu tempo. E ao meu avô Vergílio, que guarda numa pasta todos os artigos que escrevi.

Aos meus amigos, especialmente àqueles que me foram acompanhando neste árduo processo, e me motivaram, sem saber, através da companhia e horas partilhadas em silêncio.

À Carolina, pela transparência nas palavras e por encontrar tempo dentro de si para se preocupar comigo.

Aos jornalistas que responderam a todas as minhas inquietações e que, por isso, tornaram possível a concretização deste trabalho. E ao Ricardo, por ter sido a pessoa que mais esperou textos meus, com confiança de que os entregaria sempre. Este é só mais um.

Índice

Introdução.....	1
1. A relação entre a política e os media.....	4
1.1. Primeira era: Política no cerne	5
1.2. Segunda era: Interdependência.....	6
1.3. Terceira era: O jogo mediático e as suas regras	8
1.4. Quarta era: Reestruturação do sistema com a emergência da lógica digital	10
2. O impacto da pandemia da Covid-19 na comunicação política	13
2.1. Disrupção do espaço mediático.....	14
2.2. Novas formas de fazer jornalismo.....	16
2.3. Adaptação da comunicação política	23
3. A esfera pública europeia.....	32
3.2. Queda da Comissão Santer e o investimento na comunicação	38
3.3. Crise constitucional	41
3.4. Portugal na União Europeia: Os marcos históricos de 1992, 2000 e 2007	44
3.5. Política de comunicação: Comissão Barroso	49
4. Metodologia da Investigação	53
4.1. Pergunta de partida, questões e objetivos de estudo	54
4.2. Método e técnicas de investigação	55
4.3. Entrevista semiestruturada	56
4.3.1. Guião de entrevistas	56
4.3.2. Identificação e seleção dos participantes	58
4.3.3. Procedimento de contacto e recolha.....	58
5. Apresentação de resultados	59
5.1. Análise e discussão.....	60
5.1.1. Presidência portuguesa em contexto de pandemia na perspetiva jornalística... ..	61

5.1.2. Contacto com fontes políticas	66
5.1.3. Propósito democrático da cobertura.....	69
Conclusão	76
Bibliografia.....	78
Apêndices	88
Apêndice A. Guião de Entrevistas	88
Apêndice B. Entrevista ao Entrevistado I – Editor na Agência Lusa	89
Caracterização do Entrevistado I.....	89
Condições de realização da entrevista.....	89
Transcrição da entrevista.....	89
Apêndice C. Entrevista ao Entrevistado II – Editor na Rádio Renascença.....	96
Caracterização do Entrevistado II	96
Condições de realização da entrevista.....	96
Transcrição da entrevista.....	96
Apêndice D. Entrevista ao Entrevistado III – Correspondente na Agência Lusa	103
Caracterização do Entrevistado III.....	103
Condições de realização da entrevista.....	103
Transcrição da entrevista.....	103
Apêndice E. Entrevista ao Entrevistado IV – Correspondente na RTP	114
Caracterização do Entrevistado IV	114
Condições de realização da entrevista.....	114
Transcrição da entrevista.....	114
Apêndice F. Entrevista ao Entrevistado V – Correspondente no Expresso e SIC Notícias	123
Caracterização do Entrevistado V	123
Condições de realização da entrevista.....	123
Transcrição da entrevista.....	123
Apêndice G. Entrevista ao Entrevistado VI – Editor no Observador.....	131
Caracterização do Entrevistado VI.....	131

Condições de realização da entrevista.....	131
Transcrição da entrevista.....	131

Índice de Figuras

Figura 1 - Constituição do triângulo institucional europeu (elaboração própria)	34
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Guião de entrevistas	58
---------------------------------------	----

Introdução

A identidade jornalística tem vindo a ser moldada, ao longo dos séculos da sua existência (Figueiras 2017), sob a índole democrática. Na sua génese está, por isso e por prestar serviço às pessoas (Serrano, 2006), um profundo alicerce às necessidades sociais. No entanto, o aparecimento da Covid-19 trouxe consigo uma nebulosa e repentina crise no seio mediático tradicional. Acompanhando o compasso da propagação pandémica, a procura por informação tornou-se cada vez mais urgente e profundamente mergulhada numa incerteza social global.

Ainda que a tecnologia, que desde o surgimento da internet dava sinais das necessidades advertidas pela descentralização da procura informativa que passava a ser feita com maior frequência *online*, nada previa uma aceleração tão imediata do seu fluxo. Os meios, desprevenidos, careceram de ferramentas responsivas e os jornalistas viram-se obrigados a reinventar a sua forma de trabalhar, levando a redação para casa, os pormenores de reportagem para trás do computador, e os encontros com fontes para a linha telefónica.

Gradualmente, a resposta foi chegando numa terminologia plural. A União Europeia e os seus Estados membros delinearam uma estratégia supranacional que resultou num combate conjunto a uma crise concomitantemente infodémica. Um dos momentos-chave foi a concretização do Certificado Digital, que decorreu conquanto Portugal exercia a quarta presidência do Conselho da União Europeia.

O Governo português conseguiu, com a Cimeira Social do Porto e depois de meses de um isolamento imposto à sociedade civil, fazer regressar os eventos presenciais com cobertura mediática no local. Os olhos da população colavam-se à janela televisiva e digital que se abria perante um primeiro semestre de 2021, em que Portugal liderava o pelotão europeu sob a pressionada responsabilidade de preconizar o início do fim da pandemia. A agenda política estava traçada. Vinculativamente, a mediática também.

Mas as condições de trabalho jornalístico alavancadas pela pandemia, obrigaram a uma nova estrutura do sistema. E é esse o propósito do estudo da presente investigação. Compreendendo a relação dos media com a política e as suas alterações no contexto da pandemia da Covid-19, torna-se relevante perceber como é que se fez a cobertura mediática de um evento político de escala internacional, no mesmo momento em que se trabalhava para dar uma resposta europeia a um tema de competência nacional.

Neste seguimento, a presente investigação desdobra-se na seguinte pergunta de partida: “De que modo a pandemia condicionou a cobertura jornalística da presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia?”. Sob o intuito de responder, estabeleceram-se os seguintes objetivos de investigação:

1. Identificar a diferença nos ritmos do trabalho jornalístico num novo contexto trazido pela pandemia;
2. Compreender de que forma se alterou a relação com as fontes políticas;
3. Perceber o propósito democrático na cobertura de temas europeus.

Para desconstruir os eixos assinalados, o presente estudo é realizado tendo por base um esquema metodológico em que se aplica métodos de estudo qualitativos, através do delineamento e posterior condução de entrevistas semiestruturadas a jornalistas.

Esta dissertação estrutura-se com três capítulos teóricos, que recorrem à literatura existente sobre a matéria em causa; e dois capítulos empíricos, com o desenvolvimento metodológico e respetivos resultados. Tendo isto em conta, no Capítulo 1 esquematizamos a evolução da comunicação político-mediática, por forma a recolher o enquadramento histórico do tema.

O Capítulo 2 incide sobre o aparecimento da pandemia da Covid-19, focando na maneira como o jornalismo ficou sujeito à alteração dos seus ritmos e aceleração dos impactos previamente sentidos pelo desenvolvimento tecnológico. Afunilando depois para a adaptação da própria comunicação política, criando uma ponte para aquilo que foi revisitado no capítulo anterior.

À componente teórica da investigação, junta-se ainda o Capítulo 3, que se debruça essencialmente sobre dois pontos. Num primeiro momento, desenvolve-se uma narrativa descritiva daquele que é o funcionamento da política europeia e respetivo processo legislativo, funcionando como rampa para um foco mais profundo daquela que é a história de Portugal na União Europeia, e como se desenrolaram as três presidências portuguesas que antecedem à de 2021. De seguida, abordamos o investimento numa política de comunicação a nível europeu, por forma a contextualizar a relação vertical de instituições para órgãos de comunicação social.

Depois desta teorização, o Capítulo 4 serve para apresentar a metodologia usada para a concretização da investigação, seguida do Capítulo 5, que funciona como espaço para a análise, representada pela apresentação e posterior discussão dos resultados obtidos. Na

conclusão, regressamos à nossa questão de investigação e propomos uma resposta à pergunta que orientou esta pesquisa.

1. A relação entre a política e os media

Entre o jornalismo e a política existe, segundo Serrano (2006: 64), uma desenvolvida “relação simbiótica” dada a dependência que um tem sobre o outro. Este argumento desponha do pressuposto de que a política precisa dos atores que controlam a agenda mediática e, indissociavelmente, dos seus recursos, para atingir o objetivo de se tornar visível na esfera pública. Já os media, em contrabalanço, precisam das instituições políticas para obterem a própria informação que escrutinam. Por outras palavras, o jornalismo serve o propósito político de obtenção de visibilidade; da mesma maneira que a política serve o jornalismo enquanto fonte oficial na produção de conteúdos inerentes da sua agenda. Contudo, existe, nesta codependência, um paradoxo. Ainda que uma instituição sirva os propósitos da outra, o jornalismo constitui, desde o século XVIII, um quarto poder nas sociedades democratizadas¹. Continuando na linha de pensamento de Serrano (2016: 64), o jornalismo deve agir em benefício do interesse público e na subsequente preservação democrática, regendo-se pela transparência que o torna num “poder equilibrador dos outros três poderes – executivo, judicial e legislativo”. Subentende-se, portanto, que os atores mediáticos, cumprindo plenamente o seu propósito, não obedecem inequivocamente ao alinhamento da agenda que a política lhes oferece para mediatizar. Aliás, são os atores políticos que se veem, hoje, num jogo mediático desenhado à lógica dos media. Em contrapartida, tal é a complexidade desta relação, que levou alguns investigadores a crerem no oposto, vendo o próprio jornalismo como uma extensão do poder político. Na verdade, fica claro na interpretação de Figueiras (2017) que a relação político-mediática decorre de transformações ao longo das mesmas eras em que os media assentaram a sua identidade. “A convicção de que o jornalismo desempenha um papel político na sociedade” não é, por isso, nova (Serrano, 2006: 64) e o seu processo de desenvolvimento divide-se em quatro períodos distintos.

Para estudar esta relação, “é difícil separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de comunidade e, posteriormente, de democracia” (Bastos, 2015: 93). De facto,

¹ Entende-se, por “sociedades democratizadas”, sistemas nos quais “os governantes são responsabilizados pelas suas ações na esfera pública” (Moury, 2016: 49). O cidadão detém, por isso, o direito e dever de “recompensar ou penalizar os decisores políticos através de eleições livres e justas” (*ibidem*) tirando partido do seu direito à informação, providenciado por órgãos de comunicação social igualmente livres e pluralistas. Ao longo do trabalho, abordaremos a relação político-mediática tendo como base as sociedades democratizadas já que, por exemplo, regimes ditatoriais não zelam por direitos como a liberdade de expressão, o que faz com que o jornalismo não detenha condições para a efetivação plena do seu trabalho.

apesar de sob análise estarem os comportamentos dos atores políticos e mediáticos, nenhum dos dois atua sem considerar o terceiro eixo que está na base dessa relação que se apresenta dual: a sociedade civil. Neste sentido, todo o processo de desmembramento da relação entre os media e a política gravita em torno de um triângulo composto pelo sistema político, mediático e os intervenientes da vida cívica.

1.1. Primeira era: Política no cerne

Num primeiro momento, a comunicação política era detida pelos próprios atores políticos, que se encontravam no centro da vida em sociedade, representando a principal entidade proporcionadora de debates entre e com os cidadãos, em prol da implementação de reformas sociais. Isto acontece num período pós-segunda guerra mundial, durante a qual a Europa se viu governada por regimes totalitários que usavam os meios de comunicação como objeto de propaganda. Findo este período, que resultou na prevalência da democracia liberal, os primeiros partidos democráticos viram-se no seu auge, numa “Era Dourada” (Janda & Colman, 1998). Detentora da confiança popular, “a política europeia foi moldada por partidos de adesão em massa” (Janda & Colman, 1998: 612), o que atribuía, portanto, às instituições políticas, um elevado nível de confiança. Os cidadãos, por sua vez, enquanto vértice comum às relações político-mediáticas, relacionavam-se com a política através de identificações firmes e duradouras (Blumler e Kavanagh, 1999). Posto isto, e olhando para o novo sistema político como um garante da paz, este elevado grau de confiança fez-se acompanhar de um consenso generalizado (Hallin, 1992), que dava a credibilidade necessária para que estas instituições guiassem a sociedade. Neste sentido, a política, exatamente por crescer dentro de uma enorme bolha de credibilidade e confiança, fruía de um acesso direto aos media, detendo o controlo da sua própria visibilidade. Por este motivo, através da imprensa escrita, foi dada a oportunidade aos atores políticos de se mediatizarem para fora, como explica Thompson (2005), saindo de um círculo de influência quase circunscrito às elites. No entanto, e ainda assim, a política já não era materializada, como fora em tempos, segundo a ideologia habermasiana, em cafés e salões literários. Era nestes espaços públicos que os cidadãos, cuja maioria pertencia à burguesia, se reuniam “informalmente para discutir questões de interesse público”, concretizando, nestas políticas de café, a opinião pública (Baptista Ferreira, 2018: 190). A evolução tecnológica espoletou, contudo, uma nova era sociológica: a domesticação; que leva o mediatismo para dentro de casa dos cidadãos, primeiro através da rádio e, depois, da televisão.

1.2. Segunda era: Interdependência

Desta feita, os políticos aproveitaram a audibilidade e visibilidade gerada pelos “novos meios de comunicação (...) para fabricar uma autoimagem que poderia ser transmitida em locais distantes” (Thompson, 2005: 36) e com a qual poderiam moldar uma relação mais íntima com o eleitorado, potenciando as suas intervenções através da retórica e linguagem corporal.

“Com o advento da rádio, foi possível aos líderes políticos falar diretamente a milhares, e até milhões, de pessoas, de uma forma que permitiu um tipo distinto de intimidade. (...) Dada a capacidade da televisão para transmitir imagens de perto, os indivíduos começaram a poder escrutinar as ações e afirmações dos seus líderes - as suas expressões faciais, aparência pessoal, maneirismos e linguagem corporal, entre outras coisas - com o tipo de atenção que outrora era reservada”² (Thompson, 2005: 38)

No seguimento da predominância televisiva, de onde emerge uma nova visibilidade, as formas de mediatização deixaram de ser recíprocas. Ao mesmo tempo que potencia aos atores políticos um maior usufruto do seu espaço mediático, as instituições políticas viram-se também forçadas a profissionalizar a sua comunicação. Isto porque a mudança de paradigma mediático retirou a política do centro da sociedade, que se centraliza agora, e mediaticamente, no meio televisivo e respetivos ritmos. Ou seja, se numa primeira fase da relação político-mediática eram os primeiros quem controlava a agenda, nesta segunda acresceu a consciência de que, apesar da televisão conseguir “fazer chegar o mundo da política ao indivíduo comum” (Baptista Ferreira, 2018: 172) trespassando um setor previamente menos exposto aos fluxos informativos, os agora cidadãos informados, que se alargam além elitismos, são dotados de competências de escrutínio direto. Isto alarma, quase que inevitavelmente, as instituições políticas. Quando detinham a confiança e respetivo controlo da esfera mediática, os atores e líderes políticos aproveitavam o espaço que lhes era conferido para falar sobre temas de seu domínio e interesse próprio (Blumler e Kavanagh, 1999). Agora, com luzes e holofotes escrutinadores sobre eles expostos, aquando das intervenções transmitidas em tempo real numa janela direta para a sociedade, devem

² “The ways in which political leaders appeared before others was shaped by the changing forms of visibility and audibility created by the media. With the advent of radio, it was possible for political leaders to speak directly to thousands and even millions of others, in a way that allowed for a distinctive kind of intimacy (p38) given the capacity of television to convey close-up images, individuals could scrutinize their leaders’ actions and utterances – their facial expressions, personal appearance, mannerisms and body language among other things – with the kind of close attention once reserved for those with whom one shared an intimate personal relationship” (Thompson, 2005: 38)

responder ao julgamento do seu eleitorado. A televisão e a política tornaram-se, deste modo e segundo Baptista Ferreira (2018: 172), “instituições complementares, num estado de dependência mútua”. Por seu turno, é também nesta altura que o jornalismo entende e assume o seu papel enquanto garante democrático, fazendo cair a lealdade partidária outrora irrefutável. Desta feita, abre-se uma nova era da comunicação política, na qual as duas esferas partilham poder, tal como se prevê nas democracias representativas – “compostas por jogos de poder” (Baptista Ferreira, 2018: 172).

Esta mudança, como supramencionado, subordina parcialmente os atores políticos a um jogo orquestrado pelos media. Parcialmente no sentido em que os media não se sobrepõem à política, ou a política se subjuga a eles. Nesta era, que data o seu começo nos anos sessenta, as partes posicionam-se em pé de igualdade, estabelecendo uma relação codependente e negocial: os media precisam de conteúdo para ocupar espaço mediático; e a política precisa desse espaço. Claro está que, para o ocuparem, as instituições políticas devem gerar informações úteis que contribuam para o moldar da opinião pública, e a quem cabe essa seleção é, precisamente, aos jornalistas. Destarte, esta negociação torna os políticos suscetíveis ao erro, mais do que antes, por funcionarem agora “sob a pressão constante para gerar graus de visibilidade suficientes para as suas operações” (Trenz, 2013: 38). Além disso, não basta ocupar espaço mediático, torna-se necessário gerar “boa imprensa”, como assim o define Figueiras (2017: 39). Por outras palavras, os atores políticos procuram que esse espaço seja tratado através de ângulos lisonjeiros para a sua imagem na esfera pública, e se o horário em que essa visão é transmitida lhes conferir maior alcance, melhor. No entanto, para fazer esta leitura mediática de como tirar melhor partido da nova visibilidade assegurada pela televisão, a política sofre uma reorganização institucional, ao criar estruturas especializadas na lógica dos media. Dá-se, por isso, uma aposta em assessores de imprensa que conduzam os seus atores por uma política de guião (ex. preparação de entrevistas; ou conferências de imprensa); na comunicação direta com os cidadãos, obedecendo aos *timings* televisivos (ex. usufruindo do horário nobre); monitorização da cobertura mediática (ex. entender que imagem está a ser publicitada, bem como a imagem de atores pertencentes à oposição); e a transformação de eventos políticos, em eventos mediáticos (ex. Cimeira Social do Porto, que aprofundaremos a seguir).

Entende-se, assim, que nesta segunda era os atores políticos assumem uma ação ativa e não somente reativa na relação que mantém com os órgãos de comunicação social, dada à

fixação da televisão que “se tornou ubíqua e com um estatuto incontornável” (Baptista Ferreira, 2018: 172). Este fenómeno fez com que, nas democracias representativas, não se voltasse a permitir que a política ocorresse sem ou fora de um olhar mediador. De tal forma que pouco faltou para que este olhar mediador fosse resultado de uma interação direta entre governantes e governados.

1.3. Terceira era: O jogo mediático e as suas regras

Inicia-se, nos anos noventa, uma terceira era da comunicação política, trazida por uma também nova transformação sociológica designada por digitalização, que metamorfoseia o político-mediatismo. Através de um novo veículo, o velho modelo de comunicação política, que se centralizava na relação entre jornalistas e políticos, dá assento a um outro condutor: a internet; que por sua vez era crida como uma renovada promessa política (Baptista Ferreira, 2018).

Durante a maior parte do século passado, a comunicação política era detida por dois atores. De um lado, os que geram mensagens (*agenda setters*); de outro, os que as disseminam através de um rigoroso escrutínio (*gatekeepers*). Respetivamente, cada um destes atores é constituído por políticos e jornalistas, que se relacionam, ainda que com objetivos diferentes, com o mesmo propósito de chegar à esfera pública. No entanto, a estabilidade dessa relação, desafiada pelas eras anteriormente caracterizadas, começou a abalar. Primeiro, caiu a credibilidade política que lhe conferia o controlo da agenda; depois, o monopólio jornalístico de delineamento de critérios que asseguravam o valor-notícia. Cada uma dessas quedas dá origem a uma nova fase na comunicação política, sendo que a última foi empurrada pelo surgimento de novos media, distribuídos em espaços digitais comuns para uma sociedade em rede. Tal feito renovou “as esperanças num aprofundamento da qualidade das práticas de cidadania e da vida democrática” (Baptista Ferreira, 2018: 176). Existindo um espaço aberto à sociedade civil, acreditava-se que as pessoas se aproximariam da política, contribuindo, ativamente, para o debate e dinamização da opinião pública. Desta forma, os novos propósitos da internet não vinham substituir os media preexistentes, mas sim reorganizá-los, abrindo não só caminho por entre as redações enquanto ferramenta de trabalho (Deuze, 2006), mas também como “rampa de lançamento onde as pessoas podem participar com novas informações” (Bastos, 2012: 289). Aumentar-se-ia, assim, o campo da participação política e, subsequentemente, surgiriam novas oportunidades ao paradigma da mediatização (Marcinkowski, 2014; Baptista Ferreira, 2018). Contudo, pareceu escassear o

alerta para as largas consequências desta mudança, nomeadamente no que respeita ao jornalismo que, enquanto quarto-poder e garante democrático, teria de ser agora repensado na era digital (Bastos, 2015).

Numa altura em que todas as instituições sociais passam a ser instituições de media (Altheide & Snow, 1991), e partindo do pressuposto que as instituições político-democráticas são, concomitantemente, sociais, dado o seu atributo de delineamento de estratégias para a resolução de problemas que resultam em tomadas de decisão em detrimento do bem-estar social, a mediatização torna-se parte integrante da cultura política. Os media aprofundam, nesta terceira era, a sua importância enquanto meio político para atingir o fim cimeiro – a visibilidade pública, agora sinónimo de visibilidade mediática, conduzida pelas suas regras (Thompson, 2005). Contudo, estes novos media abrangem também novos formatos, conteúdos, gramáticas e ritmos, de tal forma que os próprios atores políticos se veem na capacidade de entrar novamente no centro da sociedade, reunida numa bolha digital, e coabitar diretamente com o seu eleitorado. Pode assumir-se, por isso, que, em certa medida, a política volta a assumir as rédeas da sua imagem, através de uma auto-mediatização. Ora, reestruturada a instituição política, que recorre a uma “assistência profissional” detentora de “competências específicas para (...) comunicações persuasivas” (Blumler e Kavanagh, 1999: 213), a sua lógica procura adequar-se à lógica mediática, de modo que se reúnam, então, ferramentas para a sua antecipação na ação política. Os seus atores viram-se, portanto, e mais do que alguma vez haviam sido, obrigados a readaptar a sua estratégia e a submeter-se a um jogo desenhado pelos media, de modo a poder entendê-la e, subsequentemente, controlá-la. Por este motivo e como anteriormente referido, apesar de paradoxal, esta não se trata de uma relação de submissão, dada a sua componente estratégica que faz com que os atores políticos se aproveitem dos media com o propósito de promover a sua agenda e alcançar o objetivo de controlo da sua própria visibilidade. Neste sentido, e segundo Trenz (2013: 38), “política democrática nunca é apenas vítima da mediatização, ou sujeita a ela; não é subordinada aos media ou colonizada por eles. Existe, ao invés, uma correlação específica”.

Em contrapartida, este processo de mediatização modifica a forma e a substância da comunicação política e das partes que a compõem. Voltando a pegar na reflexão acima, a pulverização dos meios contribuiu para uma descentralização da busca informativa (ou seja, relação entre quem procura - cidadãos – e quem dispõe conteúdo - media). Apesar de o salto

tecnológico resultar numa nova proliferação dos principais meios de comunicação e conferir neles maior “ubiquidade, alcance e celeridade” (Blumler e Kavanagh, 1999: 213), gerir estes novos ritmos no fluxo e circulação de informação, começou a dificultar o escrutínio jornalístico.

1.4. Quarta era: Reestruturação do sistema com a emergência da lógica digital

Axel Bruns (2005) introduz um novo conceito que vem substituir a ideia de jornalismo na sua qualidade de *gatekeeper*, passando a assumir um papel menos interventivo – o *gatewatching*; que abordaremos no capítulo seguinte. Tal é a hibridez com que, hoje, se dissemina conteúdo, que a própria definição de notícia e o seu valor são postos em causa. Ainda que surja uma nova corrente dedicada ao digital (ciberjornalismo), a intensidade do seu trabalho é, em geral, e partindo do princípio que “informação de qualidade é uma informação com verdade” vinculada à realidade e ao rigor (Sousa, 2009: 2), incompatível “com a profundidade e a contextualização necessárias a um jornalismo de qualidade” (Bastos, 2015: 97). Inicia-se, assim, o tempo da marginalização da profissão (Bastos, 2015) e da subsequente morte das notícias (McNair, 2000).

Consequência direta deste “jornalismiscídio” (Bastos, 2015: 103) é o déficit democrático. Conforme anteriormente mencionado, se o jornalismo funciona enquanto *watchdog*³ da sociedade, e o exercício do seu poder está em causa, então também está a democracia que, para funcionar na sua plenitude, pressupõe de cidadãos informados, detentores de um discernimento consciente. No entanto, com o advento da internet, Bennett e Pfetsch (2018: 250) refletem sobre uma comunicação política contemporânea, que “ocorre cada vez mais em contextos definidos pela atenção diminuída do cidadão”. Este fenómeno, inverso à utopia do que se acreditava ser o sistema político aquando da emergência das plataformas digitais, é resultado não apenas da polarização de conteúdos políticos em rede, mas também de uma informação “progressivamente autosseleccionada” (Baptista Ferreira, 2018: 178). Esta autosseleção, por sua vez, é produto de uma monitorização constante dos padrões de uso dos perfis de utilizador. Deste modo, geram-se dados posteriormente interpretados e partilhados, despontando uma experiência *online* individual e personalizada.

³ Não tendo uma tradução direta para o português, o conceito de “watchdog” trata-se, no quadro das sociedades democráticas, de uma função ou papel assumido pelos media, que se tornam responsáveis por garantir que o Estado age em conformidade moral e legal.

Jose van Dijck (2014), investigadora de media e sociedade digital, alerta para a confiança cega com que se encara este tráfico de dados (o “novo petróleo”), advindo então da crença de que essa recolha, interpretação e partilha de informação pessoal, tem o propósito maior de proporcionar uma melhor experiência *online*. Este entusiasmo popular tornou, por isso, “mais difícil uma avaliação sóbria dos complicados efeitos políticos da Internet” (Hindman, 2009: 5), limitando a própria liberdade individual, assente, a contexto desta discussão, no direito à informação e a “uma identidade própria” (Baptista Ferreira, 2018: 185). Isto porque, tal é a facilidade com que as instituições políticas acedem a estas personificações de perfis, que o caminho para uma manipulação de massas viabiliza-se, tornando o uso de algoritmos num mecanismo de uma “importância política irrefutável” (Baptista Ferreira, 2018: 199). Exemplo disso foi a campanha pró-Brexit⁴, cuja corrente populista sufocou o mundo da política e dos media numa onda antigovernamental. Durante este período em que se discutia a permanência, ou não, do Reino Unido na União Europeia (UE), “grandes volumes de notícias falsas foram massivamente difundidos por contas do Twitter automatizadas e algoritmos do Facebook” (Baptista Ferreira, 2018: 200). Entra-se, assim, numa crise de credibilidade jornalística.

Embora, no ponto de vista de Marcinkowski (2014), a reconstrução da mediatização tenha surgido enquanto resposta a um défice resultante de uma notória falta de atenção pública, as patologias democráticas pareceram apenas acentuar-se, potenciando, ao invés, “oportunidades e armadilhas para o público entrar no mundo político” (Blumler e Kavanagh, 1999: 220).

"O mito é simples: por haver abundância de espaço *online* e porque os media funcionam a uma determinada velocidade, tal irá expandir as notícias que lemos ou ouvimos, abrirá as nossas mentes, capacitar-nos-á para monitorizar e responsabilizar os poderosos, e, por fim, facilitará e manterá a deliberação – sendo estes fatores críticos para o funcionamento da democracia. No entanto, nem o jornalismo nem a Internet criam a democracia, nem inversamente o jornalismo e a Internet são produto da democracia.” (Baptista Ferreira, 2018: 166)

Por seu turno, os atores político-democráticos veem-se também eles suscetíveis a cair em armadilhas, já que os novos media, além de “usados para os promover e celebrar”, podem, da mesma forma, “atacar e denunciar” (Thompson, 2005: 39). Emerge, assim, entre

⁴ “Brexit” é o nome com que se apelidou o incidente político protagonizado pelo Reino Unido aquando da sua saída da União Europeia. Esta representou a primeira vez que um Estado membro pediu perda de estatuto de país comunitário

os media e a política, uma dualidade relacional de cumplicidade e, concomitantemente, confronto. O facto de os atores políticos se encontrarem em zonas digitais comuns, que limitam constrangimentos de tempo e de espaço, potencia uma solidificação da sua própria relação com o cidadão comum, cimentando uma confiança há muito diluída (política de confiança). Por outro lado, há em simultâneo uma monitorização minuciosa da ação política, na qual os seus atores, sob consequência de uma despolitização, ficam sujeitos à perda de privacidade.

Existe, portanto, um antagonismo na terceira era da comunicação política. Embora a crença, aquando dos primórdios da sua existência, assente na premissa de que as “novas fontes de informação *online* tornariam os cidadãos mais informados sobre questões políticas” e, por sua vez, “ajudariam a trazer cidadãos passivos à participação política” criando um “palco de fóruns dedicados ao debate político” (Baptista Ferreira, 2018: 180), não é certo afirmar que esta renovação tenha efetivamente contribuído para uma democracia conversacional. É facto que os novos media geraram maior conectividade e proporcionaram uma rede não hierárquica de vozes na discussão política, contudo, “toda esta cultura de abertura permite aos cidadãos competir com os jornalistas na criação e na disseminação de informação política” (Baptista Ferreira, 2018: 180). Fala-se, assim, numa crise na comunicação política e, mais aprofundadamente, no jornalismo político.

A sociedade civil tem à sua disposição um enorme leque de fontes que recaem “cada vez menos no jornalismo profissional” (Bastos, 2015: 99). Isto gera, por sua vez, disparidades mais expressivas nos “pontos de vista pessoais sobre a realidade” (*ibidem*). Este diálogo potência, de igual modo, fenómenos como a espiral do silêncio, “em que a vontade de discutir questões políticas é impedida, de forma indireta, pela perceção de níveis elevados de discordância” (Baptista Ferreira, 2018: 197). Ou seja, ao verificarem que os “amigos e seguidores *online* discordam maioritariamente do seu ponto de vista” (*ibidem*) os indivíduos acabam por inibir a sua opinião mesmo em contextos *offline*. Este fenómeno serve, de igual forma, como antítese à utopia de que a comunidade civil ia aproximar-se da ação política, contribuindo para uma maior discussão democrática.

O que se pode retirar desta constante transformação da comunicação política é que, nas palavras de McNair (2000), os media são política e a política é os media. Pelo menos, a política moderna que, no seu quase todo, é política mediatizada. “Neste novo regime as ações políticas são sistematicamente legitimadas pelo facto de se terem subjugado às regras

do sistema dos media” (Figueiras, 2017: 84), originando uma estrita dependência de uns em relação aos outros. No entanto, e como a variação entre eras o comprova, os contextos em que se desenrola a vida em sociedade acaba por pesar aquando do balanço desta interdependência. Exemplo mais recente disso foi a pandemia da Covid-19 que acabou por obrigar à suspensão de todas as atividades presenciais. Os media tornaram-se, por consequência, a única janela direta para o mundo.

Segundo Casero-Ripollés (2020), as crises sanitárias tendem a reforçar a centralidade da informação como uma ferramenta para reduzir a incerteza e a ansiedade. Isto fez com que os atores mediáticos voltassem a assumir, durante a pandemia, um papel central e indispensáveis na procura, verificação e partilha de respostas (Lopes et al., 2021b), através de um tratamento da informação que se torna arma neste combate ao vírus. Alicerçados à responsabilidade acrescida, vieram os desafios que, como veremos, relevaram a discussão sobre as novas formas de efetivar este trabalho. Sob imposição da distância sanitária que retirava os jornalistas não só das redações, mas da cobertura presencial de eventos, abriram-se novos espaços comuns na esfera digital.

2. O impacto da pandemia da Covid-19 na comunicação política

A relação que está na base originária da comunicação política é tripartida pelos seguintes vértices: 1) a política; cuja ação procura nos órgãos de comunicação social um acesso direto ao eleitorado – cidadãos - através da visibilidade que potenciam; 2) os jornalistas; que enquanto atores mediáticos procuram nos atores políticos fontes de informação que atribuam às notícias que reproduzem veracidade credível, para que consigam cumprir, na sua plenitude, o propósito de informar os cidadãos, sendo essa a sua responsabilidade democrática; 3) e, claro, como subentendido, os cidadãos; que procuram nos meios de comunicação informação fidedigna para que as suas escolhas de orientação política sejam transparentes e de acordo com aquilo em que acreditam. Com base na literatura apresentada no capítulo anterior, compreende-se que este último representa a base que sustenta as restantes duas ramificações da evolução político-mediática.

Por este motivo, e pelo que previamente detalhado, compreende-se que a maneira como estes três vértices se relacionam é impulsionada pelo contexto em que os mesmos se inserem – tal o comprova o desenvolvimento tecnológico. Tendo isto em conta, torna-se necessário perceber o contexto determinado por um passado recente que trouxe para todas

as esferas (pública, mediática e política) um novo desconhecido: o vírus SARS-CoV-2, comumente conhecido por Covid-19.

Ganhou palco em Wuhan no cair da cortina do ano 2019, mas pouco tempo foi preciso até que o novo coronavírus se dissipasse, marcando entrada na Europa no final de janeiro de 2020. O alarme disparou, ao lado do número crescente de casos, numa União Europeia (UE) desprevenida que, nesse mesmo ano, começaria a apanhar os estilhaços do Brexit. Instalado o cenário de emergência na saúde pública, a pandemia é oficialmente decretada pela Organização Mundial de Saúde a 11 de março de 2020, nove dias depois de Portugal ser introduzido na contagem, aquando do registo do primeiro caso positivo de Covid-19 no país.

Na interpretação de Moreira (2020), os representantes políticos portugueses, Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e Primeiro-Ministro António Costa, inauguraram, a 18 de março de 2020, o tempo pandémico em Portugal de forma direta e objetiva, com a Declaração do Estado de Emergência (DEE) a vigorar a partir do dia seguinte. Renovado por duas vezes (a 3 e a 17 de abril), o Estado de Emergência chega ao fim 45 dias depois, com o afirmar do Estado de Calamidade Pública. Nesse tempo, durante o qual o país viveu em confinamento, ficaram suspensas todas as atividades presenciais e os media, nas suas várias formas e formatos, tornaram-se a única janela direta para o mundo.

Ora, as crises sanitárias em geral, e a pandemia da Covid-19 em particular, vêm reforçar a centralidade da informação como uma ferramenta para reduzir a incerteza e a ansiedade (Casero-Ripollés, 2020) de uma população fragilizada, obrigada a ficar no recobro das quatro paredes de sua casa. Por isso mesmo, os media tornaram-se fonte primária de informação (Mheidly & Fares, 2020) e os órgãos de comunicação social viram maior peso na sua qualidade enquanto aliados indispensáveis nas respostas públicas a emergências (Lopes *et al.*, 2021b). Isto porque os jornalistas assumiram uma verdadeira posição nas trincheiras de uma guerra cujo oponente, além de invisível, era desconhecido. Entre o vírus e a população estava, por isso, a maior arma de combate: a informação.

2.1. Disrupção do espaço mediático

Ainda que a chegada da Covid-19 a Portugal date os primórdios do mês de março, a criação de uma “disrupção no sistema mediático mundial” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 187) já se havia sentido desde o início do ano de 2020, verificando-se uma subsequente “intensificação do interesse mediático [que] transparece das capas de jornais, notícias de

abertura dos telejornais, páginas *online*, entre muitos outros espaços” (Moreira, 2020: 118). Este novo período “alterou profundamente o contexto mediático das nossas sociedades” (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021: 290), acarretando com ele novos desafios éticos e deontológicos, de tal forma que obrigou o jornalismo a (re)assumir um papel central na construção da realidade social.

“Mudaram-se ritmos de produção noticiosa; alteraram-se alinhamentos; introduziram-se novos temas; alargaram-se as fontes de informação; abriram-se plataformas para conversar à distância com certos interlocutores; desenvolveram-se formatos mais centrados na literacia em saúde; acresceram-se os esforços na seleção e confirmação das fontes de informação” (Lopes *et al.*, 2021b: 59)

Servindo enquanto olhos de uma população limitada àquilo que lhe chegava à distância, é importante entender como é que também o jornalismo se viu perante profundos constrangimentos de tempo e de espaço.

Em relação ao primeiro, note-se que a rápida evolução e propagação do vírus criou um sentido de urgência na obtenção de informação. Acrescendo-lhe ainda o facto de se tratar de uma doença sobre a qual pouco ou nada se sabia, fazendo com que as próprias fontes especializadas, segundo Lopes *et al.* (2021b: 59), nem sempre fossem fiáveis, já que “a comunidade científica estava perante um novo vírus, cujo comportamento era desconhecido”. Os jornalistas ficaram, por isso, aprisionados numa extensa continuidade temporal, sem previsão de fim, que limitava a construção de uma narrativa do presente, como refere Motta (2005), sendo essa a função básica da profissão.

Um presente que, por sua vez, exigia a orientação dos cidadãos, que precisavam de aprender a adaptar os seus comportamentos individuais de modo preventivo. Já no que à dimensão de espaço diz respeito, torna-se relevante ter em conta dois aspetos. Em primeira instância, o constrangimento no espaço mediático que, se por um lado trouxe para o topo do alinhamento mediático temas que até então se encontravam na “periferia da seleção noticiosa” (Lopes *et al.*, 2021b: 66), por outro, destacou em primazia a temática da pandemia, empurrando conseqüentemente outras matérias para segundo plano.

Em segundo lugar, houve constrangimentos no espaço físico, já que além de muitos jornalistas se virem sujeitos ao teletrabalho, outros foram impactados com restrições de movimentos dado o cessar de atividades presenciais e outras obrigações. Com isto, resta compreender como é que o jornalismo, e os atores que o compõem, podem servir enquanto olhos da população, através de uma comunicação que “deve ser clara e rápida, atenta à

repercussão pública” e, sobretudo, eficaz para a gestão da crise (Moreira, 2020: 118), encontrando-se, de igual forma, limitado no tempo e no espaço.

Alguns académicos esclarecem que, operando como mediadores entre governos, instituições e públicos (Mheidly & Fares, 2020), os órgãos de comunicação social têm de favorecer da falta de silêncio por parte destas instituições envolvidas na crise que, por sua vez, “devem responder sempre às perguntas realizadas no espaço mediático, mesmo não tendo todas as informações desejáveis” (Moreira, 2020: 118).

Para essa responsabilidade das apelidadas fontes oficiais, acresce-lhe o facto de ser “cada vez mais complicado para os líderes políticos (pelo menos nos sistemas democráticos) omitir ou mascarar informações” (Moreira, 2020: 118), dado o mundo mediático atual e às novas formas de fazer jornalismo, ou simplesmente de disseminar informação.

2.2. Novas formas de fazer jornalismo

Apesar de a discussão sobre novas formas de fazer jornalismo não ser de hoje, o contexto pandémico tornou-a mais relevante e evidente. Ao abrigo do isolamento social na sua forma física, a esfera digital assume um novo propósito na vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que, à luz da incidência de um novo coronavírus, acresce na opinião pública uma carência de obtenção de informação. Neste sentido, embora se torne óbvia a necessidade de fornecer informação “clara, honesta e válida” (Finset *et al.*, 2020: 873) por parte dos meios de comunicação social, esta urgência resulta, paradoxalmente, numa “ameaça à garantia da qualidade das notícias” (Casero-Ripollés, 2021: 65). Servindo o jornalismo enquanto garante democrático, torna-se evidente que, condicionada a qualidade do conteúdo noticioso, a própria democracia fica também condicionada.

No entanto, e em contrapartida, para desconstruir o que está por trás das consequências trazidas pela pandemia nos ritmos da profissão, torna-se vinculativamente necessário compreender, em primeira instância e de forma mais profunda, como os avanços tecnológicos alteram, ou têm vindo a alterar, na interpretação de Lin, Salwen, & Abdulla (2005), os padrões do jornalismo, uma vez que também a forma como as pessoas consomem notícias mudou.

Apesar da preservação de elementos que apontam para a ideia de notícia como espelho da realidade (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020), como tal insinua a Teoria do Espelho que confere ao jornalista a objetividade no tratamento de conteúdo, a evolução tecnológica veio alterar a cultura da profissão noutras dimensões.

Como compreendido no primeiro capítulo, na sua relação com a política, o jornalismo veio assumir diferentes formas no seu exercício, ainda que o intuito precípuo de informar a população esteja sempre presente. Assim, confere-se ao jornalista tradicional o poder de dizer aos cidadãos não o que pensar, mas sobre o que pensar⁵. Contudo, o desenvolvimento das novas tecnologias, em particular da internet, retirou ao jornalismo, de forma parcial, a sua influência enquanto *gatekeeper*. Quer isto dizer que, e segundo a teoria de David Manning White (1950), são os atores mediáticos quem controlam o que entra, ou não, na agenda mediática.

Ora, com a emergência das plataformas *online*, os próprios utilizadores, no seu perfil de cidadãos comuns a ser informados pelos media, acabam também por surgir enquanto produtores de conteúdo. Por outras palavras, o domínio sobre o *agenda-setting* deixa de ser exclusivo dos órgãos de comunicação social, passando a ter influência dos *producers*⁶, conceito desenvolvido por Axel Bruns (2005).

Ainda assim, cabe aos jornalistas escrutinar este conteúdo, conferindo-lhes, ou não, a credibilidade e desígnio de notícia ou informação⁷. Conquanto, tal é a instantaneidade e rapidez com que tudo acontece no digital, que obriga “os media noticiosos a reconfigurarem-se de modo a responder às exigências do novo meio” (Bastos, 2012: 284). Este escrutínio fica, por isso, dificultado, e “o rigor na verificação dos factos foi outro dos pilares diluídos” (Bastos, 2012: 287), agravando-se com a pandemia da Covid-19, como veremos no estudo desenvolvido por Camponez *et al.* (2020), contribuindo para que se dissemine, com maior facilidade, a desinformação.

Como se entende acima “temos vindo a assistir, em particular em Portugal, a uma gradual diluição de pilares essenciais do jornalismo” (Bastos, 2012: 284) trazida pela pressão exercida sobre o *online* que se torna “numa extensão dos media tradicionais e não uma nova plataforma revolucionária de informação” (Fonseca Vieira, 2021: 8). Assim, o que em tempos constituía o monopólio dos jornalistas, hoje é um espaço partilhado onde “qualquer um tem ao seu alcance um sem número de espaços de difusão de conteúdos noticiosos” (*ibidem*), ou seja, é de domínio comum exatamente porque o ambiente informativo está

⁵ Segundo Donald Shaw, que em 1972 desenvolve a teoria do agendamento (ou *agenda-setting*) ao lado de Maxwell McCombs, “*the media tell us not what to think, but what to think about*”.

⁶ Junção das palavras inglesas *producer* (produtor) e *user* (utilizador)

⁷ Passa de *gatekeeper* a *gatewatcher* (Bastos, 2012)

aberto em rede (Bastos, 2012). Plataformas como o Twitter ou o Facebook contribuem para delinear o que é mediaticamente relevante, relevância essa conferida pelo espaço público, os seus interesses e preferências. Moldadas as arquiteturas sociais que constituem “o modo como nos relacionamos” (Moreno & Cardoso, 2018: 3), gera-se uma sociedade que passou a ser organizada em rede (conceito de Castells, 1986).

Isto fez com que os jornalistas contemporâneos se vissem obrigados a migrar para o espaço digital, originando um novo tipo de jornalismo que, por sua vez, verifica uma perda consequente e generalizada da sua qualidade (Bastos, 2012). É o enorme fluxo informativo, trazido pela acessibilidade às novas plataformas digitais, pautada pela rapidez e instantaneidade, que “impacta a relação entre as audiências e os jornalistas” (Fonseca Vieira, 2021: 8).

Note-se que, se por um lado “o imperativo da instantaneidade somado às multitarefas, dificilmente propicia as condições necessárias a uma disciplina de verificação eficaz” (Bastos, 2012: 287); por outro, a própria forma como as notícias, ou os conteúdos, estão disponíveis e são exibidos, influenciam o modo como vão ser consumidas: dá-se uma “reconfiguração do mercado dos media” (Miranda & Gama, 2019: 154), na qual a distribuição de informação se torna “radicalmente diferente da distribuição linear que existia antes” (Moreno & Cardoso, 2018: 3).

Posto isto, e como anteriormente referido, “os jornalistas não ficaram imunes às transformações provocadas pela adaptação ao ciberespaço” (Bastos, 2012: 284), conduzindo a uma profunda interdependência entre a tecnologia e os media (Cardoso, 2006: 16). Subsequentemente, esta interdependência gerou, segundo Bastos (2012), um ambiente de *deadline* contínuo que se impôs no quotidiano do jornalista tradicional, dificultando a prática de rotinas.

Hoje, a contemporaneidade do jornalismo que se pauta pela rapidez acaba por colocar entraves ao rigor e à verificação profunda que podem prejudicar o trabalho e o quadro deontológico que o próprio jornalista deve seguir. Isto é, se o rigor está em causa, a informação que chega à esfera pública está, naturalmente, condicionada, tendo em conta que, ainda que no meio digital todos possam ser produtores e disseminadores de conteúdo, quem lhes concebe credibilidade e as define como notícias, são os atores mediáticos.

Ainda assim, apesar das notáveis consequências prejudiciais à manutenção intacta dos valores jornalísticos, o “aparecimento da internet e a subsequente emergência do

ciberjornalismo proporcionou a exploração de novos territórios e diferentes linguagens” (Bastos, 2012: 284). Para tirar verdadeiramente partido destes avanços, os jornalistas tiveram que se reinventar.

Como sugere Peters (2016), a era da digitalização trouxe inovações que mudam o jogo mediático, onde o consumo passou a ser moldado por práticas digitais, nas quais “existe um leque muito variado de possibilidades de utilização e, inclusive, de individualização” (Fonseca Vieira, 2021: 8).

Formada através das *filter bubbles*, esta individualização é filtrada segundo as escolhas do utilizador em rede, recolhendo dados que resultam numa experiência *online* personalizada que, por sua vez, cria uma falsa sensação de pertença, liberdade e segurança. E falsa porquê? Primeiramente, porque os processos de individualização fazem com que os utilizadores estejam em permanente contacto com ideias correspondentes às deles mesmos. Por exemplo, e de forma naturalmente simplificada, se um utilizador gosta de azul, então os estímulos em rede serão concentrados nessa preferência (sugestões de amizade de pessoas que partilham esse gosto; imagens com ênfase na cor azul; textos que referentes a azul, etc.). O mesmo acontece, num outro tom, com interesses partidários, como veremos a seguir. No entanto, e em contrapartida, esta falsa sensação de pertença gera uma também falsa sensação de liberdade, o que me leva ao segundo ponto.

Ficou já comprovado em estudos e investigações anteriores que esta forma de personalizar o conteúdo gerado a partir do perfil de um utilizador resultaram em campanhas eleitorais de manipulação massiva. Isto aconteceu nas eleições presidenciais norte-americanas em 2016, em favor do candidato Donald Trump; nas eleições presidenciais brasileiras, favoráveis a Jair Bolsonaro; e na campanha pró-Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia), durante as quais o conteúdo apresentado ao eleitorado, adaptado aos seus interesses e preferências, alicerçava-se aos pontos que cada partido defendia (nos casos, ideais de extrema-direita) o que condiciona, então, a liberdade de escolha dos eleitores.

Intimamente relacionado a este poder de persuasão que conduz os utilizadores a adotarem (ou seguirem) certo tipo de comportamentos está a disseminação de notícias falsas. Mas onde se encontram os dois? O conceito de *fake news*, embora anteriormente patente, começou a dissipar-se aquando da subida a presidente de Donald Trump, que nos seus discursos acusava a comunicação social de propagandear notícias falsas. Estes discursos abriram, talvez, a porta para dois fenómenos paralelamente paradoxais.

Por um lado, a relação entre as audiências e os órgãos de comunicação social desintegrou-se, já que espoletou um sentimento de desconfiança perante o jornalismo, que por sua vez, e como se verificou no capítulo 1, detinha o monopólio da confiança popular. Por outro lado, deu-se uma tomada de consciência em relação às notícias de cariz falacioso ou enganador que circulam na esfera *online*.

Quem são, então, os “novos atores no quadro da distribuição de informação” (Moreno & Cardoso, 2018: 4)? Qualquer perfil nas plataformas digitais. Sejam, como tradicionalmente, os órgãos de comunicação social e os jornalistas que os compõem; os políticos, que passam a coabitar com o eleitorado no mesmo espaço público; ou mesmo o cidadão comum.

Ainda assim, apesar dos consumidores se tornarem produtores em simultâneo, assumindo este novo papel na distribuição informativa, os mesmos não se podem intitular de atores mediáticos. Isto porque, embora os *producers* moldem a agenda retirando o poder de *gatekeepers* aos jornalistas, continuam a conferir-lhes a responsabilidade de *gatewatching* exatamente porque, neste mapa aberto em rede, só os jornalistas beneficiam de uma carteira que lhes vincula credibilidade.

A cultura jornalística teve, por consequência, de se reinventar “ainda mais profundamente, ao nível dos seus objetivos, das suas instituições e valores” (Moreno & Cardoso, 2018: 3) uma vez que “a entrada em cena de novos atores (...) confrontou os jornalistas com a necessidade de reavaliarem as suas rotinas de filtragem e de valorização das notícias” (Bastos, 2012: 288).

Em contrapartida, este escrutínio não é transparente, já que carece de uma boa “relação entre as plataformas digitais e os media noticiosos” sendo que o conteúdo, cujos “direitos são altamente canibalizados” (Cádima, 2021: 43) pelas respetivas entidades (Google, Facebook, etc), fogem ao seu controlo.

Por outras palavras, são as plataformas digitais que regulam o conteúdo que obedece, ou não, aos respetivos critérios. Isto levanta, inequivocamente, questões de responsabilidade. Ora, sendo este escrutínio de difícil alcance para os media informativos, acresce nos utilizadores uma responsabilidade social, no sentido da não partilha e difusão de determinados conteúdos potencialmente falsos.

Ainda assim, se um indivíduo está a ser mal informado, acreditando o seu contrário, então é-lhe igualmente difícil compreender que está a ser vítima de um círculo vicioso de

informação falsa ou deturpada. Onde fica, então, a responsabilidade do jornalismo? Continua a mesma: informar. Mas, com a emergência das *fake news*, cuja dimensão é sustentada pelas plataformas digitais que contribuem para uma disseminação veloz, originado precisamente como um ataque aos media noticiosos, acresce de igual forma a descrença nos próprios órgãos de comunicação social.

A pandemia da Covid-19 potenciou este fenómeno, provocando não só no cidadão comum, mas no próprio jornalismo, “uma enorme dificuldade em distinguir o essencial do acessório e o verdadeiro do falso” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 189). Ao mesmo tempo, o jornalismo confronta-se com desafios antecedentes e intensificados pela pandemia: “dar primeiro e confirmar depois” (Bastos 2012: 287).

Dada a instantaneidade da circulação de notícias nas plataformas digitais, acresce à comunicação social uma necessidade de acompanhar, a par e passo, essa rapidez tornando o imediatismo no fator imperativo (Fonseca Vieira, 2021). Ainda que a tecnologia permita “que o jornalismo se organize em torno de uma premissa básica: a transmissão rápida e perceptível de informação” (Deuze, 2006: 17), são essas mesmas pressões de tempo que “minam a sua capacidade de concretizar o seu ofício” (Bastos, 2012: 293).

“As tecnologias digitais trazem aquilo que não é familiar para perto de nós” (Peters, 2016: 4) e é isso que os utilizadores procuram quando navegam nas plataformas digitais: estímulos que os transcendem.

A televisão, meio de comunicação tradicional, servia esse propósito até à evolução tecnológica, que gerou dispositivos móveis capazes de acompanhar as diferentes esferas da vida privada dos cidadãos, obedecendo, assim, à lógica de Katz e Blumler (1940) que se constrói sob a teoria dos usos e gratificações. Isto é, uma vez que dispositivos como o telemóvel ou o tablet assumiram dimensões capazes de acompanhar a vida do cidadão comum, tornaram-se um meio mais cómodo de obtenção de informação. A televisão, embora seja, em Portugal, o meio de preferência das audiências aquando da procura de conteúdo noticioso (Fonseca Vieira, 2021), acabou por ser destronada no seu sentido de janela instantânea para a realidade.

Ainda assim, e apesar de as testemunhas digitais se terem tornado “cada vez mais uma parte substancial” desta cobertura noticiosa (Peters, 2016: 4), durante a pandemia da Covid-19, o regresso da atenção dos portugueses à televisão é evidente, tendo esta

recuperado “muito da sua centralidade social e doméstica” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 188).

Com a obrigatoriedade de recolha ao domicílio, o elo social dos portugueses recaia sobre a televisão, onde o próprio jornalismo assumiu também um novo propósito: “a cobertura mediática começou a alicerçar-se em valores-notícia” (Lopes *et al.*, 2021b: 60), o que fez com que, em alguns momentos, se inscrevesse “um carácter emotivo e humano, mantendo o nível de credibilidade da instituição que comunica” (Moreira, 2020: 118).

Deu-se, portanto, “um fenómeno com contornos coletivos que tendeu a contrariar o sistema mediático híbrido instalado” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 189), já que apesar de “a facilidade crescente das pessoas em documentar o mundo à sua volta aumentar as possibilidades de ver certos lugares em certos momentos cruciais” (Peters, 2016: 2), esta sempre foi a função central da televisão.

É verdade que as tecnologias permitem um funcionamento à distância, como se verificou durante este período com o contacto e aparecimento de fontes na televisão através de plataformas de vídeoconferência. No entanto, um jornalista que acompanhe determinados eventos de forma superficial, através de meras imagens, nunca terá a mesma visão que um repórter no terreno. Neste sentido, a competência da televisão não perde o princípio de estar onde as pessoas estão. As novas tecnologias apenas acrescentam a estes meios uma transportação subsequente para o digital.

Até porque, ainda que se verifique um grande fluxo de audiências nas plataformas digitais, tornando-se quase reféns de um sem número de conteúdos, as mesmas “atribuíram maior credibilidade àqueles meios como fontes fidedignas do que às redes sociais” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 188). Entre estes polos informativos estavam, precisamente, “as televisões, imprensa, sítios noticiosos e a plataformas oficiais governamentais” (*ibidem*).

Em contrapartida, apesar desta transição, de acordo com o Digital News Report 2017, apenas uma pequena percentagem acede a conteúdos de informação pagos (Fonseca Vieira, 2021).

Com isto, compreende-se que, apesar dos hábitos rotineiros de comprar jornais diários terem sido interrompidos (dado o rompimento do próprio fluxo), esta transposição para o *online* não se verificou no sentido de consumo de conteúdo pago. Ou seja, apesar das pessoas migrarem para o digital, poucos eram aqueles que consumiam conteúdos pagos.

Claro está que isto vem não só contribuir para a precariedade do trabalho jornalístico, resultando em piores remunerações e condições laborais, como para o aumento das notícias de cariz falacioso. Se as pessoas optam por não pagar para serem informadas acabam por, subsequentemente, crer em informações gratuitas sem a mesma credibilidade.

Posto isto, e considerando que “o jornalismo desempenha funções de grande relevância social, económica e política” (Moreno & Cardoso, 2018: 4), uma vez que o direito à informação é fundamental para a “formulação das decisões individuais e coletivas dos cidadãos” (Moreno & Cardoso, 2018: 3), o contexto da crise pandémica terá gerado uma subcrise democrática.

2.3. Adaptação da comunicação política

Aquando do surgimento, e subsequente evolução, da pandemia da Covid-19, “a circulação de notícias falsas regista um forte crescimento” (Casero-Ripollés, 2021: 61). Para tal, as plataformas digitais foram os principais canais de disseminação de notícias deste cariz, tornando-se espaço de um debate onde “são os familiares ou amigos que enviam as mensagens” (Casero-Ripollés, 2021: 62) conferindo-lhes, ainda que erradamente, credibilidade.

A “tentação de descobrir informação proibida ou escondida” (Casero-Ripollés, 2021: 62) torna-se, simultaneamente, num “isco para atrair a atenção do público” (*ibidem*), resultando num excesso de informação. Posto isto, e em contrapartida, à situação de fragilidade gerada pela crise de saúde pública, acresce-lhe uma “epidemia global de desinformação” (Zarocostas, 2020: 676), ou *infodemia*, como assim classifica a Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta sinergia entre duas epidemias espoleta, num público com necessidade de respostas, a partilha de informações dúbias e não verificadas em grande massa e velocidade, o que dá origem a um ecossistema composto por novas desordens informativas (*desinformation*⁸, *misinformation*⁹ e *malinformation*¹⁰).

Este ecossistema gera-se sob o objetivo precípua não só de desgastar e desacreditar as instituições mediáticas, mas também as instituições políticas (Casero-Ripollés, 2021).

⁸ Desinformação é informação falsa, disseminada por alguém que tem essa consciência, ou seja, trata-se de uma mentira deliberada e intencional

⁹ *Misinformation* ou, em português, misinformação corresponde a uma informação falsa, cuja partilha é feita sem essa consciência

¹⁰ Mal-informação trata-se de informação baseada na realidade, no entanto é utilizada para infligir danos seja a uma pessoa, organização ou país

Neste sentido, e havendo um fluxo cada vez maior, “num tempo cada vez mais curto”, continua a caber aos jornalistas o papel de garante do direito à informação (Morais Santos, 2019: 36). Só assim “a finalidade política” pode “concretizar-se, na medida em que uma cidadania ativa pressupõe cidadãos informados” (Morais Santos, 2019: 33). Ou seja, a relação entre os media e a política torna-se num elemento central para a construção da tal “realidade social”, exatamente porque os cidadãos não reagem à política, reagem, sim, à sua mediatização.

Como determinado no capítulo anterior, Blumler e Esser (2018) apresentam uma dupla perspetiva da mediatização política - *push* e *pull*. Se, por um lado (*pull*), os atores políticos estão no centro deste processo mediático, com o poder de delinear a lógica dos media face às suas próprias considerações e ações; por outro lado (*push*) os media são também eles atores centrais no delineamento do debate político. Em contrapartida, e refutando o primeiro conceito, Figueiras (2017) defende que um dos atributos da política que se perdeu foi, precisamente, a confiança que a população nela depositava.

Se ao princípio eram os agentes políticos que controlavam o espaço mediático, dada a absoluta confiança dos media sobre os mesmos; hoje são “os atores políticos (...) influenciados pelas regras do jogo estabelecidas pelos meios de comunicação” (Esser, 2013: 155). No entanto, e por se assinalar uma mudança de paradigma, têm-se verificado também modificações mais recentes nesta relação codependente.

Em primeira instância, e remetendo novamente para a temática das plataformas digitais, não será errado afirmar que estas proporcionam aos atores políticos uma entrada direta na esfera pública. Ora, segundo Farhall *et al* (2019), este novo meio dos atores políticos chegarem ao seu eleitorado, além de surgir numa tentativa de contornar a sua crescente desideologização, torna em contrapartida os media suscetíveis ao conceito de *fake news*. Por outro lado, há quem argumente ainda que o contexto trazido pela pandemia “reativou os mecanismos de controlo político das notícias e do trabalho jornalístico”, por se tratar “de um evento revestido de grande centralidade social” (Casero-Ripollés, 2021: 63).

Tendo estes pressupostos em conta, compreende-se que num novo contexto modificado em si mesmo, nomeadamente marcado com a Declaração do Estado de Emergência (DEE) pelo Governo português durante o qual se suspenderam as atividades presenciais (Lopes *et al.*, 2021a), ficou condicionada a comunicação política que, por conseguinte, estimulou a descrença no jornalismo. Acresce, assim, à sua responsabilidade,

um novo rigor na efetivação dos trabalhos, através de “novas práticas e convenções” que trouxeram subsequentemente “novos e renovados desafios deontológicos” (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021: 287), também fruto de profundas mudanças nos hábitos dos jornalistas e na forma como os próprios encaravam a profissão (Lopes *et al.*, 2021a). Ou seja, enquanto mediadores entre instituições e os seus públicos, e tomando consciência de uma necessidade informativa crescente, os órgãos de comunicação social assumiram um papel fundamental na frente de combate à pandemia, “através de uma noticiabilidade centrada em factos” (Lopes *et al.*, 2020: 221). Por consequência, este papel veio, direta ou indiretamente, condicionar a cobertura mediática da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE).

Por um lado, o próprio contexto político alterou, “mudando a natureza do desafio que a presidência portuguesa enfrentaria” (Dennison & Franco, 2020: 2); por outro, foi a pandemia da Covid-19 que “dominou a agenda jornalística, ocupando de forma esmagadora o trabalho de 68% dos profissionais que desenvolviam a atividade” (Camponez *et al.*, 2020: iii).

Segundo um estudo desenvolvido por Componez *et al.* (2020) sobre *Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19*, compreende-se que a perceção de mudança de conteúdo noticioso é sobretudo sentida por jornalistas cujos trabalhos estão maioritariamente ligados a assuntos internacionais, dos quais destacaram que o novo coronavírus ocupou mais de três quartos do trabalho que produziram (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021). Justifica-se esta readaptação do agendamento noticioso, que se aprofundou no sentido da literacia de saúde, não só pela exigente “procura de respostas e explicações científicas para uma doença desconhecida” (Lopes, *et al.*, 2021a: 118) por parte do público, mas uma simultânea “preocupação permanente em orientar comportamentos” (Lopes, *et al.*, 2020: 221) por parte dos órgãos de comunicação social.

Claro está que o contexto pandémico não mexeu apenas com a agenda política e, subsequentemente, mediática. Colocou também entraves evidentes à busca de informação, já que “uma boa parte destes trabalhos foi realizada em teletrabalho” (Camponez *et al.*, 2020: iii) tendo repercussões nas rotinas jornalísticas que viram o as redações serem substituídas pelo domicílio. Como consequência, e ainda segundo as conclusões deste estudo, os jornalistas passaram sair menos em reportagem, o que pode ter tido como consequência direta uma agudização da precarização da profissão.

Este estudo vem demonstrar, de forma evidente, como os meios de comunicação social se viram obrigados a não só alterar as suas rotinas, mas também a despersonalizar o contacto com as fontes e eventos (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021). Esta observação releva-se dado o contexto em análise, que está maioritariamente ligado ao jornalismo político, cujo quotidiano dos atores mediáticos é, em grande parte, já fora das redações. Isto faz com que a cobertura jornalística da PPUE não esteja em tanto ligada a uma migração para o domicílio, mas sim às condicionantes que se impuseram tanto no contacto com as fontes de informação, como na presença física em eventos.

Neste sentido, os meios tecnológicos e a sua adoção tornaram-se fundamentais para a continuidade e manutenção do rigor no exercício das atividades dos órgãos de comunicação social. Face à mudança, os jornalistas não viram esta readaptação tecnológica como um problema (Camponez *et al.*, 2020), ainda que lhes acresça a responsabilidade e complexidade da investigação jornalística, nomeadamente no seu processo de recolha, uma vez que os jornalistas são, concomitantemente, *stakeholders* (Lopes, F. *et al.*, 2021a). Por outras palavras, numa cobertura em contexto de crise, os atores mediáticos não só influenciam, como são influenciados pelo ambiente em que se inserem, sentindo os seus efeitos. Ainda assim, a maioria dos jornalistas (67,1% segundo o estudo de Componez *et al.*, 2020) veem este reforço tecnológico para efetivar trabalho “como benéfico ou mesmo muito benéfico para o futuro” da atividade.

Esta transição foi, de facto, notada, embora muitos dos profissionais se vissem também obrigados a regressar a formas tradicionais de contacto com as fontes de informação à distância. Este fenómeno evidencia o contacto telefónico enquanto método primário, (tendo a sua frequência, segundo Componez *et al.* (2020) crescido percentualmente antes e depois da DEE), tendo também o correio eletrónico sido destacado. Por outro lado, recorrer a novas plataformas, que até esse momento eram de uso menos comum, teve um aumento significativo, provocando a compra de novo material informático - exemplo disso são as plataformas de videoconferência.

Em contrapartida, e indo ao encontro do que foi mencionado anteriormente, apesar da apropriação que os órgãos de comunicação social têm feito das novas plataformas digitais (a forma de contacto com fontes através das redes sociais aumentou, neste período, de 10,6% para quase o dobro, 20,5%), verificou-se também um aumento exponencial na “quantidade de informação acumulada e a facilidade de aceder à mesma” (Morais Santos, 2019: 36). Isto

significa que a triagem de informação credível sobre a Covid-19 fica dificultada (Lopes *et al.*, 2020), pondo em causa a “primeira obrigação do jornalismo”: a verdade; sendo que “a sua essência está na disciplina da verificação” (Lopes *et al.*, 2021a: 115), para as quais as fontes são essenciais, levando ao subsequente reforço do seu poder.

Neste sentido, e focando agora no impacto que a pandemia teve na relação e contacto entre os atores mediáticos e as fontes de informação, apesar do jornalismo ter, simultaneamente, o direito e o dever de insubmissão em relação aos acontecimentos e às pessoas sobre as quais informa (Lopes *et al.*, 2021a), existe uma relação de codependência entre o jornalismo, que precisa da política (e, mais especificamente, dos políticos que a executam) para obter informação; e os políticos, que precisam da opinião pública (procurando-a geralmente positiva) que provém da sua mediatização. Por outras palavras, a política, num sentido pragmático, serve o jornalismo para que este produza conteúdo através de assuntos inerentes na agenda e de interesse público.

Assumindo um papel fundamental enquanto fontes de informação oficiais, os decisores políticos, segundo Lopes *et al.* (2021a: 112), têm também “uma responsabilidade acrescida no combate e neutralização da informação falsa que vai circulando pelo espaço público”. Partimos, então, para o pressuposto de que, independentemente do nível de complexidade mediático ou regime político em que uma sociedade se encontra, existe uma relação absolutamente estreita entre os media e a política, ainda que os processos de ação mediática abranjam novos formatos (Thompson, 2005), aos quais o contexto pandémico obriga. Emerge, portanto, uma maior necessidade coordenativa entre as fontes de informação e os media noticiosos (Lopes *et al.*, 2021a), ao mesmo tempo que surgem duas problemáticas: o risco de os jornalistas operarem enquanto meros porta-vozes do poder (Lopes *et al.*, 2021a) e a ambiguidade crescente entre a opinião pública.

Em relação à primeira, verificou-se que as tais “entidades políticas (...) nem sempre responderam às dúvidas, à procura da informação ou à necessidade de explicações adicionais que as redações necessitavam” (Lopes *et al.* 2020: 226). Em Espanha, por exemplo, “80% dos jornalistas” chegam a admitir que eles próprios “sentiram que foram mal informados durante a crise sanitária” (Casero-Ripollés, 2021: 64). Assim, estas entidades serviram-se da agenda jornalística para projetar os seus interesses antagónicos e influenciar a sociedade através de um renovado interesse pela televisão, que passava em direto frequentes conferências de imprensa. Desta feita, os cidadãos adotaram estes momentos, que reuniam

governantes nacionais em discursos para eles direcionados, como um “ritual cerimonioso” (Cabrera, Ferin Cunha & Martins, 2020: 188) em horário nobre.

A independência dos meios de comunicação fica, nestas circunstâncias, refém do alinhamento orquestrado pelas autoridades governativas, que aproveitam o valor estratégico da nova psicodinâmica na gestão das fontes. Este foi, entre outros princípios, valores e procedimentos, o segundo mais posto em causa, segundo o estudo de Camponez *et al.* (2020), durante cobertura jornalística do Estado de Emergência. Segue-se o contacto com as mesmas, a retificação de informações e a subsequente independência jornalística.

Este fenómeno vem, assim, corroborar a ideia apresentada na investigação de Lopes *et al.* (2021b) na qual a passividade dos media perante a crise resulta numa sujeição às mensagens estrategicamente transmitidas em benefício das próprias fontes, que passam a impor a sua influência sobre as rotinas das redações, dominando à sua mercê o espaço noticioso. Posto isto, e considerando que os jornalistas dependem “em larga medida dos subsídios informativos” para efetivarem o seu trabalho (Lopes *et al.*, 2021b: 60), no contexto pandémico verificou-se uma tendência em aceitar material cedido pelas fontes, já que “quanto menos informação existir sobre um assunto” (Silva, 2005: 204), mais esta dependência cresce.

Em contrapartida, aquando do processo de seleção, ainda que os atores mediáticos procurem valorizar fontes especializadas, sobre as quais socialmente se outorga um elevado grau de credibilidade, o contexto de crise provocou uma dualidade entre quem informa e quem é informado. À partida, as fontes especializadas distinguem-se enquanto “mais aptas a fomentar um debate público esclarecido” (Lopes *et al.* 2021a: 122), por dominarem os campos em discussão. No entanto, sendo o vírus da Covid-19 um tema sobre o qual a própria comunidade científica estava incerta, este domínio fica questionado. Posto isto, em contexto de crise “os cidadãos estão mais abertos a ouvir vozes distintas” (Lopes *et al.* 2021a: 122), o que os torna simultaneamente mais suscetíveis a desacreditar nos meios noticiosos e nas suas fontes. Os jornalistas tornam-se, assim, menos dignos de confiança (Nelson, 2020), o que desencadeia um “momento-chave para a implementação generalizada de estratégias de desinformação” (Casero-Ripollés, 2021: 62).

Sumariamente, e tendo em conta as considerações acima, compreende-se que o trabalho jornalístico, a sua efetivação e os seus resultados, ficaram condicionados durante o Estado de Emergência. Ora, este círculo vicioso, que começa com o escalar da crise sanitária,

gera um clima de incerteza e uma paralela carência informativa. Os meios de comunicação social tendem, por isso, a recorrer com mais frequência a fontes especializadas, essas que por sua vez não conseguem garantir plena credibilidade nos seus argumentos latos, dada a inexistência de conhecimento suficientemente profundo sobre o novo coronavírus. Isto potencia os cidadãos a recorrer a fontes externas e potencialmente enganosas, que circulam nas plataformas digitais dentro dos seus círculos de influência. Dado este fenómeno, e considerando que se torna imperativo, como reforça Peters (2016), compreender não só o que o público consome, como e quando, mas também onde, o jornalismo teve de recorrer a uma presença mais acentuada nesses espaços digitais, onde se vê numa corrida pela instantaneidade. É esta disputa que leva ao próximo ponto: onde fica, então, o escrutínio que dá chão ao rigor jornalístico?

No seguimento desta questão, e através do estudo de Camponez *et al.* (2020), fica claro que o *rigor* (identificado como “rejeição do sensacionalismo, distinção entre factos e opinião, repúdio da censura, denúncia de condutas que atentem contra a liberdade de expressão e o direito de informar”) se destaca, entre outros princípios, enquanto o mais posto em causa como consequência da pandemia da Covid-19. De forma objetiva, os jornalistas que trabalham em rádio sentiram-se particularmente afetados. A estes seguem-se os jornalistas de meios exclusivamente *online*, a televisão, a imprensa escrita e, por fim, aqueles que trabalham em agências, com a particularidade de “colocaram duas dimensões *ex-aequo*” (*rigor e fontes de informação*) como as mais sensíveis à situação pandémica. Esta segunda (*fontes de informação*) foi, entre as restantes dimensões e os restantes meios de comunicação, a que se seguiu enquanto aspeto deontológico mais preocupante - à exceção dos meios exclusivamente *online*.

Com base nos dados apresentados acima, faz sentido afirmar que a disrupção do quotidiano é suscetível de se repercutir no pano ético-deontológico do jornalismo (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021). Neste sentido, e porque os “princípios fundamentais que constituem os pilares do jornalismo não são flutuantes” (Morais Santos, 2019: 30), os seus profissionais confrontam-se, durante a pandemia, com questões de longa data: o dever da objetividade e o desafio da responsabilidade social (Lopes *et al.*, 2021a). Embora caiba aos meios de comunicação social formar os cidadãos, representando o veículo primário na aprendizagem que os capacita de informação para tomar decisões num contexto social e democrático (Morais Santos, 2019), pôde verificar-se, como já supramencionado, que o

jornalismo “não foi imune ao sensacionalismo nem tão pouco à informação falsa” (Lopes *et al.*, 2021a: 118).

Posto isto, o “enfoque particular no rigor não será indiferente à profusão de exemplos de desinformação e manipulação a que se foi assistindo na cobertura noticiosa da pandemia” (Fidalgo, Martins & Miranda, 2021: 302). Por outras palavras, o aumento exponencial do conflito entre notícias verídicas e falsas nas plataformas digitais, que se verificou com o embate da pandemia, coabita indissociavelmente com esta dificuldade acrescida de manter o cuidado com o rigor da informação fornecida, já que, para o exercício de um jornalismo pleno, ancorado à sua legitimidade, é necessário “não transmitir informações irrelevantes, não enganar o leitor, consciente ou inconscientemente” (Martins, P. 2019: 43).

Ora, segundo Martins, P. (2019: 44), esta preocupação com o “instrumento mais poderoso ao dispor dos jornalistas” também não é um debate de hoje. A própria profissão, que fundou a sua legitimidade social numa ideia de um serviço público (Camponez & Oliveira, 2021) construído através da verdade, tem vindo a pôr este princípio em causa. Bastos (2012: 287) argumenta, na sua análise da progressão tecnológica aquando da era da digitalização, que “dar primeiro e confirmar depois” tornou-se “nos piores casos, um postulado pernicioso em voga”, criando “dois problemas em simultâneo: o da verificação nula e o da validação cega”.

Estes desenvolvimentos, segundo Peters (2016: 2), geram “implicações proeminentes para a produção de notícias”, na tentativa de acompanhar, “ou mesmo competir com a instantaneidade viral de fenómenos como o Twitter” (Bastos, 2012: 292). Dada esta pressão concorrencial, nas redações vive-se a “ânsia de ser o primeiro, sem avaliar o efeito das precipitações” que ocorrem em “nome do impulso para serem os mais rápidos a transmitir informação” (Martins, P. 2019: 44), ignorando a apreciação pela rigorosidade. Equivocamente, nesta cedência à “aceleração, os riscos multiplicam-se e o preço paga-se, não poucas vezes, em erros crassos e perda de credibilidade” (Bastos, 2012: 292).

Claro está que estes conceitos são uma constante desde os primórdios do jornalismo, contudo, com este novo ramo destinado ao ciberespaço no qual o *deadline* é contínuo, estes traços de velocidade e instantaneidade acabam por ser hipervalorizados, “sobrepondo-se, por vezes, a outros critérios fundamentais para a qualidade da notícia” (Bastos, 2012: 292). Como resultado, testemunha-se não só ao erradicar da convicção de que a exclusividade constitui um valor em si mesmo; mas à crença errada de que, para um público sobrecarregado

de informação presente numa multiplicidade de meios, é decisivo tomar conhecimento de um facto meio minuto antes (Martins, P. 2019). Claro fica que, se falar de rigor é o mesmo que falar de verdade, torna-se necessário completar o círculo vicioso de problemas que, evidenciados aquando da origem da pandemia da Covid-19, parecem circundar o jornalismo. Isto porque, chegar à verdade necessita de um cruzamento com fontes de informação, por serem o meio mais fiável para a atingir (sendo preferencial, como já destacado, “fontes oficiais ligadas ao Governo e fontes especializadas a quem reconhecemos competência” (Lopes *et al.*, 2021a: 118)).

Considerando os pressupostos acima, compreende-se que a pandemia veio apenas levantar, ainda que em circunstâncias sem precedentes, questões preexistentes no jornalismo, reavivando a sua relevância num ambiente *infodémico*. Posto isto, e embora os dados acima representem valores de 2020 aquando da declaração do primeiro Estado de Emergência nacional, o arranque da Presidência Portuguesa (coincidente ao início do ano 2021) fica marcado pelo reposicionamento de “Portugal para o grupo de países onde a situação pandémica era mais grave” (Lopes *et al.*, 2021a: 111). Neste seguimento, e apesar de na segunda vaga se ter aliviado a pressão noticiosa, ao ser decretado um novo confinamento em janeiro de 2021, “os media noticiosos despertaram novamente para esta tematização, intensificando a partir daí a cobertura jornalística” (*idem*). Pode, face este fenómeno espoletado pelo agravamento do estado epidemiológico, concluir-se que “a partir da consciência da existência de uma necessidade, o jornalista assume a sua responsabilidade para com a sociedade e o seu papel na tomada de decisão durante uma crise”. Papel esse que serve como influência para “os decisores políticos relativamente [às próprias] políticas de prevenção ou tratamentos, ao chamar a atenção para determinados assuntos” (Lopes *et al.*, 2020: 211).

Paradoxalmente inverso, e tirando chão a esta autonomia, os jornalistas passam a estar condicionados àquilo que estes decisores (ao mesmo tempo fontes), querem ver espelhados nos meios de difusão de informação, exatamente por estarem “na origem das informações que lemos, vemos e ouvimos nos media” (Lopes *et al.*, 2020: 217). Este cenário contribui para um constrangimento da realidade vivida nas redações, que se veem perante uma dualidade entre as suas fontes oficiais e o rigor jornalístico, por ser necessário para um serviço público válido, com base na verdade enquanto arma de combate à desinformação. Melhor dizendo, ainda que tenham apontado o rigor jornalístico como aquele que, entre

outros princípios, valores e procedimentos, foi mais posto em causa (Camponez *et al.*, 2020), os jornalistas veem-se ainda perante exigentes critérios de escolha das fontes, absolutamente necessárias para a configuração da agenda noticiosa (Lopes *et al.*, 2021a). Não obstante, o próprio acesso às mesmas viu constrangimentos, já que os atores mediáticos “tiveram de adotar meios tecnológicos complementares para o exercício da profissão” (Camponez *et al.*, 2020: 25). Os mesmos meios tecnológicos que causaram ao jornalismo a perda da sua condição enquanto quarto poder, determinante para a democratização da esfera pública nacional, ou até europeia.

Considerando que é nestas esferas que se constrói a opinião pública, não é de somenos importância garantir uma discussão informada. Por essa razão, o próximo capítulo desconstrói a noção de esfera pública europeia que, apesar dos esforços por políticas de comunicação concretas, continua descentralizada. Isso justifica-se na organização institucional, que concentra os polos decisórios em Bruxelas, e Estrasburgo no caso do Parlamento Europeu.

3. A esfera pública europeia

Da equação que junta a política, os media e os cidadãos, resulta a opinião pública em que, por um lado, os atores políticos desejam ver-se espelhados com saldo positivo; e onde, por outro, a comunicação social trabalha por garantir a transparência do seu trabalho. Conforme revisitado anteriormente, se muda o contexto em que se desenrola esta relação tripartida, a opinião pública é, tendencialmente, afetada. Isto porque muda também a maneira de chegar à esfera onde nasce, fruto do debate. Tal aconteceu aquando do aparecimento da Covid-19, como suprarreferido, ao dar-se a descentralização da procura por informação que resultaria nessa discussão.

Contudo, a nível europeu, a esfera pública, ou seja, os centros de discussão, está naturalmente descentralizada, por se repartir em vários polos (por outras palavras, Estados membros) com necessidades e, por isso, perceções de realidade social diferentes. Neste capítulo, partimos da esfera pública europeia para depois compreender o funcionamento político do triângulo institucional da União Europeia (UE), e a forma de se relacionar com os seus públicos através das políticas que sustentam a relação com os jornalistas europeus.

Habermas, em 1989, idealizou uma comunicação institucionalizada que promovesse “uma esfera pública democrática onde os cidadãos pudessem interagir livre e

equitativamente com a política” (Nitoiu, 2013: 29). O espaço público europeu, neste sentido, conceptualizou-se como um espaço transnacional, em que se estabelece uma comunicação horizontal, na qual a relação de cidadãos para cidadãos fosse também feita além inexistentes fronteiras físicas. Assim se construiria e solidificaria a opinião pública sobre a União Europeia. Em fevereiro de 2006, conquanto da publicação do Livro Branco, onde se estabelecia um compromisso institucional para, ao reconhecer o déficit de comunicação, desenvolver uma política específica, semeou-se essa vontade da criação de uma esfera pública europeia. O passo decisivo, lia-se,

“de uma comunicação unívoca, para um diálogo reforçado; de uma comunicação centrada na instituição para uma comunicação centrada nos cidadãos; de uma abordagem baseada em Bruxelas para uma abordagem mais descentralizada” (Comunicação Europeia, 2006).

Nesse documento, a esfera pública em que, até àquele momento, se desenrola a atividade política da Europa, é descrita como sendo “principalmente uma esfera nacional” mesmo, e ainda que, em causa estejam questões europeias “a maior parte dos cidadãos analisa-as numa perspetiva nacional” (Comissão Europeia, 2006). Parte desta problemática justifica-se pelo pecado na distância: as decisões supranacionais estão centralizadas nos polos de poder, seja em Bruxelas, onde estão sediadas as instituições, ou Estrasburgo, onde decorrem as sessões plenárias do Parlamento Europeu. Mas repartindo, o triângulo institucional (Figura 1) é composto por três vértices: a Comissão Europeia (CE), o Parlamento Europeu (PE) e o Conselho da União Europeia (informalmente conhecido por Conselho¹¹).

Nomeada pelos Estados membros e aprovada pelo Parlamento Europeu, a Comissão Europeia é a única das três instituições com monopólio de iniciativa legislativa. Ou seja, é a única com poder para propor uma nova legislação na União Europeia, da mesma forma que é a única com poder para a retirar formalmente (Timmers, 2020). No entanto, para ser posteriormente implementada, esta proposta passa, na maioria dos casos, pelo processo legislativo ordinário (PLO), durante o qual necessita do aval das restantes instituições. Assim sendo, e iniciado este processo, antigamente conhecido como codecisão, cabe primeiro ao

¹¹ Não confundir com Conselho Europeu (cimeira trimestral que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros para fixar as grandes linhas da política europeia) ou Conselho da Europa (não é uma instituição).

Parlamento Europeu adotar, ou não, a proposta. Só depois de consideradas as emendas do PE se segue para Conselho.

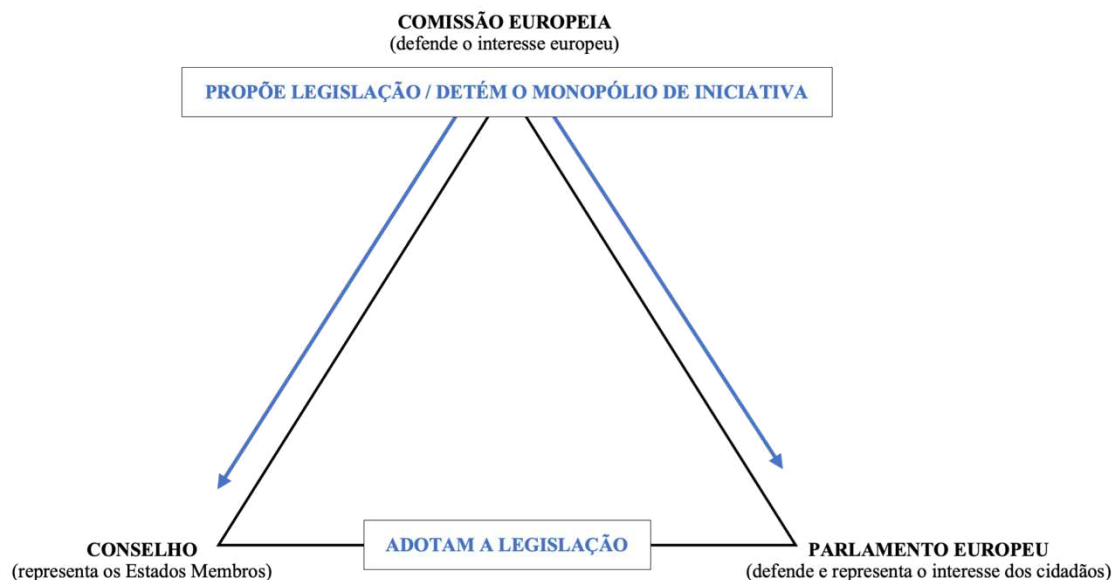


Figura 1 - Constituição do triângulo institucional europeu (elaboração própria)

O Conselho da União Europeia, por sua vez presidido pelo país detentor da presidência rotativa e composto pelos ministros de cada Estado membro (que variam dependendo dos assuntos em debate) vota, a grande parte das vezes (cerca de 80% da legislação da UE), por maioria qualificada. Isto é, exige o parecer favorável de 55% dos Estados-Membros que representem, pelo menos, 65% da população total da União Europeia. Não atingida esta maioria, a proposta não avança. Este é um processo que concede poder legislativo tanto ao Parlamento Europeu, como ao Conselho, tornando-os parcialmente responsáveis pelo *agenda setting* político.

As decisões da UE são tomadas de formas muito diferentes de acordo com a área política, diferenciando-se, essencialmente, pelo modelo supranacional e o intergovernamental. Sucintamente, e como explica Moury (2016: 18), “o primeiro implica que os Estados não mantêm o controlo total sobre a decisão política”, ou seja, renunciam “ao seu poder individual de se oporem às decisões (poder de veto)”. Contudo, há outras áreas políticas que seguem o modelo intergovernamental, no qual os países recusam abdicar da sua soberania nacional, e cooperam em assuntos de interesse comum.

Olhando para as responsabilidades tripartidas da União Europeia, é possível aferir que, enquanto à Comissão Europeia, na sua qualidade de guardião dos tratados, lhe são

conferidos os interesses da UE no seu todo; os Estados membros podem defender os seus interesses nacionais no Conselho da União Europeia, servindo enquanto voz dos seus Governos, estando os ministros habilitados a assumir compromissos em seu nome. Ao Parlamento Europeu, compete, por sua vez, através de eurodeputados eleitos por sufrágio universal, os interesses dos cidadãos.

Posto isto, o Conselho da União Europeia é, ao lado do Parlamento, o principal órgão de decisão da UE, aprovando a legislação e coordenando as suas políticas. Composto pelos ministros dos Governos de cada Estado membro (27), o Conselho reúne-se, em função da matéria agendada, para debater, alterar e aprovar a legislação proposta pela Comissão Europeia. A sua composição não pressupõe de membros fixos, já que as suas reuniões podem assumir dez formações diferentes¹², dependendo da área política agendada. À exceção daquelas cujo debate tem como matéria os Negócios Estrangeiros¹³, todas as reuniões do Conselho são presididas pelo ministro competente do país que exerce a presidência rotativa da União Europeia. Por exemplo, qualquer reunião do Conselho Ambiente que decorra durante o período em que Portugal assume a presidência, é presidida pelo ministro português responsável pela pasta do ambiente.

A presidência do Conselho da União Europeia é, desde o Tratado de Lisboa (2007), rotativa por cada 6 meses. O Estado membro detentor da presidência fica, na lógica acima exposta, responsável por alavancar os trabalhos do Conselho em matéria de legislação, assegurando a continuidade da sua agenda. Para o bom desempenho destes processos, é equitativamente necessária a cooperação entre Estados, entre os quais, aquando das negociações, o Governo na presidência deve agir com neutralidade.

Compreendendo, ainda que de forma sintetizada, como funcionam os processos de decisão legislativa da União Europeia, com todas as suas instâncias e respetivas funções, e considerando que um dos valores base sobre os quais assenta a UE é a manutenção democrática dos seus Estados, fica, afinal, por esclarecer: quão democrática é a União Europeia, e qual o papel da comunicação social na sua democratização.

¹² Agricultura e Pescas; Ambiente; Assuntos Económicos e Financeiros; Assuntos Gerais; Competitividade; Educação, Juventude, Cultura e Desporto; Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores; Justiça e Assuntos Internos; Negócios Estrangeiros; Transportes, Telecomunicações e Energia

¹³ É o Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, atualmente Josep Borrell, responsável por presidir estas reuniões

Da centralização do poder decisório da União Europeia, resultam “poucos locais de encontro onde europeus de diferentes Estados membros [possam] aprender a conhecer-se e a tratar de questões de interesse comum” (Comissão Europeia, 2006). Existe, por isso, uma evidente distância física refletida numa distância ideológica entre cidadãos e as instituições políticas europeias. Este distanciamento alimenta a crença falaciosa de que aquilo que acontece nos moldes supranacionais não tem qualquer influência direta nas suas vidas (Figueiredo, 2014) - um fenómeno que leva à falta de participação política. É sobre propósito de o contrariar que recai a utilidade de um espaço público europeu, promovendo entre Estados uma unicidade na diversidade que, no fluxo natural do processo, endereçaria ao eleitorado assuntos políticos.

No entanto, para que tal aconteça, requer-se a “construção de diversos padrões de circulação” de informação, de modo que através deles, os discursos possam “ultrapassar fronteiras nacionais tradicionais” (Nitoiu, 2013: 29). O sucesso deste espaço, reajustaria o *agenda setting* político-mediático, dado o papel ativo que os cidadãos assumiriam. Isto levaria, sugere Schlesinger (2010), a um indissociável aprofundamento da integração política e económica da União Europeia, no sentido em que as reformas de que resultam traria “mudanças significativas na conceptualização dos espaços públicos para o debate e discussão de ideias” (Schlesinger, 2010: 263), considerando as assimetrias culturais e económicas entre Estados - crise do euro é um exemplo¹⁴.

Quer isto dizer que, apesar de as políticas desenvolvidas dentro da União Europeia terem objetivos ditos comuns, sob o propósito de contribuir para partilha na vida em comunidade, dentro de cada Estado membro as interpretações que se criam em torno dessas políticas são diferentes, variando de Estado para Estado. Foi o que aconteceu durante a pandemia da Covid 19. Apesar de a resposta ter sido comum, houve Estados membros a beneficiar de forma diferente da compra de vacinas.

Quer isto dizer, segundo Schlesinger (2010: 265) que vai para além da ideia de Habermas, que uma única esfera pública é “limitativa” na medida em que exige “um grau de homogeneidade cultural encontrada em poucas sociedades, se é que existe em alguma”.

¹⁴ A crise do euro decorreu entre sensivelmente 2009 e 2010, e representou a crise financeira que levou alguns Estados membros a perderem poder de compra, dadas as subidas substanciais da inflação e subsequentes políticas de austeridade implementadas pelos Governos nacionais. A União Europeia ficou fragmentada entre países devedores e credores.

Para o autor, a melhor esfera pública é aquela que consiste na pluralidade: A diversidade de interesses e contextos criam a possibilidade de, à ideia de Calhoun (1995: 242), uma “interação discursiva interpública”; ou seja, de múltiplas interseções entre um público heterogêneo, que deve ser pensado como uma “sobreposição” de esferas públicas (Schlesinger, 2010: 270). A União Europeia deveria, neste sentido, encontrar o seu lugar nas atuais “esferas públicas” nacionais, regionais e locais, aprofundando o debate público em cada um dos Estados membros.

No entanto, não são tão somente as “linguagens políticas”, que variam entre nações (Wilkinson, 2010: 217), que faz com que os Governos, ainda que com carimbo comunitário, consigam influenciar o mercado comunicacional, projetando para dentro aquilo que é de seu interesse nacional¹⁵. Monza & Anduiza (2016: 503) alertam para as “diferenças linguísticas”, que tornam árdua a tarefa de promover uma “identidade europeia” comum. Não fosse a própria Europa composta por uma “manta de retalhos linguística” (Figueiredo, 2014: 122).

No sistema internacional de Estados, é comum que o espaço político-comunicativo seja “co-extensivo” ao espaço nacional (Schlesinger, 2010: 264). O que acontece na União Europeia é, contudo, um tanto dissemelhante dada a sua formação supranacional na tomada de decisões, o que transforma, por consequência, estas relações comunicativas. Ainda segundo o autor, tornam-se “predominantemente do domínio das elites políticas e económicas, e não de um público europeu mais vasto” que, por seu turno, apresenta défices de interesse, e subsequente desconhecimento, generalizado sobre o modo como funcionam as instituições. Isto faz com que a criação de uma esfera pública europeia, definida como um espaço supranacional que ecoa na esfera pública nacional, não passe, na perspectiva de alguns autores, de uma utopia dadas as escassas evidências de que surgira uma influência significativa por parte dos indivíduos no processo decisório da UE (Figueiredo, 2014), nem tão pouco se haveria uma predisposição para tal.

Independentemente do meio para atingir este fim seja através de uma esfera pública à escala europeia, ou de uma europeização do espaço nacional, a necessidade primária de debate deve originar nos órgãos de comunicação social que, reconhece-o o executivo de Durão Barroso, “continuam a ter primordialmente um alcance nacional” (Comissão

¹⁵ O mesmo acontece durante as presidências rotativas do Conselho, que apesar da posição neutral que o Estado membro sob a hegemonia desse título é suposto ter, acaba por colocar o seu próprio país como grande bandeira daquele período.

Europeia, 2006), ao invés de “de meios de comunicação social puramente europeus” Monza & Anduiza (2016: 503).

Há quem acredite ainda que a internet em muito viria contribuir para que este espaço se estendesse à esfera digital e, conseqüentemente, reverter o déficit de participação política. Contudo, e como anteriormente mencionado no que respeita a evolução da relação político mediática, a internet não representa alternativa viável (Figueiredo, 2014).

Schlesinger (2010: 265) considera que a esfera pública pode ser vista como “um espaço onde a comunicação política fala para si mesma”. Foi o que aparentemente aconteceu durante o período do desenvolvimento do prometido tratado constitucional. O escrutínio populacional viria puxar a conversa da política europeia fora da bolha que ecoava para dentro de si mesma: a crise constitucional, torna-se sinónimo da crise democrática, colocando em cima da mesa como sendo direta de uma crise mediática.

3.2. Queda da Comissão Santer e o investimento na comunicação

A Comissão Europeia chefiada pelo luxemburguês Jacques Santer, entre 1995 e 1999, caiu após a única - até à data - demissão do executivo motivada pela moção de censura instaurada pelo Parlamento Europeu, que deu a conhecer a sua vitalidade enquanto anfitriã na casa da democracia europeia.

A ação do Parlamento acontece depois de um relatório, largamente disseminado pelos órgãos de comunicação social, ter colocado em causa a transparência da Comissão Santer, acusada de fraude e abuso de poder. Sem condições para continuar no batalhão europeu, dá-se a sua queda. Segue-a a legitimidade da própria Comissão Europeia que, depois de ter tomado a decisão de “ignorar e evitar perguntas difíceis” (Anderson & Price, 2008: 35) por parte dos jornalistas, leva consigo a credibilidade de toda a União Europeia.

Este é um erro que Meyer (1999: 625) caracteriza como “crucial” durante este período. A entrada no século XXI, deu ao jornalismo domínio sobre si mesmo, passando nesta altura, como supramencionado, a ditar as regras do seu próprio jogo mediático. As “ameaças”, “intimidações” e “tentativas de silenciamento” (Anderson & Price, 2008: 35) endereçadas aos media, ricochetearam a intenção institucional. Ao invés, fizeram apenas aumentar a determinação jornalística. Com um corpo de imprensa mais coeso, nasceu um interesse sem precedentes em aprofundar e apertar o escrutínio na cobertura dos assuntos europeus.

O poder e influencia das instituições europeias, defendem Anderson & Price (2008: 30), “sempre oscilaram em função da natureza da sua relação com os meios de comunicação social”. Mas, fraturada essa relação, resultante da tentativa de fuga ao escrutínio jornalístico por parte da Comissão Europeia, que é quem inicia o processo legislativo afeto a todos os Estados membros, a sua influência política e poder institucional perdem força. Di-Io (2010) a experiência do antigo eurodeputado belga, Gérard Deprez, pertencente ao Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa: “Nessa altura circulava todo o género de mexericos, e as instituições europeias eram vistas como antros de perversidade com clientes, fraude e corrupção”.

Sem a confiança dos órgãos de comunicação social, além de se tornar cada vez mais evidente a percepção de que nada pode ser escondido dos media, o próprio espaço mediático deixa de estar sob o seu controlo político. Urge, então, a necessidade de, tal dita o princípio desta era da comunicação política, profissionalizar os seus gabinetes. Anderson & Price (2008: 36) admitem que foi nesta altura que se verificou um “verdadeiro esforço” institucional para melhorar a qualidade dos serviços de imprensa, motivado pela consciência da existência e um défice de estratégias de comunicação mais sérias para a União Europeia. Até o Parlamento Europeu, que se via a ganhar força democrática, reivindicando poder enquanto ator fiscalizador, reconheceu necessidades de melhorar a sua capacidade comunicacional, entre as quais, destacam Anderson & McLeod (2004), as competências dos seus deputados, diretamente eleitos pelos cidadãos, e a sua literacia em matéria de projeção mediática.

Já na Comissão Europeia, onde a urgência de repor a relação político-mediática e retirar os assuntos europeus da sua própria bolha burocrática aparenta nesta altura ser maior, reconheceu-se que parte da solução estava precisamente em profissionalizar a comunicação dentro do seio institucional. Procedeu-se, por isso, a recrutamentos de funcionários com uma “experiência considerável” em jornalismo (Anderson & Price, 2008: 36), capazes de compreender as suas leituras, necessidades e práticas de trabalho.

Estas reformas começaram a ser implementadas ainda em 1999, no início da Comissão Prodi, presidida pelo italiano Romano Prodi, que deu passos pioneiros em direção a políticas de comunicação na União Europeia, fazendo com que o mesmo, na sua presidência, “ganhasse progressivamente mais confiança na relação que mantinha com os media” (Anderson & Price, 2008: 41).

Deste investimento, reconhecem-no Anderson & Price (2008: 37), rendeu uma “considerável” melhoria na “qualidade e profissionalismo” deste serviço. No entanto, institucionalmente, a escassez de recursos continuava:

“O serviço de imprensa contava apenas com 25 porta-vozes, que lidavam com um corpo de imprensa de Bruxelas de quase 1000 jornalistas acreditados, uma burocracia de cerca de 20 000 funcionários e uma população geral de mais de 300 milhões de cidadãos” (Anderson & Price, 2008: 39)

De acordo com os dados de um estudo publicado em 2022 pelo Conselho da União Europeia, o apelidado *Brussels press corps* (corpo de imprensa de Bruxelas) foi vítima feliz deste investimento: a partir de 2002, e até 2013¹⁶, o número de jornalistas acreditados nas instituições europeias cresceu consecutiva e significativamente. Ainda assim, o efeito noticioso do serviço de imprensa ficou aquém daquilo que era a intenção da Comissão Prodi (Anderson & Price, 2008), uma vez que apesar de conseguir aumentar os jornalistas correspondentes em Bruxelas, continuava a não conseguir chegar àqueles que permaneciam sediados nos Estados-membros, sem recursos para cobrir os temas europeus:

“(...) ao ignorar as redações nacionais, a Comissão esqueceu-se de adaptar as notícias de forma suficientemente direta às necessidades nacionais e regionais, de modo a aumentar as suas hipóteses de garantir a cobertura” (Anderson & Price, 2008:41)

Além disso, a comunicação da Comissão Europeia, consideram Anderson & Price (2008: 40), “continuava a ser, com demasiada frequência, algo que tendia a acrescentar no final do processo de elaboração das políticas, em vez de ser algo fundamental para o seu desenvolvimento”. Prova disso é o investimento na imprensa em 2004, ano em que decorriam eleições no Parlamento Europeu. Ainda segundo Anderson & Price (2008), apenas 17 milhões de euros do orçamento de que a instituição disponibilizava para alocar à imprensa, teve como finalidade chegar aos órgãos de comunicação social, fossem esses televisivos, de rádio ou imprensa escrita. Do mesmo pacote, 35 milhões de euros foram gastos em distribuição de informação através de outros meios como websites, panfletos, ou centros informativos. Os autores apontam para a falta de coordenação da Comissão, fruto de uma também falta de espírito de liderança do então presidente.

¹⁶ A partir de 2013 foi decrescendo, tanto que em 2020 contabilizavam-se pouco mais de 800.

A comunicação de Prodi, continuou, por isso, voltada para dentro, ficando aquém daquilo que seria expectável de uma Comissão ciente de que a maioria dos cidadãos europeus comuns recebia informação através de meios tradicionais, tendo, por isso, dificuldade em influenciar o *agenda setting*.

A “inercia” da presidência de Prodi, foi substituída pela “máquina de comunicação” que prosperou na pessoa de Durão Barroso, “um indivíduo que é um artista consumado e multilingue dos media”. (Anderson & Price, 2008: 44). Foi durante a sua presidência, com início em 2004, que se estabeleceu a comunicação como uma das prioridades a assentar como pilar do funcionamento da ação democrática da União Europeia, tornando-a numa “política de pleno direito” (Monaghan, 2008: 20). Pela primeira vez, destacou-se um Comissário para a Estratégia de Comunicação, a sueca Margot Wallström, que acabou por personificar uma estratégia que viria, tentativamente, encurtar o fosso entre os cidadãos europeus e a União. No seu cerne “está uma tentativa de reforçar a legitimidade democrática da governação da União Europeia” (Monaghan, 2008: 18), abalada depois de uma crise – mais uma: a crise constitucional de 2005.

3.3. Crise constitucional

Este grande passo no sentido do aprofundamento deu confiança à União Europeia de elaborar, então, aquilo que ficou conhecido como Tratado Constitucional. Uma constituição que viria efetivar a idealização federalista de Spinelli, mas acabou por ser chumbada. A vontade popular dos dois países acabou por vetar o tratado que era, por alguns, visto como uma “atualização no que respeita os instrumentos de ação externa da UE” (Rodrigues, 2019: 316), nomeadamente por transferir parcelas de soberania para as instituições comuns. Esta impopularidade e rejeição de uma soberania partilhada viria a ter consequências na legitimidade governativa comunitária, abrindo uma caixa de pandora para as crises que se avizinhavam.

Durante o período “dourado” da política, mais concretamente das democracias europeias, no pós-segunda guerra mundial, imperava a confiança de uma “população dizimada pela guerra” e de uma comunicação social passiva. Os cidadãos aceitavam, de uma forma permissiva, os objetivos europeus como “objetivos superiores” (Conceição, 2016: 29). Nessa altura, a União Europeia era vista como um agente tecnocrático, cujos desafios estavam definidos com linhas de concretização desenhadas por especialistas. Mas uma viragem de órbita, de um sistema de tecnocracia para o delineamento e execução de políticas

fez-se sentir em 1992, aquando da difícil ratificação do Tratado de Maastricht. Preconizava-se, então, a liberalização dos mercados, e a vida dos cidadãos teve impactos que iam para além da promessa de paz. Nela sentiam-se as verdadeiras consequências da integração. Segundo Terra (2010), esta foi a primeira prova de que o consenso permissivo populacional teria de se transformar numa adesão ativa. A mudança não foi imediata, e o ano de 1999 pôs em evidência o muro que separava os cidadãos e o executivo europeu. Mas não foi até 2005 que a voz dos cidadãos fez estagnar o aprofundamento da integração europeia com que se sonhava.

O Tratado Constitucional, concebido para atribuir mais competências supranacionais à União Europeia, representava, para dentro da bolha, um trilha chave em direção ao aprofundamento da integração. Mas depois do Tratado ser submetido ao teste de pulso democrático - o sufrágio universal -, dois países fundadores falharam em ratificá-lo. Os referendos franceses e holandeses ditaram o “fracasso das estratégias europeias” (Gaspar, 2017: 121), e deram início àquela que ficou conhecida como “crise de legitimidade” (Conceição, 2016: 29), que parece ter chegado a um estatuto de discussão intemporal.

Esse momento foi protagonizado por uma opinião pública que começava a questionar a União Europeia e a responsabilizá-la “pelos seus destinos” (Conceição, 2016: 29); ainda que, paradoxalmente, e à luz de Crombez (2003), no seio institucional carecessem (e careçam) mecanismos de responsabilidade democrática.

Os mais otimistas poderão argumentar que os ministros nacionais que se reúnem com os Estados membros em Conselho foram eleitos pelos cidadãos, no sentido em que são eles quem elege o Governo. Mas será necessário lembrar que, nessas eleições, são tomadas considerações nacionais, deixando um espaço em branco para a avaliação das competências desses mesmos ministros a nível europeu – muito embora, e assim o defende (Ferreira-Pereira, 2008: 142), “os interesses europeus [devessem] ser parte integrante do interesse nacional”. Outros poderão acrescentar, para contornar esta refuta, que “quem toma decisões em Bruxelas são os representantes democraticamente eleitos” (Lobo Antunes, 2008: 7) por esses mesmos cidadãos¹⁷. No entanto, e parafraseando Schlesinger (2010: 269), durante as

¹⁷ Verdade que os atuais 21 eurodeputados portugueses foram sujeitos ao sufrágio universal, mas a taxa de abstenção foi quase 70% no ano em que os mesmos foram eleitos. Aliás, desde 1994 que a taxa de abstenção em Portugal para a eleições europeias é superior a 60%. Até que ponto poderemos então considerar esta amostra representativa?

campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu, a comunicação sobre a União Europeia “é moldada pelos quadros políticos nacionais”. O mesmo acontece, acrescenta ainda o autor, quando se realizam referendos.

Por este motivo, e na visão de Anderson & McLeod (2004), pesada parte da responsabilidade no fosso democrático da União Europeia deve ser partilhada com o Governos nacionais, que falham, em termos comunicacionais, “a promover vigorosamente o papel do Parlamento Europeu” – único órgão diretamente eleito “nos próprios territórios” (2004: 916), o que influencia a tendencialmente baixa afluência às urnas. Mesmo os eurodeputados, acrescentam (2004: 911), “sentem-se frustrados com a rivalidade” entre os serviços de imprensa do triângulo institucional, que se baseia num “empurra-empurra” da responsabilidade política. Este vai e vem reflete-se negativamente no eleitorado, que permanece sem compreender como é que o corpo europeu define as políticas que chegam ao seu país.

Talvez o facto de as próprias instituições europeias assentarem as suas missões em objetivos diferentes, potencie este desfasamento. Os Governos nacionais, por exemplo, ao se reunirem em Conselho não dão primazia aos interesses europeus – como faz a Comissão – priorizam, por outro lado, os interesses nacionais. Aliás, no Conselho acentuam-se ainda as assimetrias entre Estados, notáveis durante processos de votação por maioria qualificada que dão maior margem negocial a uns em relação a outros. A pequena dimensão territorial de Portugal, por exemplo, faz com que a sua influência seja consideravelmente baixa nas negociações. A presidência rotativa do Conselho da União Europeia que serve um momento de projeção nacional, ainda que orientando as políticas europeias sob a sua forma comunitária, é um momento de enorme relevância - a presidência portuguesa de 2021 veio comprovar o peso de um Portugal europeu e atlântico, que guiou a União Europeia para a concretização do Certificado Digital.

Quer isto dizer que a comunicação da política europeia é, dentro dos Estados, nacionalizada. Mais acrescenta Terra (2010) que os Governos dão ênfase às consequências negativas das decisões de Bruxelas, numa tentativa de se desvincularem da sua própria responsabilidade política (como aconteceu aquando das políticas de austeridade implementadas pela *troika* na crise do euro). Aquilo que chega aos cidadãos são já os impactos, ou o *output* político, de decisões tomadas por órgãos distantes, cujo empenho é deficiente. Os portugueses, por exemplo, nunca foram chamados para auscultar qualquer

decisão de nível supranacional, como a ratificação de tratados ou, indo mais longe, a própria integração (Figueiredo, 2014). O que disto resulta é um “progressivo enfraquecimento da mensagem europeia” (Figueiredo, 2014 :122), e um quase perpetuar do “consenso permissivo” (Conceição, 2016: 28) estabelecido entre cidadão comum e as elites políticas e comunidades epistémicas.

Debater em torno daquilo que é o défice democrático, bem como as suas causas e consequências, pressupõe, à partida, da existência de uma democracia. No caso português, apenas se consolida, por inteiro, a transição democrática do país aquando da sua integração na União Europeia (UE), à data Comunidade Económica Europeia (CEE).

3.4. Portugal na União Europeia: Os marcos históricos de 1992, 2000 e 2007

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia constituiu um meio para muitos fins, passando de uma relação meramente pragmática, por representar a consequência de uma necessidade¹⁸, para o desenvolvimento do europeísmo português. Depois de “ultrapassadas as resistências antieuropeias”, ultrapassavam-se, simultaneamente “todas as hesitações sobre a fórmula da integração europeia de Portugal e concretizava-se a opção europeia” como projeto político (Severiano Teixeira, 2004: 10). Só aí Portugal se assume enquanto país “europeu e atlântico” (Severiano Teixeira, 2010: 54), preconizando o início do fim do isolamento.

1992

As altas expectativas corresponderam que a “primeira década [fosse] indiscutivelmente uma história de sucesso” (Cavaco Silva, 2019: 41). E mereceu um “espaço mediático considerável nos media portugueses” (Gomes, 2019: 69), por estar marcada pelo primeiro semestre de 1992 quando, sob o lema “Rumo à União Europeia”, Portugal assume, pela primeira vez, a presidência portuguesa do Conselho.

Sensivelmente um mês depois do seu arranque, deu-se a assinatura do Tratado de Maastricht, e a posição de Portugal na União Europeia tornou-se comumente “tema de manchete na imprensa portuguesa” (Gomes, 2019:70). É neste momento que se efetiva a *União*, deixando a *Comunidade Económica* para trás, simbolizando o primeiro grande resultado, e um bom prelúdio, do caminho português na UE. Cumpriu-se, até porque era de

¹⁸ A consolidação do regime democrático, objetivo político primordial edificado por Mário Soares, primeiro-ministro português entre 1983 e 1985

“estrito interesse nacional” (Martins, V. 2019: 126) que esta presidência fosse um sucesso, tendo avançado de forma “irreversível” (2019: 133) no sentido de efetivar o mercado interno numa referência à escala mundial.

Durante esta primeira década, Portugal ganhou o estatuto de país europeísta, plenamente integrado no aprofundamento do processo europeu. Estatuto esse reconhecido na sua dimensão interna, valendo-lhe uma nota popular positiva transcrita no entusiasmo e euforia dos cidadãos, e numa imprensa com “um claro empenho em falar do assunto” (Gomes, 2019: 70). Mas também no pano externo, onde começou a ser visto com outro respeito e prestígio, ganhando credibilidade negocial para defender os seus interesses nacionais (Martins, V., 2019). Jacques Delors, o então presidente da Comissão Europeia, não poupou elogios e, após o sucesso do semestre, referiu que Portugal, ao lado da sua vizinha Espanha, se comportava como país fundador – ou, pelo menos, “fundador do euro”, como titulava anos mais tarde um artigo do jornal Público na edição de 1 de Maio de 1998.

Uma mudança pautada também não só pelo aparecimento de emissoras de televisão privadas (a SIC, por exemplo, começou em outubro de 1992), mas de jornais especializados em economia que, considerando a base económica monetária da União Europeia, acabaram por dar ao espaço mediático uma “maior capacidade para abranger mais assuntos, como no nível de especialização com que os mesmos assuntos eram tratados” (Gomes, 2019:67). Durante a presidência, os jornais “replicavam” (Gomes, 2019: 70) o modelo do Diário de Notícias, que tinha uma secção dedicada aos assuntos europeus (apelidada de “Europa”), e o Expresso, outro exemplo, que dedicou uma secção só à presidência portuguesa.

Mas o virar do século “caracterizou-se também pela “transformação das comunidades europeias numa união política inacabada, com real impacto na vida dos cidadãos” (Sampaio Nunes, 2019: 171). Portugal que “passou a pertencer ao pelotão da linha da frente dos Estados membros que pertenciam a um processo cada vez mais aprofundado” (*ibidem*), não se viu capaz de, na mesma linha, aproveitar o “comboio europeu” para modernizar a sua economia e tornar-se mais competitivo (Conceição, 2016: 66) e acabou por atravessar uma década com um dos piores registos de crescimento económico a nível mundial, reentrando num período de estagnação.

A ideia utópica de que Portugal conseguiria, em menos de duas décadas de democracia, superar os atrasos consequentes a quase cinquenta anos de ditadura (Conceição, 2016) acabou por ser rompida pelo ainda baixo nível educacional e a baixa produtividade

económica. Ainda que, na passagem para os anos 2000, que inicia uma nova presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, se tenha verificado uma considerável modernização do país em termos de infraestruturas, bem como um maior fluxo de fundos estruturais (Sampaio Nunes, 2019), a verdade é que Portugal continuava atrasado e sem conseguir alcançar níveis de desenvolvimento de outros países europeus em situações económicas semelhantes (Conceição, 2016). E os jornais portugueses, na investigação de Silveirinha (2005), mencionaram estes problemas, colocando a bitola no aumento dos preços subsequente à conversão do escudo para euro que se concretizaria nos anos seguintes. Ainda assim, a “nostalgia do escudo esteve quase completamente ausente nos jornais” (Silveirinha, 2005: 75).

2000

Em todo o modo, Portugal parecia projetar-se melhor para fora do que para dentro. O próprio retrato que Francisco Seixas da Costa (2019: 299), à data Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, faz de António Guterres, Chefe do XIV Governo Constitucional, parece representar isso mesmo: “as pessoas pareciam gostar mais dele lá fora do que cá dentro”. Esta foi uma altura em que, apesar das adversidades nacionais, Guterres adotou uma orientação portuguesa muito mais europeísta, embora parecesse “campeonato acima do nosso nível” (Seixas da Costa, 2019: 300). Ainda assim, foi sob esse espírito que se conduziu a presidência portuguesa de 2000, que conseguiu virar para o novo século com prestígio para a diplomacia e administração pública nacionais. O instrumento do euro rapidamente ganhou uma narrativa na imprensa de “que traria crescimento económico para o país” (Silveirinha, 2005: 77), tornando-se “tema de discussão, de visibilidade e (...) um quadro de referência para os cidadãos (Silveirinha, 2005: 71).

Isto viabilizou caminho para que, a curto prazo, um português, no caso, José Manuel Durão Barroso, viesse ocupar o cargo de presidente da Comissão Europeia (Seixas da Costa, 2019), estrutural para a definição, como veremos na secção seguinte, de uma política de comunicação à escala europeia.

A grande novidade à entrada de um novo século é a corporização da identidade europeia com a introdução do euro enquanto moeda única, a qual Portugal aderiu desde início. No entanto, ficava ainda por definir “uma posição portuguesa sobre o modelo político da Europa” (Gaspar, 2000: 371), tornando-se uma urgência para o país assegurar o mesmo nível de “acesso aos fundos de solidariedade, no quadro das negociações” (Gaspar, 2000:

370) até porque, em 2004, a União Europeia viria a aprofundar o seu processo de integração com o maior alargamento da sua história.

2007

Coube à terceira presidência portuguesa, que ocorreu em 2007 e cujas bandeiras foram profundamente viradas para o caráter institucional, fechar o Tratado de Lisboa, “um dos mais importantes da história” europeia por ser “justamente um dos mais difíceis compromissos de obter” (Lobo Antunes, 2008: 7), dado que se tratava de uma retificação do falhanço constitucional.

Falhar novamente precipitaria a União Europeia para uma “crise política e psicológica sem precedentes” (Lobo Antunes, 2008: 7). Das autoridades portuguesas esperava-se, então, que “conseguissem gerar o indispensável consenso político em torno [deste] novo texto legal” (Ferreira-Pereira, 2008: 132) – e a “nota dominante”, escrevia o Diário de Notícias na edição de 17 de outubro de 2007, é a de um “otimismo” tal, que a aprovação deste novo Tratado, dito Reformador, é dada como garantida (Serro, 2011: 10).

Assim, sob a epígrafe “Uma União Europeia mais forte para um mundo melhor”, Portugal assumiu a presidência seguindo um programa pensado a três - o trio Alemanha, Portugal e Eslovénia, que estreia um modelo constado no tratado por assinar. A promessa era a de reformar os tratados e modernizar as economias e as sociedades europeias, reforçando o seu papel no mundo. E, assim, se conduziram as negociações que viabilizavam uma ação da União Europeia “mais eficaz, democrática e transparente” (Lobo Antunes, 2008: 6). Desta feita, Portugal mostrou a sua competência, assegurando um “lugar que lhe pertence por direito próprio no sistema internacional” (Lobo Antunes, 2008: 5), excedendo a sua dimensão económica e demográfica.

A verdade é que a presidência de 2007 decorreu de um período de maioria absoluta do Governo socialista de José Sócrates, a quem oposição reconhecia, de forma desinspirada, a “excessiva dedicação aos dossiês europeus” (Ferreira-Pereira, 2008: 132). No entanto, foi fruto desse contexto em que o “chefe de Governo podia estribar-se numa maioria absoluta parlamentar e num confortável distanciamento temporal relativamente às próximas eleições gerais” que, segundo Ferreira-Pereira (2008: 132) o fez “devotar tempo e energias ao desafio europeu sem temer, em demasia, os efeitos negativos causados pelas críticas”. E, assim escrevia o Diário Económico na edição de 25 de junho de 2007, “a sorte sorriu a José Socrates” quando brindou, sem grandes entraves, com o nome da capital no tratado que

definiu as diretrizes sobre a qual a União Europeia se rege ainda hoje. Todos os objetivos aos quais Portugal se propôs “foram alcançados nestes seis meses” (Lobo Antunes, 2008: 5), e acreditava-se numa Europa “em plenas condições de dar novas respostas políticas coletivas aos desafios” (Lobo Antunes, 2008: 7). Um otimismo que “contagiava os jornalistas” (Serro, 2011: 11), que embora demonstrassem algumas dúvidas quanto ao acordo, “a tônica geral era positiva”. Uma boa cobertura “tanto em quantidade como em qualidade”, sobrando elogios para o serviço de imprensa (Serro, 2011:17)

A terceira década da participação portuguesa na União Europeia (2010 – hoje) não podia deixar de “refletir as profundas alterações (...) na cena mundial que, naturalmente, tiveram enormes consequências para a Europa e, claro, para o país” (Rosa Lã, 2019: 341). Portugal, desiludido com a má gestão interna dos recursos disponibilizados aquando da sua adesão, foi especialmente afetado pela crise do euro. No quadro externo e nas suas relações interdependentes, Portugal assumia um papel de Estado devedor e, enquanto tal, precisava urgentemente de um resgate financeiro. A *troika*, constituída pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, entrou em cena para assistir os Estados mais frágeis, que não conseguem sobreviver sem ajuda externa. Portugal aceita a sua inevitável derrota moral, obedecendo a regras ditadas pela *troika* (Conceição, 2016). Assim, se abre uma década de desalento.

O quadro das relações internacionais experimenta, neste período, “uma alteração substancial nos equilíbrios mundiais” (Rosa Lã, 2019: 341). Foi o fenómeno da globalização que trouxe a onda da crise da dívida soberana, vinda dos Estados Unidos, para uma Europa vulnerável e incapaz de reagir, “a tempo e eficácia, na salvaguarda dos seus interesses globais” (Rosa Lã, 2019: 342). Assim, por ainda possuir uma União Económica Monetária incompleta e por consolidar, a União Europeia teve de fazer face à crise implementando um sistema de devedores e credores, no qual as assimetrias da interdependência entre Estados-membros ficaram profundamente vincadas. Portugal, país europeu, “não poderia deixar de refletir e sofrer com as consequências desta situação agravada” (Rosa Lã, 2019: 342), e partilha o destino da Grécia e da Irlanda, países com “fragilidades próprias nas suas estruturas e comportamentos” (*ibidem*). Os apelidados devedores viram-se obrigados a criar políticas de austeridade como resposta ao financiamento internacional, o que provocou um descontentamento generalizado da opinião pública. Os cortes salariais, despedimentos, e aumento de impostos refletiram na qualidade de vida da população. A migração parecia a

única saída e, com isso, Portugal perdeu boa parte do investimento que tinha alocado à educação, já que muitos profissionais competentes acabaram por procurar uma vida melhor em países economicamente mais estáveis. Deu-se, com isto, um verdadeiro declínio da atividade económica, a consequente queda do produto nacional e a incapacidade de competir nos mercados mundiais, ficando à mercê dos países credores.

Como podem, então, os cidadãos ver as suas preferências e interesses transpostos no *output* das políticas europeias, se não têm qualquer influência no *throughput* das mesmas? É isso que questiona Crombez, (2003: 104): “*do people get what they want?*” Para responder, Monaghan (2008) coloca na bitola a função de determinadas camadas da sociedade civil, que têm no cerne da sua ação os interesses e preocupações populares, tornando-as capazes de “comunicar a Europa de formas diferentes” (2008: 19). E dá exemplos: organizações de natureza ambientalista são “intervenientes importantes no sistema da União Europeia”, por contribuírem para o desenvolvimento das políticas, e atentaram ao posterior resultado. Em contrapartida, a autora reconhece que se “torna evidente” a falta de capacidade, ou mesmo de “vontade para se envolverem” (Monaghan, 2008: 19) em comunicações verticais.

Criar parcerias entre “*key players*” (Monaghan, 2008: 20) - sejam esses o triângulo institucional, as autoridades locais e regionais, os partidos políticos ou a sociedade civil -, tirando usufruto dos media e das novas tecnologias, tornou-se ferramenta central para os objetivos comunicacionais desenhados por José Manuel Durão Barroso durante uma presidência da Comissão Europeia cujos compromissos foram transpostos em vários canudos institucionais¹⁹.

3.5. Política de comunicação: Comissão Barroso

Enfrentava-se o início do fim de uma Europa que se julgava “tão próspera, tão segura e tão livre” (Gaspar, 2017: 121), e o incidente do veto constitucional veio torná-lo mais óbvio. O momento da rejeição popular fez urgir a necessidade de “reconquistar a confiança dos cidadãos europeus” (Margot Wallström, 2006). Para isso, compreende-se a importância, cada vez mais indubitável, de comunicar Europa de dentro para fora e a sua influência posterior na opinião pública. “Combater a ignorância e promover o conhecimento”,

¹⁹ O "Plano de Ação" (2005) com vista melhorar a comunicação sobre a Europa; o "Plano D para a Democracia, o Diálogo e o Debate" (2005), documento definiu um período de reflexão depois da crise constitucional; o "Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia" (2006); e o relatório "Parceria para a comunicação sobre a Europa" (2007)

considera Terra (2010: 1), faz regressar à premissa de que uma democracia representativa pressupõe de cidadãos qualitativamente informados, e esse apoio é transposto precisamente na informação que os mesmos recebem sobre o processo de aprofundamento e a influência que tem nas suas vidas. Já que é a compreensão destas matérias que leva a uma participação mais ativa, permitindo a que os cidadãos sejam dotados de discernimento suficiente para que possam avaliar o trabalho dos seus representantes europeus (Laursen & Valentini, 2013). Subentendida fica a importância das próprias instituições estabelecerem uma ponte sólida e transparente que as liga aos media. Se são estes últimos que alimentam a opinião pública, é neles que está a oportunidade de mostrar a capacidade comunitária de “cumprir” (Margot Wallström, 2006). Mas para isso, tornou-se evidente o estabelecimento de estratégias de comunicação que costurassem o fosso institucional e civil.

É certo dizer que a crise veio empurrar a vontade de reformar a comunicação institucional que a Comissão do português Durão Barroso preconizava. O “Plano de Ação para Melhorar a Comunicação Sobre a Europa” foi apresentado a julho 2005, pouco tempo depois dos dois referendos.

“A nível político, estamos a viver uma espécie de ‘tristeza constitucional’. Muitos dos líderes políticos europeus transmitem a mensagem de que perdemos, pelo menos temporariamente, o grande projeto comum, que era o que representava o novo Tratado Constitucional para a Europa”²⁰, (Margot Wallström, 2006)

O “Plano de Ação” tornou-se a primeira fase deste processo de melhoria comunicacional, surgindo assente em três pilares em torno da relação entre o executivo europeu e os seus cidadãos. Um: Informar. Dotar de conhecimento e ferramentas para incentivar a participação no debate político. Dois: Ouvir. Não bastar cidadãos informados, é preciso que sejam ouvidos. E três: Aproximar. Levar a União Europeia a cada um dos Estados membros, dando-lhe um rosto humano: o dos seus comissários, que deveriam começar a “dedicar mais tempo para comunicar” Europa (Comissão, 2005a).

Reconhecendo que a comunicação não é um caminho de “apenas um sentido” (Monaghan, 2008: 20), a Comissão Barroso investiu numa Direção Geral para a Imprensa e

²⁰ “However, at a political level, we are experiencing a kind of “constitution blues”. Many of Europe's political leaders are communicating the message that we have, at least temporarily, forfeited the major common project, which is what the new Constitutional Treaty for Europe represented. There is a feeling that we have come up against a huge obstacle and must mourn the possibility of any such common project that would enable us to hold a truly political discussion on Europe’s future” (Margot Wallström, 2006)

Comunicação (atualmente conhecida como DG *Communication*, ou de abreviatura DG COMM) dedicada a cumprir com estes propósitos. Esta Ação tornou objetivo da Comissão desenvolver atividades “relacionadas com preocupações nacionais e locais específicas, apresentadas numa língua [comum] (...) através do meio que preferirem” (Monaghan, 2008: 20). Para que chegassem às massas, houve ainda investimento num serviço de porta-vozes responsáveis pela relação com os media, com função de transmitirem “as prioridades políticas” (Comissão, 2005a), através de uma reinvenção dos comunicados de imprensa, “de modo a garantir a sua qualidade e adaptando-a às suas audiências” (*ibidem*). Mais: as instituições assumiriam o compromisso de explorar o potencial das tecnologias emergentes, disponibilizando meios para garantir que a imprensa nacional fosse informada “em tempo real” (Comissão Europeia, 2006^a). Com o desenvolvimento do servidor EUROPA²¹, passaram a estar disponíveis vários serviços multimédia (vídeos, som e imagens) das instituições.

Em contrapartida, e identicamente ao que acontece na primeira era da comunicação política, há investigadores que argumentam a tendência para as instituições de instrumentalizar os atores mediáticos em seu benefício. Isto significa que os profissionais de comunicação ao serviço da União Europeia podem, nesta relação, ser vistos como *spin doctors*, disseminando, por vezes, “informação desonesta” (Laursen & Valentini, 2013: 231), por omissão ou deturpação dos factos, com o objetivo de refletir uma autoimagem positiva, procurando apoio nos debates públicos que resultam da formulação de novas políticas. Contudo, esta omissão pode também ser resultado de processos confidenciais, aos quais os assessores de imprensa ficam limitados, como se compreende com os resultados das entrevistas para a investigação de Laursen & Valentini (2013). Segundo este estudo, nas atividades de comunicação externa, dada a complexidade das matérias, torna-se difícil para os próprios assessores de imprensa do Conselho escrutinar que informação pode, ou não, sair das reuniões (geralmente à porta fechada). Se o nível normativo destes profissionais assenta na confiança, imparcialidade e transparência, nestes casos é difícil de manter intactas essas características. Meyer (1999: 633) argumenta, aliás, que a comunicação do Conselho é “invisível”, e não transparente.

²¹ O servidor EUROPA foi criado em 1995 e consistiu numa rede online de informação especializada em assuntos europeus, que foi evoluindo ao compasso da evolução tecnológica e necessidades subsequentes

Isto vem colidir com a autonomia profissional necessária para a execução dos trabalhos jornalísticos, que constitui a base da sua legitimidade (Serrano, 2006). No entanto, um outro argumento assenta no possível défice mediático que parte do próprio jornalismo que, em certa medida, se torna suscetível a acomodar às condições acima descritas. Seja, por um lado, pela saturação do mercado, que resulta numa “falta de espaço mediático dedicado aos assuntos europeus” nos media nacionais (Laursen & Valentini, 2013: 232); seja por se limitarem em “fazer uso das informações genéricas que lhes são transmitidas à distância pelas próprias instituições” preferindo “apenas reciclar” (Ourique, 2014: 44).

À época, a Comissão Europeia assumia este problema, reconhecendo, ainda no Livro Branco, uma cobertura “limitada” e insuficiente, desde os jornais nacionais e regionais, que “têm um grande número de leitores”, ao espaço televisivo com uma “concorrência cada vez mais intensa”, onde as questões europeias ocupam pouco tempo, apesar do reconhecido esforço dos correspondentes. Para, tentativamente, o colmatar, em 2006 definiu-se uma estratégia para “fornecer aos meios de comunicação material que os interesse”, adaptando a informação “às necessidades dos diversos países e segmentos da população” (Comissão Europeia, 2006). Ainda assim, continua a não ser errado assumir que a comunicatividade europeia nem sempre é, ou consegue ser, eficaz. Por este motivo, a UE tem feito um esforço para um diálogo mais aberto e europeizado (Figueiredo, 2014), muito embora não haja quaisquer disposições específicas das mesmas nos Tratados. Mas a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2012) reforça o “direito à liberdade de expressão e de informação” que pressupõe da “liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social” (artigo 11.º); “o direito de qualquer pessoa a ser ouvida” (artigo 41.º); e “o direito de acesso aos documentos das instituições da UE” (artigo 42.º). No seguimento desta Carta, os objetivos primordiais das políticas de comunicação assentam, essencialmente, em auscultar o público (considerando opiniões e preocupações); esclarecer as consequências das políticas europeias no quotidiano dos cidadãos europeus; e estabelecer um melhor contacto com populações locais (nacionais ou regionais) através, precisamente, dos meios de comunicação social.

Desta forma, promove-se suprarreferida esfera pública europeia, e pormenoriza-se aquilo que determina, em certa medida, o sucesso de uma presidência rotativa do Conselho da União Europeia. Mais acrescentam Severiano Teixeira & Saraiva Hermenegildo (2015:

62), que esse sucesso depende ainda “das prioridades políticas definidas e do nível da proficiência do [seu] exercício, dado que não atua num *vacuum*”.

Para o ano 2020, Portugal tinha grandes expectativas: a estabilidade política e economia crescente enunciavam um ano que culminaria com a PPUE no primeiro semestre de 2021 (Dennison & Franco, 2020). Contudo, o destino quis diferente e a pandemia da Covid-19 deu urgência a um novo tempo, um “tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”. É sob esse mote que Portugal herda um cabaz de políticas da presidência alemã, assentes nas alterações climáticas, transição digital e bem-estar social (Dennison & Franco, 2020). Contrariamente ao que acontece nas três presidências anteriores, que parecem assentar numa politização crescente das prioridades, evoluindo de uma “natureza económica e social para opções de natureza institucional e política” (Severiano Teixeira & Saraiva Hermenegildo, 2015: 75), dá-se em 2021 um retrocesso: a pandemia obriga a que as linhas de orientação do trio Alemanha, Portugal e Eslovénia siga um caminho de reestruturação social e resgate económico.

A maneira como essas prioridades passam para o tal espaço público, fica dependente dos jornalistas, que veem o seu sistema de trabalho igualmente reestruturado por força da pandemia. Como ficou, então, condicionada essa cobertura? Para responder, recorreremos a técnicas metodológicas qualitativas detalhadas no capítulo seguinte.

4. Metodologia da Investigação

A revisão teórica apresentada ao longo dos três primeiros capítulos contribui para compreender o enquadramento do estudo de duas formas. Além de apresentar o contexto no qual se desenvolveu a relação entre os media e a política, explicando como a situação atual se desencadeou, e fazendo paralelismo ao aprofundamento da integração europeia, enraizado numa política de comunicação que se aparenta deficitária; introduz também o episódio de uma epidemia sem precedentes, elencando aspetos fundamentais para o reconhecimento da reinvenção do trabalho jornalístico na sua forma e conteúdo.

O desenho metodológico serve, contudo, para, no seguimento da pesquisa anteriormente detalhada, guiar a investigação de forma apropriada, como designa Bryman (2016). É através dos métodos e técnicas, apresentados adiante, que torna possível a concretização da investigação (Espírito Santo, 2015), que parte de uma pergunta, como veremos em seguida, que orienta a investigação (Campenhoudt & Quivy, 2005).

4.1. Pergunta de partida, questões e objetivos de estudo

Este projeto de investigação começou a ser pensado no seguimento de uma inquietação, aquando do confronto de um facto. Nas últimas eleições europeias, que decorreram em 2019, apenas 3 em cada 10 portugueses (30,75%) se dirigiu às urnas de voto, para exercer o seu direito - e dever. Esse ano registou a maior taxa de abstenção desde que Portugal entrou, em 1986, na União Europeia, quando ainda denominada por Comunidade Económica Europeia (CEE).

Como estudado na componente anterior, o papel dos meios de comunicação social enquanto ator democrático passa por criar uma ponte de ligação entre instituições e cidadãos. Mas podem, por isso, “ser responsabilizados pela tendência decrescente da participação europeia” (Norris, 1999)? Sob o olhar da Teoria do Agendamento de McCombs e Shaw (1972), que estuda particularmente campanhas eleitorais, uma vez que os órgãos de comunicação social filtram os assuntos que constam da agenda mediática, sim, podem ser responsabilizados. Mas considerando que a visibilidade mediática se torna, subsequentemente, visibilidade pública (Thompson, 2005), essa responsabilidade é partilhada com os cidadãos, que têm liberdade individual para, com base na informação que recebem, tomar decisões.

A visibilidade pública, que antes de o ser é mediática, conduz-se, segundo Thompson (2005), por regras delineadas pelos meios de comunicação. É neste sentido que a política, que no princípio da sua relação com os media controlava a sua imagem, se viu obrigada a readaptar-se estrategicamente, de modo a entender a lógica dos media e, conseqüentemente, controlá-la. Posto isto, até que ponto pode o Governo, aquando do semestre em que deteve a última presidência do Conselho da União Europeia, ter beneficiado dos condicionalismos impostos pela pandemia da Covid-19, para se autopromover nos meios de comunicação? Esta questão relaciona-se intimamente com o propósito democrático na mediatização deste momento político, dado que a pandemia vem aumentar a precaridade no setor dos media (Camponez, C. *et al.*, 2020).

A presente dissertação propõe, por isso, compreender como o trabalho jornalístico foi condicionado pela pandemia da Covid-19 durante a cobertura da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. Para tal, procurámos construir uma pergunta apropriada (Raymond & Knight, 2013) que servisse de ponto de partida para a investigação, de modo a posteriormente definirmos os melhores métodos a adequar (Busetto, Wick &

Gumbinger, 2020). Por esse motivo, Blaikie (2010) considera este o momento mais importante aquando do planeamento metodológico.

Tendo por base a intenção supramencionada, definimos como pergunta de partida: “De que modo a pandemia condicionou a cobertura jornalística da presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia?”. Por forma a responder, delineámos os seguintes objetivos:

- 1 Identificar a diferença nos ritmos do trabalho jornalístico num novo contexto trazido pela pandemia;
- 2 Compreender de que forma se alterou a relação com as fontes políticas;
- 3 Perceber o propósito democrático na cobertura de temas europeus.

Ainda que ao longo da componente teórica se tenham clarificado certos pontos, para responder à pergunta que abre a investigação continua a ser necessário identificar como os jornalistas (objeto de estudo) reagiram ao fenómeno Covid-19, e às subsequentes limitações que introduziu no quotidiano laboral, para a efetivação do seu trabalho durante a cobertura mediática da política europeia durante a última presidência portuguesa da UE.

4.2. Método e técnicas de investigação

O procedimento para a análise de estudo faz uso da metodologia qualitativa, por sinonimizar, na teorização de Philipsen & Vernooij-Dassen (2007), o estudo dos fenómenos, com base na experiência direta dos seus intervenientes, e no qual é valorizado uma descrição construtiva para a análise. Assim, através de entrevistas semiestruturadas, com espaço para aprofundar o questionamento social (Sparkes & Smith, 2014) dada a abertura na forma como são construídas, propicia, no seguimento da conversa, o surgimento de novas questões. Desta forma, o estudo corre menor risco de enclausura, ou enviesamento de resultados, uma vez que é dada primazia às experiências individuais de cada um dos intervenientes.

Procurando estudar o impacto real da pandemia na adaptação dos trabalhos dos atores mediáticos, e da responsabilidade na manutenção de uma democracia pluralista e transparente num contexto sem precedentes, procedeu-se à recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas a jornalistas que exercem funções comuns – uma vez que cobrem temas que muitas vezes se cruzam – mas em diferentes tipos de meios.

Posto isto, e para a concretização dos objetivos anteriormente expostos, a utilização destes métodos assumem o propósito de criar uma ponte de compreensão entre: 1) o comportamento dos media face à Presidência Portuguesa do Conselho, incluindo as suas

prioridades, desafios, objetivos, entre outros tópicos relevantes, desconstruindo o que motiva tal comportamento; e 2) o contexto da pandemia da Covid-19 e aquilo que a mesma veio condicionar para o desempenho destas funções.

4.3. Entrevista semiestruturada

Como sugere Bryman (2016), durante as entrevistas semiestruturadas o investigador tem responsabilidade de manter uma mente aberta sobre a própria investigação e respetivos conceitos. Por seu turno, Maxwell (2012) perfila os investigadores que utilizam uma metodologia qualitativa, como prováveis de utilizar dois tipos de questões que contribuem para este tipo de desenvolvimento teórico. Por um lado, questões sobre o significado dos acontecimentos e atividades para as pessoas nelas envolvidas; por outro, questões sobre a influência do contexto físico e social nesses acontecimentos e atividades.

Assumindo estas considerações, procedeu-se à elaboração de um conjunto de perguntas semiestruturadas, cuja linha condutora não está condicionada a si mesma, podendo ser readaptada consoante as respostas. Durante a construção do guião (como veremos no ponto 4.3.1.), procurou-se manter a clareza e lógica das questões, evitando ambiguidade e havendo um esforço para a reorientação da entrevista em caso de necessidade. As questões foram divididas por segmentos, de modo a facilitar a posterior análise do conteúdo. O fator memória mostrou-se fundamental, pelo conteúdo se tratar de um acontecimento já datado.

Os participantes foram criteriosamente selecionados (4.3.2.) consoante a atividade profissional (jornalistas), e a posterior seleção regeu-se pelo meio e área de trabalho. Só depois se procedeu ao contacto e recolha de informação (4.3.3.)

As entrevistas, decorridas entre os meses de outubro e novembro de 2022, foram conduzidas individualmente, de modo a evitar qualquer tipo de influência nas respostas entre os pares.

4.3.1. Guião de entrevistas

O guião de entrevistas (Tabela 1; Apêndice A) foi desenvolvido de forma a permitir respostas abertas. O que significa que apesar de existir uma linha condutora, dependendo do fluxo de diálogo, existe espaço para que surjam novas questões, alterando esse alinhamento. Aquando do processo estrutural, foram tidos em conta três tópicos, com base na revisão literária e objetivos de investigação.

Primeiramente importa compreender o que é que a última presidência portuguesa teve de diferente das anteriores. Na resposta, procura-se saber se a pandemia foi, ou não, fator de

diferenciação. Partindo dessa pergunta, e com base nas respostas, vão surgindo as seguintes, sob o propósito de esmiuçar essas diferenças e esclarecer em que pontos pode a pandemia ter, no caso, interferido. O segundo tema serve para compreender a relação entre os jornalistas e as temáticas europeias, e que balanço fazem do espaço mediático que lhes dedicam. Também importa neste ponto saber qual o propósito democrático na cobertura de eventos europeus, com especial atenção para a Cimeira Social do Porto.

Por fim, o objetivo debruçou-se em aprofundar não apenas a dependência dos atores mediáticos e as suas fontes durante a pandemia da Covid-19, mas também a ligação com os meios tecnológicos emergentes que, direta ou indiretamente, podem interferir no trabalho jornalístico.

<p>A. Cobertura da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia</p>	<p>A-1. O que é que a cobertura desta PPUE teve de diferente das anteriores?</p> <p>A-2. Reconhecendo a relação necessária entre os atores políticos (fontes) e mediáticos (emissores), de que forma se alterou o contacto numa PPUE em contexto pandémico?</p> <p>A-3. O que é que o contacto presencial contribui, a mais ou a menos, comparativamente ao contacto por vídeo conferência?</p> <p>A-4. Como se volta à cobertura de eventos presenciais, ano e meio depois?</p>
<p>B. A relação político-mediática na União Europeia</p>	<p>B-1. Considera o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus suficiente?</p> <p>B-2. Porque se intensifica o fluxo informativo destes temas durante os semestres da presidência?</p> <p>B-3. Qual o propósito democrático em promover este semestre?</p> <p>B-4. É propício o lisonjeio da imagem do Estado?</p> <p>B-5. É o alegado défice democrático no seio da União Europeia sinónimo de um défice mediático?</p> <p>B-6. Terá sido a cobertura mediática da PPUE suficiente para encurtar a distância entre os cidadãos e a política europeia?</p> <p>B-7. Considera que os jornalistas possuem informação suficiente sobre a complexidade dos assuntos europeus?</p>

<p>C. Interdependências</p>	<p>C-1. Terá o jornalismo ficado refém das autoridades governativas, servindo enquanto meros porta-vozes do poder?</p> <p>C-2. O jornalismo careceu de informação por parte das suas fontes?</p> <p>C-3. Concorde que se potenciou, nesta altura, uma relação interdependente entre os media tradicionais e os media digitais?</p> <p>C-4. Quais os benefícios e desvantagens do reforço tecnológico?</p> <p>C-5. Essa dependência cresceu conquanto o aparecimento da Covid-19?</p> <p>C-6. O imediatismo exigido pelo ambiente <i>online</i> está a colocar em causa o rigor das notícias?</p>
------------------------------------	--

Tabela 1 - Guião de entrevistas

4.3.2. Identificação e seleção dos participantes

Para a seleção dos entrevistados, em primeiro lugar foi importante identificar jornalistas que, no tempo sobre o qual se debruça a investigação, estivessem em exercício de funções. Para esse processo, foram consultadas as fichas técnicas de vários órgãos de comunicação social, para que se procedesse ao reconhecimento daqueles que trabalham nas áreas da política, internacional e estudos europeus.

De seguida, de uma primeira listagem, foram verificadas as peças publicadas durante o período de interesse, sendo relevante para o estudo que os mesmos tivessem participado da cobertura da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, incluindo a presença no evento da Cimeira Social do Porto. Depois foi feita uma divisão entre órgãos de interesse, que deveriam diversificar no meio: agência de notícias (Lusa), televisão (RTP e SIC), rádio (Renascença), jornal impresso (Expresso) e jornal *online* (Observador). Deste modo, apesar da transversalidade inscrita nos seus perfis, conseguir-se-ia compreender as principais diferenças e especificidades entre uns e outros para a efetivação dos trabalhos individualmente. Dois dos jornalistas entrevistados foram propositadamente escolhidos do mesmo órgão de comunicação, agência Lusa, por ter trabalhado enquanto *media partner* da presidência portuguesa.

O total de seis entrevistados variaram entre editores, de política ou internacional, jornalistas e correspondentes em Bruxelas. O equilíbrio de género foi igualmente considerado.

4.3.3. Procedimento de contacto e recolha

Os participantes foram contactados de forma individual por duas vias diferentes, que variam entre correio eletrónico e telefone. A primeira abordagem consistiu no

enquadramento da presente investigação, deixando claro que se debruça sobre comunicação e cuja finalidade é meramente académica. Foi apresentado o contexto sobre o qual se debruça a discussão e o tipo de dados a recolher.

Depois das várias respostas positivas à proposta de colaboração, procedeu-se à calendarização de data e local e/ou meio conveniente para ambas as partes, que assegurasse de igual forma as condições necessárias para o decorrer das entrevistas em tempo útil e compatibilidade horária para ambas as partes. Esses locais variaram, por isso, entre a videochamada e encontro presencial.

Os participantes foram, em tempo útil, devidamente notificados sobre a finalidade dos dados recolhidos durante o desenrolar da entrevista, tendo dado o seu consentimento informado para a sua posterior utilização. Aos entrevistados, foi garantida a confidencialidade das informações fornecidas, mantendo o anonimato.

Antes do arranque, os entrevistados foram informados de que as suas respostas seriam gravadas e depois de o autorizarem, aceitando a justificação e compreendendo a necessidade para melhor garantir o rigor necessário durante o posterior tratamento da informação ali recolhida, deu-se início às entrevistas. A sua duração rondou entre os 30 e os 50 minutos.

5. Apresentação de resultados

A presente investigação pretendeu compreender como é que a pandemia da Covid-19 condicionou o trabalho dos jornalistas portugueses durante a cobertura do semestre em que Portugal deteve a presidência do Conselho da União Europeia (UE). Para isso, através da elaboração de um guião, e posterior condução de entrevistas semiestruturadas realizadas a uma seleção de atores responsáveis por cobrir o evento da Cimeira Social do Porto, procurou conhecer-se as variações entre atitudes e práticas resultantes da experiência individual de cada um dos entrevistados.

Depois da realização das entrevistas, cujo áudio foi gravado, procedeu-se a uma transcrição manual para o computador. Este processo permitiu a que as respostas para análise, passassem a ficar registadas em formato de texto. Depois de alinhadamente transcritas por ordem de ocorrência, e ainda antes do seu tratamento, cada entrevista foi relida de modo a garantir as correções necessárias. Completado este passo, iniciámos o tratamento das respostas.

Como característica deste tipo de entrevistas, à medida que são apresentadas respostas, o guião conduz-se de maneira não linear. Para dar uma estrutura legível aos resultados, recorreremos à sua divisão sob auxílio de tabelas, de modo a possibilitar uma sistematização das respostas por problemáticas. Essa escolha potenciou um cruzamento mais simples dos resultados, dando uma melhor noção entre posições convergentes, mas também divergentes, sendo que ambas interessam para o estudo. Verificámos que, depois de as respostas por entrevistado serem distribuídas por colunas, correspondentes às respetivas temáticas, os contributos que se pretendiam, de uma maior agilização da comparação longitudinal das experiências dos entrevistados, foi conseguida.

Tendo isto em conta, ao longo do próximo capítulo são apresentados os resultados considerados relevantes para responder aos objetivos de estudo mencionados no capítulo 4. Para o efeito, o tratamento do material empírico recolhido foi tecnicamente processado através da aplicação da análise de conteúdo.

A apresentação e respetiva análise dos resultados obtidos culmina ainda na sua interpretação e discussão, cruzando respostas entre entrevistados, literatura e objetivos.

5.1. Análise e discussão

Com o propósito de facilitar a leitura deste ponto, procedemos a uma análise dos resultados, e posterior discussão, a partir de três temáticas distribuídas em função da sua relevância, por considerarmos que contribuem para o entendimento das diferentes narrativas.

A primeira incide sobre aquelas que foram as principais diferenças destacadas pelos jornalistas durante a cobertura da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia considerando o contexto pandémico em que decorreu. Este tema acaba por ser o primeiro passo para a aproximação da resposta à pergunta de partida, uma vez que evidencia de forma direta as posições e perceções de cada um dos jornalistas, que trabalham para diferentes meios e que, por consequência, requerem de necessidades diferentes.

No seguimento desta primeira temática, desbloqueia-se caminho para a segunda: o contacto com as fontes. Considerando que o trabalho jornalístico, cumprindo e seguindo os seus direitos e deveres, pressupõe de uma verificação dos factos, torna-se necessário identificar os constrangimentos protocolares de uma presidência em tempo de pandemia que pode ter influenciado o contacto com, neste caso, as fontes políticas. A partir deste ponto, desdobra-se o seguinte: o propósito democrático da cobertura da presidência portuguesa, que acaba por tocar, de forma quase inevitável, em pontos relevantes sobre os temas europeus

no geral, a sua cobertura, e o porquê da intensificação da sua mediatização aquando de um momento político que, apesar de representar a liderança do pelotão europeu, não deixa de ser nacional.

5.1.1. Presidência portuguesa em contexto de pandemia na perspetiva jornalística

Partindo da questão que desdobra a primeira temática da análise de conteúdos, tendo por base os resultados obtidos, compreende-se que todos os jornalistas entrevistados (Entrevistados I, II, III, IV, V e VI) identificaram condicionalismos à cobertura mediática da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, apontando a pandemia como principal impulsionador:

“Alterou-se muito (...) devido à pandemia” (Entrevistado I); “as condições mudaram (...) devido ao contexto da pandemia” (Entrevistado II); “a pandemia afetou muito” (Entrevistado III); “trabalhar ao contexto da pandemia” (Entrevistado IV); “Houve muitas diferenças durante a pandemia” (Entrevistado V); “o facto de a última presidência ser condicionada pela pandemia” (Entrevistado VI).

Considerando que esta componente teve como critério uma seleção guiada pela diversidade etária dos entrevistados, é de notar que nem todos têm referência direta a presidências passadas – a última ocorreu em 2007. Têm, contudo, e devido às áreas em que trabalham (política, internacional e assuntos europeus), contexto profissional suficiente que garanta competências para responder à pergunta que, transversalmente, além de imediata, foi semelhante.

A memória comparativa aqui invocada ganha relevância empírica por ser, segundo Eggen, van den Hoven & Zijlema (2019), um mecanismo que leva as pessoas a experiências passadas, o que contribui para a discussão da presente investigação, de análise qualitativa, que procura entender o fenómeno através de experiências individuais e subjetivas. Usando elementos de referência retrospectiva, os participantes são confrontados com situações idênticas a outras já vividas, contribuindo para o objetivo comparativo de identificação de diferenças entre um e outro momento, e uma e outra vivência.

As “alterações”, “mudanças”, “adaptações” e “diferenças” respetiva e sinonimicamente repetidas pelos Entrevistados II, III, IV e V, corroboram as aprendizagens obtidas na componente teórica da presente investigação, ganhando significado em referências como “as reuniões começaram a ser mais híbridas entre o *online* e o presencial” (Entrevistado IV) ou “os pontos mais altos das presidências foram realizados de forma híbrida” (Entrevistado III), reforçando a ideia refletida no segundo capítulo de que os

espaços digitais ganham, neste período, um novo propósito. Por outras palavras, veio permitir, ou impulsionar, que certas atividades adotassem versões digitais de si mesmas, contribuindo para o usufruto de plataformas que possibilitam uma presença distante – ainda que “muitas vezes”, tal refere o Entrevistado III, “não funcionem muito bem”.

Sustentado pelo estudo de Camponez *et al.* (2020), durante a pandemia houve uma adoção de ferramentas digitais que suplementaram o exercício jornalístico, seja através da realização virtual de conferências e briefings dirigidos à imprensa, entrevistas via videoconferência ou presença das fontes por vídeo em espaços de comentário televisivo. E mais, com isso possibilitaram também a sua continuidade. A imposição da distância física veio, desta forma, enfatizar a necessidade tecnológica de quem trabalha em comunicação social, por dela dependerem os jornalistas para a efetivação dos propósitos da atividade. Mas ainda que na experiência do Entrevistado I a posição dos media em relação aos meios tecnológicos seja de uma interdependência que “vem de antes” - como explicava Bastos (2012) ao referir que o jornalismo não se pautou de imunidade durante as transformações tecnológicas -, o novo contexto abriu um também novo leque de possibilidades à distância, que tornaram esta “profunda interdependência” (Cardoso, 2006: 16) mais óbvia, ganhando um estatuto efetivo durante o trabalho dos atores mediáticos.

O início da pandemia, abriu um renovado tempo na circulação de informação, conta a experiência do Entrevistado II, uma vez que os jornais deixaram de estar nas bancas. Resultante dessa alteração de hábito de consumo, há atualmente “muito menos pessoas a comprar o jornal”, ou porque migraram para o digital, ou – e vai mais longe – porque deixaram completamente de ler. Por este motivo, continua o Entrevistado IV em corroboração destes argumentos, “as instituições e os jornalistas foram obrigados a adaptar-se ao meio *online*”.

Mas regressando à linha pensamento do Entrevistado I, que em certa parte refuta essa ideia, continua com a garantia de que a transformação não veio ao mesmo tempo da pandemia, mas previamente a essa que apenas reforçou uma dependência pré-existente. Ou seja - e justifica - a transferência dos meios para o espaço *online* aconteceu de forma indissociável ao princípio da era tecnológica, uma vez que as pessoas adotavam progressivamente e com maior frequência esses mesmos meios. Tendo em conta esta transformação e o princípio precípua de estar onde os públicos estão, o Entrevistado da Lusa mostra alguma resistência à responsabilidade que a pandemia tem nessa decisão.

Em todo o modo, ainda que previamente iniciado, a pandemia potenciou uma aceleração deste processo, e os órgãos de comunicação tiveram de se adaptar a novas cadências de tal forma que, repetem transversalmente os entrevistados, estas novas formas de fazer jornalismo não vão desaparecer:

“as instituições e os jornalistas foram obrigados a adaptar-se ao meio online e isso ficou, isso não vai desaparecer (...) continuamos a ter formatos híbridos, (...) porque se tornou uma rotina” (Entrevistado IV)

E, além de “rotina”, acrescenta o Entrevistado IV, estas novas esferas fizeram com que algumas componentes do trabalho jornalístico se tornassem “mais cómodas”. Desse comodismo partilha a experiência enquanto jornalista de televisão, em que a imagem não se torna tão somente complementar àquilo que está a ser noticiado. Como suprarreferido, a televisão tem na imagem a sua estrutura, mas aquando da pandemia, considera o jornalista da RTP, “alteraram-se os valores” e a necessidade de fontes – que passavam a aparecer através de videoconferência – “sobrepôs-se à qualidade da imagem”. Como defendido no capítulo 2, a competência da televisão não perde, por isso, o princípio de existir para as pessoas, independentemente de onde estejam.

Na perspetiva daquilo que será o futuro do jornalismo, o Entrevistado II concorda que o da rádio é *online* (“o futuro da rádio é *online*”), da mesma forma que o Entrevistado IV diz que esta interdependência “não vai desaparecer”, e que isso não afeta a “essência do jornalismo”, apenas muda a forma como os conteúdos são produzidos e consumidos. Corroborando com a revisão literária desta investigação, estas incorporações mediáticas nas plataformas digitais e sociais não retira ao jornalismo, apenas lhe acrescenta, dando-lhe continuidade nesse mundo digital: “eu não faço jornalismo *online*, faço jornalismo televisivo que depois aparece no *online*” (Entrevistado IV). A pandemia serviu, por isso, como uma aceleração de tendências que se vislumbravam anteriormente.

Mas ainda que com estes novos lugares, que na visão de uns vieram para ficar, “o grande objetivo” (Entrevistado III) da presidência portuguesa, à entrada do ano 2021, continuava a ganhar forma na concretização presencial da Cimeira Social do Porto. Para parte dos jornalistas entrevistados “era impensável fazer à distância” (Entrevistado I). Palavras partilhadas pelo Entrevistado V: “não fazia sentido nenhum fazer sem cobertura mediática *in loco*”. Por esse motivo, esta Cimeira representou, ao mesmo tempo, “o grande teste de uma reunião internacional”, continua o Entrevistado IV. Mas até à sua realização,

sofreu de um adjetivo comumente usado, direta ou indiretamente, pelos participantes do presente estudo: incerteza.

Até quase ao último momento, não havia confirmações absolutas, dizem os jornalistas entrevistados, sobre em que moldes o evento iria acontecer, ou sequer se seria presencialmente:

“o programa inicialmente estava sujeito a confirmação” ; “o evento em si não se sabia bem como é que iriam fazer” (Entrevistado III) ; “não se sabia se alguns eventos iam ser presenciais” (Entrevistado VI).

Na retrospectiva do Entrevistado VI, esta incapacidade de dar respostas em tempo útil, enraizando uma “dúvida permanente” durante quase todo o período da presidência portuguesa, que se estendeu durante um tempo em que os eventos presenciais não aconteciam – tal corrobora o Entrevistado I, que classifica como “coisa pouca” o período entre janeiro e abril de 2021 - acabou por limitar, não só a “influência” da própria PPUE, mas também, continua o jornalista, o seu “espaço mediático”, ainda que tivesse, conta o Entrevistado V, a “experiência dos croatas e dos alemães”.

Quer isto dizer que, como Portugal não foi o primeiro Estado membro a presidir o Conselho da UE durante a pandemia – o primeiro foi a Croácia, seguida da Alemanha, tendo estes feito “o maior esforço” (Entrevistado V) - a presidência portuguesa desenrolou-se de forma “muito parecida”, continua agora o Entrevistado IV, com a anterior. Muito embora quando comparado, releva ainda, o contexto em Portugal fosse “ligeiramente melhor na altura do que no resto da Europa”. E isso potenciou, depois de um regresso dito pelo Entrevistado I como “gradual”, a realização presencial da Cimeira Social do Porto.

Este acabou por ser, nas palavras do jornalista da Lusa, “o ponto alto da presidência”, representando, de forma simbólica, o início do fim dos eventos estritamente em espaços virtuais. Tal refere o Entrevistado IV que, na sua perspetiva, caracteriza o momento da Cimeira Social do Porto como “a grande abertura” para o regresso à normalidade. De tal forma, concorda o Entrevistado V, que “passou a ser usada como referência” noutros países a forma como Portugal conseguiu “organizar uma cimeira e meter lá não sei quantas centenas de jornalistas”. Durante a pandemia, houve sempre oportunidade para realizar eventos, fazer entrevistas, e participar em Cimeiras. Mas, diz o Entrevistado II, fazê-las à distância foi “regra”. Uma regra que durou até ao momento da Cimeira Social, que se tornou pioneira pós-pandemia: “Com cobertura de jornalistas no local foi a primeira” (Entrevistado IV).

O sentimento de “conquista” foi ainda partilhado pelo Entrevistado II, que o justifica com o retorno do contacto direto com os agentes políticos. Já o Entrevistado III, por outro lado, e em contrapartida, reconhece alguma estranheza (nas suas palavras: “um bocadinho estranho”), e enumera “uma série de constrangimentos”, que acabaram por ser transversalmente sentidos pelos jornalistas entrevistados, entre os quais, apresentar “testes e mais testes”, como corrobora o Entrevistado V; e “andar sempre de máscara” (Entrevistado III), o que à época foi encarado como “o novo normal” (Entrevistado IV). Ainda assim, e apesar das readaptações ao contexto, os participantes não acusam que as equipas tenham sido desfalcadas, e negam qualquer limite ao número de jornalistas presentes (“acho que não se recusou a acreditação a ninguém”, diz o Entrevistado IV).

Mas ainda que o grande objetivo tenha sido concretizado, o Entrevistado do Observador coloca o sucesso da presidência portuguesa noutros moldes, considerando que apesar de ter “tudo para correr bem” (por ser um país, acrescenta, “muito bem visto em termos diplomáticos na política europeia”), através da referência da presidência de 2007, reconhece, à época, um “peso maior” e uma subsequente “grande atenção mediática”. Além de ter sido um período fora de contexto pandémico, deu-se um grande avanço do aprofundamento da integração europeia: fechou-se o Tratado de Lisboa, que “ainda hoje é seguido” (referido no Capítulo 3). Já em 2021, em contrapeso, a pandemia retirou a Portugal um certo “fulgor” e “gás” político, destaca ainda o jornalista do Observador, considerando que tanto a Cimeira Social, como a UE-Índia, que decorreu imediatamente depois também no Porto, não puderam, dadas as restrições de tempo e espaço, contar com a presença física de intervenientes internacionais como o Primeiro ministro indiano, Narendra Modi (“a Cimeira Social do Porto ficou muito ferida pelo facto de não estar”), ou a Chanceler alemã Angela Merkel. Na opinião do Entrevistado VI, a não presença dos intervenientes políticos acaba por contribuir negativamente, e “a todos os níveis”, para o “sucesso do próprio evento”. Exemplifica dizendo ainda que a “perderia logo bastante” se a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, tivesse apenas marcado presença por videoconferência – o que não aconteceu.

O seguimento deste último argumento levou-nos à segunda temática valorizada na análise, e levantada pela questão: *“De que forma se alterou o contacto com as fontes numa PPUE em contexto pandémico?”*. A novas formas de fazer jornalismo durante a pandemia

levaram a uma despersonalização do contacto com as fontes de informação, a que se referiam Fidalgo, Martins & Miranda (2021), citados aquando da revisão literaria. No estudo de Camponez, *et al.* (2020) este tópico surge entre os aspetos deontológicos do trabalho jornalístico mais colocados em causa durante a pandemia da Covid-19 (em segundo lugar, de forma maioritária, depois do rigor jornalístico). O que é que, afinal, muda no contacto presencial *versus* o contacto remoto com fontes em eventos – nos quais normalmente estariam presentes estas fontes?

5.1.2. Contacto com fontes políticas

A pandemia, reflete o Entrevistado I, “foi muito penalizadora para o jornalismo”, exatamente por ter contribuído para um afastamento físico com as fontes, deixando uma margem menor para colocar questões e, por consequência, “ter material” (Entrevistado III). Durante a presidência portuguesa, devido às restrições sanitárias, deixaram de existir momentos chave que antecedem ou precedem reuniões - como os *doorsteps* – e durante os quais os atores políticos são questionados e prestam declarações aos órgãos de comunicação.

Em contraponto, os Entrevistados II e VI corroboram a ideia de que a pandemia foi limitativa, mas quando colocam em retrospectiva a cobertura da Cimeira Social do Porto, depõem que mesmo fora do contexto pandémico, não esperavam diferente, uma vez que “quando há eventos europeus” (Entrevistado II), onde marcam presença vários intervenientes da atmosfera política internacional, devido à segurança protocolar, as restrições são habituais. Exemplo disso são os pedidos de entrevista: “Não há muito contacto, só pedindo entrevistas com antecedência, e é muito difícil a resposta a esses pedidos” (Entrevistado II); “É tudo muito marcado” (Entrevistado IV).

Mais fica claro com esta questão que, no que às habituais conferências de imprensa e *briefings* com jornalistas dizem respeito, refere o Entrevistado III: “não deixaram de existir, apenas mudaram de sítio”. Os encontros informais de corredor passaram para o whatsapp, e as declarações passaram a ser por videoconferência: como preconizava Deuze (2006), as redações abriram caminho a novas ferramentas de trabalho.

O Entrevistado do Observador diz que o uso das plataformas *online* “às vezes facilita bastante”, e dá um exemplo: “se calhar antes ligava sempre aos políticos, mas habituei-me a falar com alguns por WhatsApp”. A experiência do Entrevistado V é partilhada, adjetivando

inclusivamente os grupos de WhatsApp como “uma coisa engraçada da pandemia” que “até foi bom” – como concluíram Camponez et al. (2020), a intensificação da ocupação e usufruto destes espaços tecnológicos para o trabalho dos jornalistas foi considerado, por boa parte, benéfico até para o futuro. Ainda o Entrevistado III refere a “abertura maior para as tecnologias” um “ponto positivo”, acrescentando à sua própria experiência que aquilo que acontece hoje no Whatsapp, “era inimaginável noutra altura”, por facilitar, concordando com os testemunhos anteriores, “o contacto com as fontes”.

Desta premissa gera-se uma outra: O que muda, afinal, entre as conferências de imprensa virtuais e presenciais? Em contraponto àquilo que foi dito, os Entrevistados II e III corroboram, respetivamente, a existência de diferenças: “Faz muita diferença”; e “Claro que não é a mesma coisa”.

O problema começa logo à partida, tal refere o Entrevistado II: “qualquer reportagem nasce de contacto”. A opinião parece ser comum entre os participantes nas entrevistas realizadas, que corroboram dizendo o que resultou deste período: a perda de “elementos de reportagem” (Entrevistado VI), que dentro do trabalho jornalístico contribuem para “passar a mensagem toda”. Seja pela “reação” de quem é entrevistado (Entrevistado III), ou, continua a pormenorizar o Entrevistado II, do ambiente presente em redor que contribui para “uma perceção da resposta”.

“Nós pensamos sempre na perspectiva da notícia e da declaração, mas há uma coisa que é importante: a reportagem e os seus elementos de reportagem (...) se a Angela Merkel for ao Porto e tiver minutos à conversa com o António Costa, nada disso é uma declaração ou uma conferência de imprensa. No momento que ela está em Berlim perdem-se todos esses elementos de reportagem. E eu acho que o mais importante para o trabalho jornalístico e para passar a mensagem toda e reportar bem o evento para os leitores, para os telespectadores, para os ouvintes, independentemente do meio, é sempre melhor estarem lá presencialmente os políticos e também os jornalistas” (Entrevistado VI)

Já da experiência em televisão do Entrevistado IV, supramencionada, mas relevante para o contexto de contacto com as fontes, “o acesso mais fácil” à participação acabou por se sobrepôr “à qualidade da imagem”. Nesse sentido, o jornalista da RTP considera-o uma consequência positiva da pandemia, que persiste ainda hoje, contribuindo com mais e melhores acessos às pessoas.

Mas regressando às diferenças entre o contacto presencial e o virtual, dizem os entrevistados que o primeiro é mais “espontâneo” (Entrevistado I), há abertura para “quase

surpreender” (Entrevistado III), e trabalhar numa “espécie operação de charme” (Entrevistado V). O facto de não ser possível abordar os atores políticos durante certos eventos ou declarações prestadas à imprensa, retira o poder primário da ação jornalística: perguntar. Quer isto dizer que, embora seja dada a oportunidade para questões durante um evento ou conferência *online*, a flexibilidade de ir atrás da resposta perde-se, seja pelo “pouco à vontade *online*” (Entrevistado V) das fontes, ou pelos constrangimentos técnicos, tal refere o Entrevistado III quando diz que acabam, certas vezes, por retirar “completamente a oportunidade”; ideia corroborada pelo Entrevistado VI que refere: “às vezes não se ouve bem, passam à frente ou cai a ligação”. Nestes exemplos, e no ponto de vista acrescentado do Entrevistado IV, fica patente que a transferência do presencial para o digital fez com que quem gere a comunicação institucional ganhasse “uma arma importante”: o controlo de informação.

Os Entrevistados I e VI referem ainda o facto de “a informação não vir”, como “um problema” com que se deparam (I), identificando até existir em Portugal uma cultura de resposta “em que não têm de responder aos jornalistas que não lhes são convenientes” (VI) - o que vai contra o direto jornalístico de beneficiar, como defendia Moreira (2020), da falta de silêncio das suas fontes que, ao invés, deveriam responder sempre às perguntas dos jornalistas. Mas por haver “sempre muitas perguntas que vão ficando sem resposta” (VI), estes dois Entrevistados ressaltam que não conseguem fazer uma avaliação se a pandemia fez com que essa situação se agravasse. Aliás, na opinião do Entrevistado VI, “houve aspetos que até melhorou”, talvez pela “quase compreensão mútua” de que a situação pandémica era “crítica”. Também o Entrevistado III reconhece um esforço não só numa informação “cada vez mais clara” proveniente das instituições, que “percebem que se não conseguirem chegar à opinião pública, enfraquece a sua visibilidade” – tal referia Figueiras (2016), que não é somente necessário espaço mediático, mas boa imprensa - como também os jornalistas procuraram diversificar as suas fontes (segundo o Entrevistado I, “os media diversificaram as suas fontes”), o que vem alinhado com o que Lopes *et al.* (2021b) escrevia sobre a procura e seleção de confirmação das fontes na informação que se passava durante a pandemia.

Já no que à Europa comunitária diz respeito, o Entrevistado VI considera que se fez “um caminho que os Governos portugueses, e os políticos, ainda não fizeram”, isto no sentido em que “na Europa as pessoas respondem, ou tentam”. Mais acrescenta o

Entrevistado II, que os órgãos de comunicação social além de dependerem das suas fontes, no que respeita os assuntos europeus e internacionais, dependem também de agências noticiosas, que têm “recursos” e “muita gente” nos países da União Europeia, o que “ajuda muito quem não tem recursos”. Com poucos recursos, e conteúdo disponível através de outros meios, reconhece o correspondente da Lusa (Entrevistado III), “não vão alocar pessoas” para cobrir esses assuntos.

Na mesma linha, é ainda o Entrevistado III quem faz referência às oportunidades que devem ser dadas “aos jornalistas nacionais, de fazer, de certa forma, parte do quotidiano europeu”. Este é um défice apontado na investigação de Anderson & Price (2008), quando sugerem que a grande aposta num corpo de correspondentes sediados em Bruxelas, veio acompanhado de uma incapacidade de potenciar os jornalistas nos Estados membros de recursos necessários à cobertura de assuntos europeus. Os argumentos do Entrevistado III, na sua experiência enquanto correspondente da agência Lusa, sugerem uma ainda centralização da informação sobre a Europa, ainda que se note um esforço para o contrariar.

Desta noção, surge a pergunta seguinte: “*Será que o jornalista detém informação suficiente sobre assuntos europeus?*”, que acaba por colocar em cima da mesa o propósito democrático da própria cobertura da presidência portuguesa que, correspondendo à linha da frente do pelotão europeu, acaba por ganhar maior destaque na comunicação social, ainda que os temas europeus, fora este semestre, acabem por ficar colocados à margem das notícias.

5.1.3. Propósito democrático da cobertura

Com base nas respostas dos Entrevistados, denota-se que apesar de haver um reconhecimento de que os assuntos europeus determinam “a vida normal das pessoas” (Entrevistado II), e haver um esforço para os inserir no espaço mediático, esse ainda não é suficiente.

“Acho sinceramente que tem havido um esforço” (Entrevistado III); “O esforço que nós fazemos todos os dias” (Entrevistado IV); “Não têm visibilidade suficiente” (Entrevistado II); “Podia ser sempre mais” (Entrevistado V).

O que o motiva, segundo os adjetivos apontados pelo Entrevistado IV, é o facto desses mesmos assuntos serem, além de “chatos” e “complexos”, “aborrecidos até para os

editores dos noticiários”; ou nas palavras corroborativas do Entrevistado III, “não são ditos como *sexy*”, e mais acrescenta que são “para um público muito especializado”.

Já o Entrevistado II, levanta outra problemática. “A maior parte de todos aqueles assuntos que eu tenho conhecimento via e-mail não são tratados” ; e justifica-o: “nós não temos mãos”. Essa falta de recursos resulta na reciclagem de que Ourique (2014) falava do uso feito das informações “genéricas” (2014: 44) vindas de Bruxelas. De forma corroborativa argumenta ainda o Entrevistado III, dizendo que “alguns jornalistas acabam por ter de fazer a cobertura de mil e um assuntos, e depois não conseguem especializar-se em nenhum”. Estas ilações vêm alicerçar a noção de precariedade no jornalismo que põe em causa, segundo Bastos (2015), a própria democracia. Ou seja, sem cidadãos informados, não é possível tomar decisões conscientes, e isso, considera o Entrevistado II contribui “para uma certa sombra do ato democrático”, o que vem contra a noção apresentada por Serrano (2016), que considera os jornalistas atores do interesse público e, indissociavelmente, democrático. Mais um motivo que alimenta este círculo, é a saturação do mercado, mencionada por Laursen & Valentini (2013), consequência de uma agenda mediática nacional que torna os assuntos europeus “invisíveis” (Entrevistado II).

Paradoxalmente a este último argumento, reconhece-se que, durante a presidência do Conselho, se dá um aumento significativo no fluxo mediático de temas europeus: “há um spin político da parte de quem organiza” (Entrevistado II), ou seja, os Governos dos respetivos países detentores da presidência. Subentendida fica a perda de autonomia jornalística na decisão do que é levado para a sua própria agenda mediática - autonomia essa que seria essencial para a execução plena dos seus trabalhos. Sendo o Governo português o organizador da presidência e respetiva agenda, desempenhando um papel importante no centro de decisão europeia, e ficando simultaneamente responsável por mexer na agenda nacional, durante o cumprimento daquele semestre, esta segunda ficou “muito condicionada” pela primeira, diz o Entrevistado VI - “a própria agenda política e nacional é muito condicionada pela presidência ser portuguesa”.

Sendo Portugal o anfitrião, considera agora o Entrevistado V, resulta “logo” numa “maior atenção mediática” por parte da bolha nacional, e o que disso resulta é o aumento do volume e maior acesso à informação (Entrevistado III e VI) sobre esse momento político. Intimamente ligado a esta atenção, advém um maior interesse por parte dos cidadãos que são

motivados, dizem respetivamente os Entrevistados IV e VI, por uma “consciência social” e um sentimento de “identificação nacional”. Seja porque o país “é palco” (Entrevistado III), logo existe “a questão da proximidade” (Entrevistado VI), ou porque os intervenientes (nacionais) são reconhecidos na esfera pública: “a presença do primeiro-ministro, ou a presença do Presidente da República, nestes atos provoca uma maior mediatização destes eventos” (Entrevistado VI).

Esse “spin político” resulta, dizem os Entrevistados, da vontade do Estado se afirmar perante a opinião pública a nível nacional, europeu e mesmo internacional – uma vez que junta outros momentos, como a Cimeira UE-Índia, que decorreu no seguimento da Cimeira Social. Considerando esse objetivo político, mais se releva a necessidade da realização de estes eventos centrais presencialmente, por representarem uma oportunidade de mostrar, de dentro para fora, que o país consegue cumprir com as suas prioridades. Uma imagem de “parceiro credível” (Entrevistado I) que só pode, contudo, ser dada através da comunicação social. E é por isso que neste semestre se nota um “maior esforço para chegar aos media” (Entrevistado III) e aumentar, assim, a projeção mediática. A política usufrui, por isso, e como constatado conquanto da revisão literária (Trenz, 2013; Figueiras, 2017), dos media para lisonjear a sua própria imagem, para mostrar trabalho, e que estão “a fazer coisas na Europa” (Entrevistado IV).

Aquando desta confirmação, retoma-se à questão levantada por Lopes *et al.*, (2021a): Podem os jornalistas ter sido usados, através da complexidade dos temas europeus, apoiados às circunstâncias impostas pela pandemia, como um meio mediático para atingir um fim político, agindo em detrimento do poder enquanto meros porta-vozes? Regressando aos argumentos do Entrevistado III, é naturalmente “difícil uma presidência falhar”. Os motivos são simples, e devem-se à máquina e ao tempo que existe por trás, que ajuda a definir prioridades da presidência com antecedência, regendo-se por aquilo que a atualidade dispõe, ou seja, temas familiares às pessoas que carecem de respostas – as quais as presidências se esforçam por dar. “Os países escolhem as prioridades, guiam-se (...) com a atualidade. Por exemplo, os últimos semestres estiveram muito marcados pela pandemia. Agora, pela guerra da Ucrânia, pela crise energética e pela crise de preços”, diz a experiência do correspondente da Lusa. Nesse seguimento, é verdade que durante a anterior presidência portuguesa o tema em destaque, além das linhas prioritárias assegurarem menções aos objetivos ecológicos da Europa comunitária, teve de ganhar vinco na continuidade de dar uma resposta à pandemia.

Uma crise com a qual Portugal se comprometeu e cumpriu, no seu caso, com a efetivação do Certificado Digital – e antes a Alemanha, e depois a Eslovénia, uma vez que as prioridades são tripartidas. Afunilando para a Cimeira Social, conta a experiência do Entrevistado VI, “é difícil escrever negativamente”, uma vez que foi nela que se viram ser cumpridos os então objetivos propostos no início da presidência portuguesa – sendo difícil “falhar”, como acabado de referir na citação da resposta do Entrevistado III.

Ainda que com uma assumida dificuldade em, durante o semestre em que guia a presidência da UE, reproduzir uma imagem do Governo que não seja lisonjeira, as opiniões dos entrevistados divergem aquando da questão sobre a sua dependência em relação à narrativa governativa.

Enquanto o Entrevistado II refere que os jornalistas são “muito reféns da mensagem do poder político”, o Entrevistado III admite, no mesmo sentido, a existência desse risco (porque o “há sempre”) e o Entrevistado V diga que durante as presidências os jornalistas acabam por “encher um bocado ego do Governo”; o Entrevistado IV coloca o peso das suas respostas do lado oposto da balança: “há uma clara tentativa de passar por cima dos jornalistas”. Isto no sentido em que, com a descentralização da busca informativa, iniciada com o aparecimento de meios trazidos pela tecnologia, mas posteriormente impulsionada pela pandemia, os atores políticos dotaram-se de competências para ultrapassar, em certos meios, a barreira mediática passando a coabitar nos mesmos espaços que os cidadãos (Thompson, 2005). Quanto ao seu trabalho como jornalista, o entrevistado da RTP revê, em si mesmo, independência: “Eu cubro a presidência portuguesa como cubro outra presidência qualquer (...) Não é um trabalho do semestre, é um trabalho diário”. E os Entrevistados I e VI acrescentam referências às “técnicas para travar certo tipo de situações” (I) e ao “escrutínio e olhar crítico da comunicação social” (VI) perante tentativas de enviesamento político. Mais corrobora o Entrevistado III, referindo que “a informação não pode passar como vem”. Algo que, continua, “se o trabalho jornalístico for bem feito não acontece” – um contra-argumento à reciclagem supramencionada consequente da falta de recursos.

Ainda assim, o Entrevistado I admite que, durante a pandemia, se agudizou a preocupação em detrimento de “dar toda a informação daquilo que se ia sabendo” sobre a evolução da crise em tempo útil. Para tal, “as fontes eram as autoridades”, o que torna possível aferir, ao lado de argumentos anteriores, que em certa medida a agenda mediática

acabou sendo controlada pelos tempos da agenda política. Essa que se estendeu para lá de nacional, uma vez que a resposta à pandemia da Covid-19 foi dada a nível europeu comunitário - muito embora a saúde não caia em competência supranacional – potenciando a dificuldade em passar a mensagem, seja devido aos fatores distância (Figueiredo, 2014; Ourique, 2014; Comunicação Europeia, 2006), ou retalhos linguísticos (Bastos, 2012; Wilkinson, 2010; Monza & Anduiza, 2016; Figueiredo, 2014) que muitas vezes resultam em medidas transpostas em nomenclaturas que “não dizem nada às pessoas” (Entrevistado III) e acabam, ao invés, por não lhes chegar (Entrevistado VI).

Esta linha faz regressar à complexidade dos assuntos europeus e aos previamente apresentados argumentos reconhecidos, transversalmente, pelos entrevistados quando se referem a um jornalismo “muito especializado” (Entrevistado III) no tratamento destes temas, havendo aqueles que o são e outros que, pelo contrário, mas legitimamente, não (Entrevistado VI). Para o contornar, sublinham a necessidade não só de formação, mas também de um “acompanhamento mais ativo” (*ibidem*) – e de difícil alcance, que resulta da falta de recursos. Para tal, a incumbência divide-se com as instituições, primariamente responsáveis por garantir que a informação objeto de escrutínio chega aos atores mediáticos de forma compreensível, havendo posteriormente responsabilidade jornalística de a “simplificar ao máximo” (Entrevistado III). Para tal, o Entrevistado VI volta a reforçar que “as instituições comunitárias são um exemplo na forma de comunicar com os jornalistas”, algo corroborado pelo Entrevistado IV, que faz referência à “boa articulação” vertical – de instituição, para media. O problema continua ainda assim, a recair no espaço que lhes é atribuído: “é sempre muito pela rama” (Entrevistado IV).

O Entrevistado III concorda com a maior “disponibilidade” das instituições, nomeadamente tendo em conta a existência de um “défice democrático na União Europeia” e do papel que os media têm “para estabelecer pontes”. Mas tendo todos estes fatores em conta, não pode, tal suprarreferia Serrano (2006), esse défice democrático no seio europeu ser resultado de um défice mediático?

Como anteriormente referido pelos entrevistados, ainda que os assuntos europeus tenham beneficiado de um aumento de espaço na agenda mediática portuguesa conquanto o semestre da presidência, o Entrevistado VI refere não se lembrar de ver o tema a abrir telejornais (“não me lembro de ter havido uma abertura de muitos telejornais com a presidência da UE”), o que volta a empurrar estas questões para segunda linha. Ao mesmo

tempo, considera o jornalista do Observador, “não é por aí que [os cidadãos] ficam mais próximos”, desvinculando-se da responsabilidade jornalística ao alegado défice democrático na União Europeia. E continua: “não sei se são os jornalistas que têm que ter essa preocupação de informar por completo, ou fazer por completo com que os portugueses, os leitores, estejam mais bem informados sobre a Europa (...) é parte até de cada um do interesse que quer ter”. O mesmo pensam os Entrevistados III e IV. Enquanto o primeiro diz, paralelamente ao “talvez” relutante do Entrevistado II, que “não se pode tirar desta equação a opinião pública”; o segundo defende os atores mediáticos: “Acho que não há nenhuma presença tão permanente como há das notícias da União Europeia”. Com isto, nega a existência do tal “défice democrático”: “Não sei se há. As pessoas são chamadas a votar e a darem a sua opinião”.

Ao mesmo tempo, os Entrevistados II e IV fazem, respetivamente, referência à distância: “as pessoas estão muito distantes da decisão política europeia”; e “é uma realidade muito distante”. Mas essa mesma distância, quando em contexto de crise, parece encurtar, segundo concordam, direta ou indiretamente, os Entrevistados III, IV e VI que fazem referência à Covid-19 como um desbloqueador do reforço da valorização dos assuntos europeus, seja na esfera pública, ou na agenda mediática:

“aquilo que vimos foi uma resposta europeia a um problema que na verdade era mundial” (Entrevistado III); “em momentos de crise as pessoas ganham mais essa consciência” (Entrevistado IV); “quando chega ao quotidiano uma proibição europeia, sim estão atentos” (Entrevistado VI)

Na perspetiva do Entrevistado II, aquilo que Moreira (2020) argumentava vai ao encontro da sua experiência enquanto jornalista em funções durante o período pandémico: os temas relacionados com a Covid-19 catapultaram para as primeiras páginas dos jornais, e ocuparam os tempos de abertura dos noticiários. Para o jornalista da Rádio Renascença, a população foi “encharcada” deste tipo de notícias – “fomos encharcados de notícias sobre a Covid-19” – e esta influência nos alinhamentos e grelhas dos órgãos de comunicação social, vem corroborar com a disrupção mediática apresentada por Cabrera, Ferin Cunha & Martins (2020), que ao mesmo tempo apressou urgência de dar notícias.

A aceleração do trabalho jornalístico, como pudemos concluir, tem vindo a verificar-se “desde os finais da década de 90, quando se disseminou a internet” (Entrevistado IV). Mas também é verdade, como comprova obliquamente a experiência dos entrevistados II, III e IV, que a pandemia conseguiu, ainda assim, aumentar esse ritmo:

“as coisas aconteceram tão depressa e com tanta rapidez” (Entrevistado II); “pressão diária cada vez maior”; (Entrevistado III); “tudo acelerou, tudo se tornou menos pensado, mais urgente” (Entrevistado IV)

O que o explica é a “pressão” do imediatismo, em “lançar uma notícia” ao mesmo compasso do discurso de um “responsável político”, como exemplifica o Entrevistado III. Esta é uma ideia anteriormente defendida por Peters (2016), que refere como danosas as consequências que advêm para a produção noticiosa, que sente os efeitos da precipitação categorizada por Martins, P. (2019) como uma espécie de síndrome alicerçada à pressão concorrencial que eterniza a procura de ser o primeiro a transmitir informação sobre determinado assunto. E o Entrevistado III confirma o peso que existe em “ser os primeiros a dar alguma coisa” (Entrevistado III).

Aquando do início de uma perceção jornalística no ciberespaço – e regressando à influência que o Entrevistado IV descrevia sobre o aparecimento da internet – dizia Bastos (2012) que começa a haver uma competição pela instantaneidade, e uma tendência para a repetição, sustentada pelo Entrevistado IV:

“a concorrência está a fazer o que nós temos que fazer também (...) vamos uns atrás dos outros, somos completamente formatados para fazer todos a mesma coisa, e (...) isso é perigoso para o jornalismo”.

Estes argumentos acabam por reforçar, indiretamente, aquilo que Camponez, et al. (2020) concluíram: a pandemia da Covid-19 fez com que o rigor se tornasse num dos valores deontológicos mais prejudicados na efetivação do trabalho jornalístico. E a experiência do Entrevistado II confirma-o, ao refletir que a rapidez impingida pela pandemia, fez com que “provavelmente” tivesse passado “muita coisa errada em antena”. Para o Entrevistado III, há efetivamente “margem para erros”, mas “tentar evitá-los” coexiste no cerne do jornalismo. Com o mesmo concordam os restantes entrevistados, que mostram nas suas respostas não se reverem nestes argumentos, discordando inclusivamente que o rigor tenha necessariamente sido colocado em causa pela rapidez exigida no trabalho – “a rapidez não tem que pôr o rigor em causa” (Entrevistado I). Justificam este argumento com o seguimento dos “procedimentos básicos do jornalismo” (Entrevistado I); ou das “regras básicas” que “não se deve esquecer nunca” (Entrevistado VI); que assentam na responsabilidade de “confirmar primeiro mesmo que [tenham] que perder essa notícia” (Entrevistado VI), o que “às vezes acontece”, exatamente porque, corrobora o Entrevistado III, “só podemos mesmo dar alguma informação quando temos a certeza”. Para isso, atentam à “confirmação das

informações, e verificação das fontes” (Entrevistado I) através, por exemplo, de uma “dupla confirmação antes de avançar” (Entrevistado VI). Por outro lado, e de forma oposta à generalidade das respostas, o Entrevistado II reconhece que, devido à velocidade do fluxo informativo durante a pandemia, não foi possível estar “permanentemente” a recorrer dessa certificação e confirmação das notícias – “não era possível estar permanentemente a fazer uma certificação e a tentar confirmar notícias”.

Antagonicamente, o estado de trabalho “mais acelerado” (Entrevistado VI) e perpetuado pela pandemia, com que os jornalistas, não por raras vezes, tenham de “voltar ao início” (*ibidem*) em busca desse rigor, o que não faz com que “as peças sejam feitas de forma mais lenta” (Entrevistado I). Potencia a que “com calma” (Entrevistado II), e isso sim, se recue e pare “para pensar” (Entrevistado IV).

Conclusão

O surgimento da Covid-19 condicionou a organização social global. Nesse contexto, os obstáculos ao exercício do jornalístico, apesar de vislumbrados durante o desenvolvimento tecnológico, alavancaram-se durante este período, deixando marcas no seu propósito democrático. Durante a primeira metade do ano 2021, esse período coincide à presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), um momento político de relevância nacional, e escalas europeia e global. A maneira como os jornalistas lidaram com o semestre, dentro das condições possíveis à concretização do seu trabalho, indica a relevância do estudo.

A partir desse interesse, relevado pela importância democrática que pesa sobre quem exerce a presidência, a presente investigação desenvolveu-se em torno de três eixos teóricos. Primeiramente, através de uma revisitação histórica, identificámos como é que a política e os media se relacionaram ao longo das eras sociológicas e respetivas mudanças. A pautar o segundo momento da revisão de literatura, procurámos perceber como é que, ao mesmo tempo da desafiante era tecnológica, os jornalistas responderam às imposições rítmicas que a pandemia trouxe para o efetivação dos seus trabalhos. O terceiro eixo debruçou-se, por sua vez, sobre a esfera pública europeia, como Portugal nela se insere, e qual o espaço que os meios de comunicação ocupam.

Com base neste sustento teórico, construímos a pergunta de investigação: “De que modo a pandemia condicionou a cobertura jornalística da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia?”.

Para responder, recorremos a uma metodologia qualitativa, desenhada através das técnicas de estruturação e condução de entrevistas semiestruturadas a jornalistas com experiência nas áreas da política, relações internacionais e assuntos europeus, e que fizeram parte do corpo mediático responsável por cobrir a presidência portuguesa do Conselho da UE, que decorreu durante o primeiro semestre de 2021.

As respostas individuais foram, posteriormente, analisadas e cruzadas, de modo a compreender onde é que convergiam e divergiam. Desta sinergia, deu-se origem aos resultados de estudo, nos quais percebemos, com base na memória comparativa, que vem de experiências passadas dos entrevistados, que efetivamente a pandemia da Covid-19 condicionou, logo à partida, a cobertura mediática da PPUE, uma vez que foi identificada como a grande diferença desse semestre em relação a outros semelhantes, mas passados em tempos diferentes. A partir dessa conclusão, desdobram-se as restantes.

A pandemia obrigou ao auxílio de novas plataformas, algo transversalmente repetido pelo grupo de seis jornalistas entrevistados, que identificam ainda esta mudança não necessariamente como uma novidade, mas como um aprofundamento da dependência tecnológica previamente existente. Deu-se um salto considerável nesta utilização que se tornou mais sistemática e que, garantem ainda os jornalistas, veio para ficar.

Este condicionalismo não vem, contudo, alterar os fundamentos do jornalismo. O que muda, segundo explicam os entrevistados, é apenas a maneira como as notícias são consumidas e, inevitavelmente, produzidas de modo a continuarem presentes nas mesmas esferas dos públicos que querem alcançar. Os entrevistados não veem nestas alterações algo de mau no seu todo – apesar de o haver.

Por um lado, o contacto com as fontes durante a pandemia sofreu alterações profundas, dada a imposição de uma distância física. As conferências de imprensa passavam a assumir púlpitos *online*, o que retirava a espontaneidade da colocação de perguntas; ou até mesmo a liberdade para as fazer. O jornalismo ficou, em certa medida, condicionado aos tempos das autoridades governativas, assumindo inclusivamente um certo controlo da informação – sendo que, em Portugal, admitem os jornalistas entrevistados, exista um certo hábito para a falta de resposta, algo que não acontece no nível supranacional.

Ainda assim, o facto de as conversas de corredor passarem, durante a pandemia, a conversas por WhatsApp, potenciaram a que o contacto com as fontes se tornasse mais próximo e imediato, reformulando a maneira de trabalhar.

No que ao grande evento da presidência portuguesa diz respeito, os entrevistados referem que, devido à pandemia, houve incerteza quanto aos moldes de realização da Cimeira Social do Porto – se seria presencial, híbrida, *online*, ou sequer se iria existir. Esta dúvida acabou por retirar uma certa influencia política à PPUE e, conseqüentemente, influencia mediática, acabando por lhe ser retirada visibilidade.

Ao mesmo tempo, a limitação da presença de certos elementos-chave do xadrez político europeu e internacional, retirou também um certo fulgor à cobertura: por um lado, o peso político estava menos concentrado naquele momento da Cimeira; por outro o trabalho jornalístico perdia pormenores de reportagem essenciais que, nesse sentido, ficaram condicionados.

Ainda assim, e apesar dos acessos ao recinto exigirem a realização de testes para monitorizar o vírus, e máscaras para limitar a propagação da doença, o regresso aos eventos presenciais foi uma conquista, tanto para o governo português, que acabou por ser pioneiro no pós-pandemia; como para os jornalistas que puderam voltar, sem limite de número, à cobertura presencial de eventos.

A cobertura mediática da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia foi, por isso, condicionada pela pandemia da Covid-19, por ter propiciado a aceleração do aprofundamento da dependência face ao digital e, conseqüentemente, moldado novas formas de contacto com fontes, que são simultaneamente pontes para o garante do rigor informativo.

Bibliografia

Altheide, D. e Snow, R. (1991) *Media Worlds in the Postjournalism Era*

Anastácio, S. M. (2017) *A comunicação política na era digital – Estudo de caso: O Parlamento Europeu no Facebook*, [Dissertação de Mestrado, IPLeiria], Repositório IPLeiria

Anderson, P., and McLeod, A. (2004) «The great non-communicator? the mass communication deficit of the European Parliament and its press directorate», *Journal of Common Market Studies* 42, no. 5: 897–917

Anderson, P., and Price, J. (2008) «An evaluation of the press and communication reforms of the Prodicommission of 1999–2004». *European Journal of Communication*, 23(1), pp. 29–46

Michailidou, A. & Trenz, H. J. (2013) «Mediatized representative politics in the European Union: towards audience democracy? », *Journal of European Public Policy*, 20:2, pp. 260-277, DOI: 10.1080/13501763.2013.746126

Baptista Ferreira, G. (2018) *Sociologia dos Novos Media*, Covilhã: Labcom

Bastos, H. (2015) «Ciberjornalismo, jornalismo e democracia», *Media & Jornalismo*, ICNOVA, pp. 93 – 105

Bastos, H. (2012) «A diluição do jornalismo no ciberjornalismo», *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), p. 284 – 298

Belchior, A. M. (2016) *Confiança nas instituições políticas*

Bennett, L. & Pfetsch, B. (2018) «Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres», *Journal of Communication*, 68(2), pp. 243-253, DOI: 10.1093/joc/jqx017

Biblioteca Infoeuropa (2007). *Programa da Presidência Portuguesa do Conselho. Uma União mais forte para um mundo melhor – julho a dezembro de 2007*, consultado em 25 de maio de 2022

Blaikie, N. (2010). *Designing Social Research: The Logic of Anticipation* (2.^a ed.). Polity

Blumler, J. G. e Gurevitch, M. (1995) *The Crisis of Public Communication*, Londres e Nova Iorque: Routledge

Blumler, J. G & Esser, F. (2018) «Mediatization as a combination of push and pull forces: Examples during the 2015 UK general election campaign», *Journalism*, pp. 1-18

Blumler, J. G. & Kavanagh, D. (1999) «The Third Age of Political Communication: Influences and Features», *Political Communication*, 16, pp. 209–230

Bruns, A. (2005) «Gatewatching: Collaborative Online News Production», Peter Lang Publishing

Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5.^a ed.). Oxford University Press.

Busetto, L., Wick, W. & Gumbinger, C. (2020) «How to use and assess qualitative research methods», *Neurological Research and Practice*, 2(1)

Cabrera, A., Ferin Cunha, I. & Martins, C. (2020) «A cobertura televisiva da pandemia de Covid-19 em Portugal: um estudo exploratório», *Media e Jornalismo*, 20(30), pp. 185-204

Cádima, F. R. (2021) «A covid-19 e a crise dos Media em Portugal», Cádima, Francisco Rui & Ferreira, Ivone (org.) *Perspectivas multidisciplinares da Comunicação em contexto de Pandemia Vol. II*, Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova, pp. 30 – 46

Calhoun, C. (1995), *Critical social theory*, Oxford, England: Blackwell.

Camphenoudt, L. & Quivy, R., (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4a edição, Lisboa: Gradiva.

Camponez, C. *et al.* (2020) Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia COVID-19. Relatório. Lisboa: Sopcom

Camponez, C. & Oliveira, M. (2021) «Jornalismo em contexto de crise sanitária: Representações da profissão e expectativas dos jornalistas», *Comunicação e Sociedade*, 39, pp. 251-267

Cardoso, G. (2006), *The Media in the Network Society*, Lisboa: CIES.

Cardoso, G., Paisana, M. & Pinto-Martinho, A. (2020) «Trust and fake news: Exploratory analysis of the impact of news literacy on the relationship with news content in Portugal», *Communication & Society*, 33(2), pp. 105-117.

Casero-Ripollés, A. (2020) «Impact of Covid-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak», *Professional De La Información*, 29(2), pp. 1-11

Casero-Ripollés, A. (2021) «O impacto da COVID-19 no jornalismo: Um conjunto de transformações em cinco domínios», *Comunicação e Sociedade*, 40, pp. 53 – 49

Cavaco Silva, A. (2019) “A primeira década na União Europeia”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 41 - 60

Crombez, C. (2003) «The Democratic Deficit in the European Union: Much Ado about Nothing?», *European Union Politics*, 4(1), pp. 101-120

Conceição, E. (2016) *O futuro da União Europeia*, Fundação Francisco Manuel dos Santos

- Conselho da União Europeia (2022) *Live from Brussels: A study of the Brussels press corps*
- Comissão Europeia (2006) *Livro branco sobre uma política de comunicação europeia*
- Cunha, A.(2019) “Portugal a aderir, a Europa a mudar: a primeira década”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 33-40
- Deuze, M. (2006) «O jornalismo e os novos meios de comunicação social», *Comunicação e Sociedade*, 9-10, pp. 15-37
- De Vreese, C. H., Lecheler, S. & Martins A.I., (2012) Information Flow and Communication Deficit: Perceptions of Brussels-Based Correspondents and EU Officials, *Journal of European Integration*, 34:4, pp. 305-322
- Dennison, S. & Franco, L. (2020) Presidência de Crise: Como a Liderança Portuguesa pode guiar a UE na era pós COVID-19. *European Council on Foreign Relations*
- Eggen, B., van den Hoven, E. & Zijlema A. (2017) «A qualitative exploration of memory cuing by personal items in the home», *Memory Studies*, 12(4), 377–397
- Espírito Santo, P. (2015). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas (2.^a ed.). Edições Sílabo
- Esser, F. (2013) «Mediatization as a Challenge: Media Logic Versus Political Logic» in Kriesi, Hanspeter *et al.* (org.), *Democracy in the Age of Globalization and Mediatization*, Hampshire: Palgrave, pp. 155-176
- Esser, F. & Stromback, J. (2017) “Political Public Relations and Mediatization: The Strategies of News Management”, Peter Van Aelst & Stefaan Walgrave (org.) *How Political Actors Use the Media*, NY: Palgrave, pp. 63-83
- Farhall, K. *et al.* (2019) «Political Elites’ Use of Fake News Discourse Across Communications Platforms», *International Journal of Communication*, 13, pp. 4353–4375
- Ferreira do Amaral, J. (2020). «A quarta presidência portuguesa do Conselho da União Europeia», *Relações Internacionais*, 68, pp. 011-020
- Ferreira-Pereira, Laura (2008) “Portugal e a Presidência da União Europeia (1992 – 2007)”, *Relações Internacionais*, 20, pp: 131 – 143

- Fidalgo, J., Martins, P. & Miranda, J. (2021) «Jornalistas em tempo de pandemia: Novas rotinas profissionais, novos desafios éticos», *Comunicação e Sociedade*, 39, pp. 287-307
- Figueiras, R. (2017), *A Mediatização da Política na Era das Redes Sociais*, Lisboa: Alêtheia
- Figueiredo, A. (2014) «Análise da política de comunicação da União Europeia no quadro da recusa na adopção do tratado que estabelece uma constituição para a Europa», *Debater Europa*, 11, pp. 117 – 139
- Finset, A. *et al.* (2020) « Effective health communication - a key factor in fighting the COVID-19 pandemic», *Patient Educ Couns* 103(5), pp. 873-876
- Fonseca Vieira, T. (2021) *A caminho da “tabloidização”? Uma análise das capas de jornal em dois momentos da pandemia de COVID-19 em Portugal* [Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE
- Gaspar, C. (2000). «Portugal e o Alargamento da União Europeia», *Análise Social*, 35(155), pp. 327-372
- Gaspar, C. (2017) *A balança da Europa*, Lisboa: Alêtheia Editores
- Gomes, J. F. G. (2019) *A imprensa portuguesa e a integração europeia de Portugal: como evoluiu a relação entre o poder político e os jornalistas no âmbito dos assuntos europeus, desde a adesão à CEE aos anos da troika? A perspetiva dos jornalistas portugueses*, [Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais], Repositório Universidade Nova
- Hallin, D. C. (1992) «The passing of the “high modernism” of American journalism», *Journal of Communication*, 42(3), pp. 14–25.
- Hindman, M. (2009) *The Myth of Digital Democracy*
- Janda, K. & Colman, T. (1998) «Effects of Party Organization on Performance during the ‘Golden Age’ of Parties», *Political Studies*, 46, pp. 611 – 632
- Jornal da União Europeia (2016), *Carta Fundamental dos Direitos Humanos*
- Rosa Lã, J. (2019) “A terceira década e as grandes crises”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 341-346
- Laursen, B. & Valentini, C. (2013) «Media relations in the Council of the European Union: insights into the Council press officers’ professional practices», *Journal of Public Affairs*, 13(3), pp. 230-238

Lawrence, R. G. & Boydston, A. E. (2017) “Celebrities as Political Actors and Entertainment as Political Media”, Peter Van Aelst & Stefaan Walgrave (org.) *How Political Actors Use the Media*

Lin, C., Salwen, M. B., & Abdulla, R. (2005). «Uses and gratifications of online and offline news: New wine in an old bottle?», *Online News and the Public*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 221-236

Lobo Antunes, M. (2008) “Presidência em balanço”, *Relações Internacionais* 17, pp: 005 – 010

Lopes, F. *et al.* (2020) “COVID-19: quando o jornalismo se assume como uma frente de combate à pandemia”, Manuela Martins & Eloy Rodrigues (org.) *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo III: Projeções*, UMinho Editora, pp. 206-233

Lopes, F. *et al.* (2021a) «A cobertura noticiosa da pandemia: um retrato dos dilemas e práticas profissionais na era COVID-19», *Mediapolis*, 13, pp. 109-124

Lopes, Fe. *et al.* (2021b) «COVID-19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo?», *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), pp. 57 – 75

Manning White, D. (1950) «The “Gate Keeper”: A Case Study in the Selection of News», *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 27(4)

Marcinkowski, F. (2014). «Mediatization of Politics: Reflections on the State of the Concept», *Javnost – the public*, 21(2), pp. 5-22

Margot Wallström (15 June 2006). Diálogo estruturado (Discurso). Reunião plenária do Comité das Regiões Europeu. Bruxelas

Silveirinha, M. J. (2005), «O euro e a construção europeia: representações na imprensa portuguesa», *Media e Jornalismo* (6), (pp. 61 – 82)

Themudo, M. (2002), «Debate sobre Jornalismo Cívico», *CIMJ*, Escola Superior de Comunicação Social

Martins, P. (2019) «O rigor como eixo central da atividade jornalística», *Mediapolis*, 9, 41–55

Martins, V. (2019) “A primeira presidência portuguesa”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 123-138

Maxwell E., McCombs, Donald L. Shaw (1972) «The Agenda-Setting Function of Mass Media», *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), pp. 176-187

Maxwell, J.A. (2012) *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. Sage Publications, Inc., Thousand Oaks, CA.

McNair, Brian (2000) *Journalism and Democracy: An Evaluation of the Political Public Sphere*

Meyer, C.O (1999), «Political legitimacy and the invisibility of politics: exploring the European Union's communication deficit», *Journal of Common Market Studies*, 37(4), 617–39

Meyer, C.O (2009) «Does European Union politics become mediatized? The case of the European Commission», *Journal of European Public Policy*, 16(7), 1047–1064

Mheidly, N. & Fares, J. (2020) «Leveraging media and health communication strategies to overcome the COVID-19 infodemic», *J Public Health Policy* 41(4), pp. 410-420

Miranda, J. & Gama, R. (2019) «Os jornalistas portugueses sob o efeito das transformações dos media. Traços de uma profissão estratificada», *Análise Social*, 1(230), pp. 154-177

Monaghan, E. (2008). «'Communication Europe': The Role of Organized Civil Society». *Journal of Contemporary European Research*, 4(1), pp. 18-31

Monza, S. & Anduiza, E. (2016) «The Visibility of the EU in the National Public Spheres in Times of Crisis and Austerity», *Politics & Policy*, 44(3), pp. 499 – 524

Morais Santos, A. (2019) «Uma nova ética para um novo jornalismo?», *Mediapolis*, 9, pp. 27 – 40

Moravcsik, A. (2002) «In Defence of the 'Democratic Deficit': Reassessing Legitimacy in the European Union», *JCMS*, 40(4), pp. 603-624

Moreira, A. (2020) “O tempo que é dito pelos políticos num contexto de pandemia”, Emília Araújo, Rosalina Costa & Camila Sales (orgs.) *Tempo e Sociedade em Suspenso*, CIES ISCTE, pp. 116 – 124

Moreno, J. & Cardoso, G. (2018) «Os desafios do jornalismo na sociedade em rede», Gustavo Cardoso, Ana Pinto Martinho & Miguel Crespo (orgs.), *Jornalismo, indignação e esperança*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 3-70

Morgado, I. (2005) «A pressão política sobre os líderes de opinião – a luta pela soberania do tempo», João Carlos Correia (org.) *Comunicação e Política*, Covilhã: Labcom, pp. 115-146

Motta, L. G. (2005) «Jornalismo e configuração da narrativa da história do presente», *Revista Contracampo*, 12, pp. 23–49

Moury, C. (2016) *A democracia europeia*, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Nelson, J. (2020). «Coronavirus: News media sounded the alarm for months but few listened». *The Conversation*

Nitoiu, C. (2013) «The European Public Sphere: Myth, Reality or Aspiration?» *Political Studies Review*, 11(1), pp. 26 – 38

Norris, P. (1999). «Blaming the Messenger? Political Communications and Turnout in EU Elections», *Citizen Participation in European Politics*, pp.99-117.

Sampaio Nunes, P. (2019) “A segunda década – O grande salto em frente”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 171-178

Observatório da Comunicação - Obercom (2020). Impacto do coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global. Obercom. <https://bit.ly/30dP5ZU>

Parlamento Europeu. “História: Queda da Comissão Santer”. Multimedia Centre, 10/06/2010. Disponível em: <https://multimedia.europarl.europa.eu/share/V001-0004?lang=en&controls=on>

Parlamento Europeu (2022) *Política de Comunicação*. Consultado em: 14 de outubro de 2022 [<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/144/politica-de-comunicacao>]

Peters, C. (2016). “Spaces and Places of News Consumption”, Tamara Witschge, C. W. Anderson, David Domingo & Alfred Hermida (orgs.), *The Sage Handbook of Digital Journalism*, Londres: Sage, pp. 354-369

Pinto, N. O. (2021) «Um novo pilar europeu para uma crise sem precedentes», *JANUS 2020-2021 – As relações internacionais em contexto de pandemia*. Observatório de Relações Exteriores. 20: pp. 80-81.

Raymond, C. M. & Knight, A. (2013) «Applying Social Research Techniques to Improve the Effectiveness of Conservation Planning», *BioScience*, 63(5), pp. 320-321

Rodrigues, M. J. (2019). “O balanço da segunda década: consolidação de um projeto ou a crise da esperança?”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 315-322

Schlesinger, P. (2010) «Changing Spaces of Political Communication: The Case of the European Union», *Political Communication*, 16(3), pp. 263-279

- Seixas da Costa, F. (2019) “A segunda presidência portuguesa. A Agenda de Lisboa”. João Rosa Lã, Aline Cunha & Pedro Sampaio Nunes (orgs.), *As décadas da Europa*, Bookbuilders, pp. 297 - 314
- Seixas da Costa, F. (2021) «Presidências europeias – Uma realidade mutante», *JANUS 2020-2021 – Conjuntura internacional*. Observatório de Relações Exteriores. 20: pp. 10-11
- Serro, D. (2011). O Tratado de Lisboa e os media portugueses; ISCTE Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação
- Serrano, E. (2006) «A dimensão política do jornalismo», *Comunicação e Cultura*, 2, pp. 63-81
- Severiano Teixeira, N. & Saraiva Hermenegildo, R. (2015) «As presidências portuguesas da União Europeia», *Relações Internacionais*, 48, pp. 061-078
- Severiano Teixeira, N. (2004) «O 25 de abril e a política externa portuguesa», *Relações Internacionais*, 1, pp. 5 – 12
- Silva, A. (2005) «A Saúde e o Sistema de Saúde na comunicação social Portuguesa: Contributos para uma reflexão sobre a convergência, confiança e legitimidade do SNS», J. P. Sousa (Ed.), Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos - Jornalismo, ciências e saúde: actas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos. Porto
- Sousa, J. P. (2009) *O jornalismo na democracia representativa: Um ensaio*, Universidade da Beira Interior
- Sparkes, A. C., & Smith, B. (2014). “Qualitative Research Methods in Sport”, *Exercise and Health: From Process to Product*. Abingdon, VA: Routledge
- Terra, A. L. (2010). *Difusão e acesso à informação europeia: políticas e utilizadores*. Trabalho académico para a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão Instituto Politécnico do Porto
- Trenz, H. J. (2013) «New media dynamics and European Integration», *Revista Científica de Información y Comunicación*, 10, pp. 35 – 51
- van Dijck, J. (2014) "Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology", *Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology*, 12(2), pp. 197-208

Wilkinson, K. (2010) «Language Difference and Communication Policy in the Information Age», *An International Journal*, 20(3), pp. 217-229

Zarocostas, John (2020) « How to fight an infodemic» *World Report* 395(10225), pp. 676

Apêndices

Apêndice A. Guião de Entrevistas

B. Cobertura da última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia	<p>A-1. O que é que a cobertura desta PPUE teve de diferente das anteriores?</p> <p>A-2. Reconhecendo a relação necessária entre os atores políticos (fontes) e mediáticos (emissores), de que forma se alterou o contacto numa PPUE em contexto pandémico?</p> <p>A-3. O que é que o contacto presencial contribui, a mais ou a menos, comparativamente ao contacto por vídeo conferência?</p> <p>A-4. Como se volta à cobertura de eventos presenciais, ano e meio depois?</p>
C. A relação político-mediática na União Europeia	<p>B-1. Considera o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus suficiente?</p> <p>B-2. Porque se intensifica o fluxo informativo destes temas durante os semestres da presidência?</p> <p>B-3. Qual o propósito democrático em promover este semestre?</p> <p>B-4. É propício o lisonjeio da imagem do Estado?</p> <p>B-5. É o alegado défice democrático no seio da União Europeia sinónimo de um défice mediático?</p> <p>B-6. Terá sido a cobertura mediática da PPUE suficiente para encurtar a distância entre os cidadãos e a política europeia?</p> <p>B-7. Considera que os jornalistas possuem informação suficiente sobre a complexidade dos assuntos europeus?</p>
D. Interdependências	<p>C-1. Terá o jornalismo ficado refém das autoridades governativas, servindo enquanto meros porta-vozes do poder?</p> <p>C-2. O jornalismo careceu de informação por parte das suas fontes?</p> <p>C-3. Concorde que se potenciou, nesta altura, uma relação interdependente entre os media tradicionais e os media digitais?</p> <p>C-4. Quais os benefícios e desvantagens do reforço tecnológico?</p> <p>C-5. Essa dependência cresceu conquanto o aparecimento da Covid-19?</p> <p>C-6. O imediatismo exigido pelo ambiente <i>online</i> está a colocar em causa o rigor das notícias?</p>

Apêndice B. Entrevista ao Entrevistado I – Editor na Agência Lusa

Caracterização do Entrevistado I

O Entrevistado I é jornalista há mais de duas décadas (não sabe precisara anos exatos). Trabalhou na presidência portuguesa a editar a secção de internacional da agência Lusa.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 21 de outubro de 2022 e teve uma duração de cerca de 30 minutos, tendo sido realizada por videoconferência, sob o auxílio da plataforma Zoom. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado I autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

O que é que a cobertura desta presidência portuguesa teve de diferente das anteriores?

Alterou-se muito. A presidência e a sociedade em geral, na medida em que devido à pandemia houve muitas reuniões, muitas conferências e situações que passaram a ser feitas remotamente e não acompanhadas presencialmente.

E como é que isso alterou o contacto com as fontes?

Naturalmente que quando os jornalistas está no local, a margem para colocar uma pergunta, para abordar um ator político, é muito maior do que quando se está à distância, em que depende de um mediador que o vai permitir entrar. Portanto, a pandemia foi muito penalizadora para o jornalismo por causa disto, por muita coisa ter passado a ser feita a distância.

Penalizadora como?

Imagine que vou a uma conferência de imprensa. E eu, e os outros jornalistas, colocamos questões ao ministro, primeiro-ministro, seja quem for. A conferência termina e eu posso abordar aquele ator político e fazer uma pergunta que não tenha a ver com aquela conferência de imprensa. Isso eu não posso fazer se estiver à distância. Da mesma forma, toda a

observação do que está a acontecer é diferente se estamos pessoalmente ou não. Portanto, eu acho, e acho que todos os jornalistas pensam, é sempre preferível estar presencialmente nas coisas a estar remotamente. Numa conferência de imprensa, para colocar uma questão estamos dependentes de um mediador que está a gerir a plataforma e que nos vai dar a palavra ou não. É menos espontâneo à distância.

Terem estado, como diz, “dependentes de um mediador”, em que medida pode significar uma dependência das narrativas governativas?

O jornalismo tem técnicas para travar esse tipo de situações, por isso penso que não se aplica. A preocupação do jornalismo foi dar informação mais rigorosa sobre o escalar da pandemia, à opinião pública e ao público em geral. E, para isso, não é só as autoridades oficiais: isso era mais em termos de vacinação, regras, impedir propagação da doença. Mas fez-se muitas reportagens em hospitais, em escolas, eu acho que os media diversificaram as suas fontes. Por isso não acho que os jornalistas tenham ficado dependentes da narrativa das autoridades, eu penso é que os críticos da gestão da pandemia pensam isso. E pensam que os jornalistas amplificavam a narrativa das autoridades, que por sua vez eles achavam que era errada. Ou seja, aquilo que posso observar até como cidadã, que no caso também é jornalista, é que pelo menos em certos meios mais “conspiracionistas”, os media estavam ao serviço da narrativa das autoridades. Mas acho que houve uma grande preocupação nos jornalistas, como disse á pouco, em dar aos cidadãos toda a informação, porque o jornalismo também é isso, daquilo que se ia sabendo. Claro que as fontes para essa informação eram as autoridades de saúde, portanto nesse aspeto acho que houve essa preocupação, estando perante um estado de saúde pública complicado e uma pandemia. Acho que aqui em Portugal os media no geral tiveram essa preocupação de dar a informação pertinente às pessoas.

Então e enquanto jornalista, sentiu alguma carência informativa por parte das suas fontes?

Não sei se posso caracterizar dessa forma. Porque apesar de ser verdade, esse é um problema com que nós nos deparamos todos os dias e em todas as situações e com todo o tipo de entidades que é pedirmos certo tipo de informação e essa informação não vir; ou vir outra que não aquela que pedimos. Eu não sei se isso foi muito dominante durante a pandemia. Confesso que não trabalhei diretamente as questões da saúde, agora, eu acho que a pandemia

e os constrangimentos causados pela pandemia – os confinamentos, todas as restrições que foram impostas – de facto dificultaram o acesso à informação.

E em relação às instituições europeias?

Eu acho que as instituições europeias têm feito um bom trabalho nesse sentido. Porque quando nós procuramos informação é relativamente fácil encontrá-la, e está lá até de forma acessível a um não especialista, a um leigo. Eu acho que as instituições europeias têm feito um trabalho grande nesse sentido. Confesso que não sei se não passaria por integrar as questões europeias no currículo escolar, pelo menos as sensibilizações das pessoas para a importância das decisões que são tomadas a nível europeu, a todos os níveis na nossa vida.

Os jornalistas dominam esses assuntos?

Qualquer jornalista tem a noção de que há muitos assuntos que não domina. Quando não os domina, deve procurar percebê-los e procurar percebê-los falando com as pessoas que dominam esses assuntos. No caso europeu isso acontece muito, há certos processos que são de facto muito complexos, processos legislativos ou outros. E, portanto, o que o jornalista faz normalmente nessas situações é procurar falar com fontes que lhe possam explicar para que fique a perceber. Uma regra de ouro do jornalismo é: nunca devemos escrever sobre algo que não percebemos, porque senão quem lê também não vai perceber.

Então como se simplificam as temáticas europeias?

Nós tentamos fazer uma tradução. Qualquer notícia que escrevamos, e na agência isso é muito mais necessário e verdadeiro, temos de procurar uma linguagem que toda a gente entenda. E quando estamos a falar de um jargão - seja jurídico, seja económico, seja comunitário - nós temos de explicar o que é que aquilo significa. Por exemplo, no EU4Health eu penso que nós escrevíamos “União Europeia para a saúde”, e depois explicávamos que é um programa num determinado valor, ou seja, tentamos sempre explicar o que é que os termos significam e não atirar assim, esperando que as pessoas saibam.

Falou da responsabilidade enquanto agência. Porquê? Há uma pressão acrescida?

Pressão não diria, mas existe uma responsabilidade acrescida, sim, na medida em que, nós fornecemos informação a todos os media, a responsabilidade que essa informação seja o

mais rigorosa possível, diria que é grande. Mas isso acho que é algo que todos os jornalistas sentem. Quando se trabalha na agência Lusa sabemos que é esperado de nós o cumprimento dessas regras, de confirmação das informações. É esperado e é controlado neste sentido – não estamos sozinhos. Uma notícia é colocada na Lusa e essa notícia é divulgada por um editor que revê a notícia. Portanto, nesse sentido, o editor também verifica se as coisas estão feitas adequadamente. Mas sim, eu acho que na Lusa sentimos muito essa responsabilidade, mas não pressão. Pressão tem uma conotação diferente.

Essa replicação noutros órgãos de comunicação, é fruto de uma confiança cega?

Cega não. Mas acho que é reconhecido pelos órgãos de comunicação social que a agência Lusa leva muito a sério as regras básicas do jornalismo e, portanto, é considerado credível aquilo que vê na Lusa.

Regressando àquilo que falávamos há pouco, sobre o uso da tecnológica, e que se relaciona com a questão da verificação. Tendo o fluxo informativo no digital se tornado mais rápido, pode o rigor das notícias ser posto em causa?

A rapidez não tem que pôr o rigor em causa. Uma agência de notícias trabalha para os media, portanto a rapidez foi desde o primeiro minuto um imperativo. Temos de ser rápidos, temos que dar a notícia rapidamente, mas existem obviamente ferramentas para que essa rapidez nunca interfira com o rigor da informação. Portanto, todas aquelas regras do jornalismo da confirmação das notícias etc. Nós temos outras responsabilidades. A Lusa, não sendo um site, que pode pôr um push com uma informação não confirmada e, depois, o push desaparece, nós não. Nós temos um arquivo, se déssemos uma notícia errada, teríamos que anular tudo. O rigor não obriga a que as peças sejam feitas de forma mais lenta. Obriga a que se sigam aquilo que são os procedimentos básicos do jornalismo – confirmação das informações, verificação das fontes, etc.

E esta interdependência cresceu durante a pandemia?

A pandemia obrigou o reforço das tecnologias porque todo o trabalho passou a ser feito de forma diferente – e isso não é exclusivo do jornalismo – mas a interdependência entre os tradicionais e os digitais diria é uma coisa que já se tem vindo a desenvolver já desde antes da pandemia. Porque os tradicionais se for ver estão quase todos no digital, adaptaram se ao

digital, não pelos próprios media digitais, mas por causa dos próprios cidadãos que cada vez mais procuram informação por via digital em vez de comprar um jornal, ou ver um telejornal na televisão. Penso que é uma coisa que já vem antes da pandemia, que se acentuou durante esse período, mas que continua para o futuro – essa procura dos tradicionais estarem presentes no digital.

Então e como é que se volta à cobertura presencial de eventos?

Foi gradual. Com o início da PPUE eu lembro-me que, todas as presidências rotativas do conselho da UE começam com uma visita do colégio de comissários ao país que vai exercer a presidência nesse semestre. Portanto, logo em janeiro, não veio o colégio de comissários inteiro, veio a presidente da comissão e alguns dos comissários, mas **isso já foi presencial**. Havia regras: tínhamos que fazer um teste para acedermos ao centro de imprensa da presidência portuguesa. Portanto foi sempre gradual essa cobertura de eventos presencialmente. Depois em fevereiro e março de facto houve pouca coisa, em abril começou a abrir, portanto quando chegámos a maio para a cimeira social, para nós era impensável fazer à distância. Era de facto o ponto alto da presidência e nós Lusa tivemos uma equipa que foi para o Porto, uma equipa completa, e agimos como teríamos agido se não houvesse pandemia.

Não houve limite de jornalistas que podiam estar presentes?

Não sei como é que como é o Ministério dos Negócios Estrangeiros geriu isso, confesso, não sei se eles para si próprios, a nós não nos impuseram nenhum limite de número de jornalistas. Nós fomos bastantes daqui e ainda contamos com dois dos nossos jornalistas de Bruxelas que vieram propósito, e com dois dos nossos jornalistas do Porto, que também ajudaram na cobertura. Mais fotojornalistas, mais câmaras, quer dizer, tudo isso... a nós não nos impuseram limite.

E o uso de máscaras, foi um problema para o diálogo?

Na maior parte dos casos não – a presidência toda fizemo-la com máscaras, que eram na altura obrigatórias. Fizemos entrevistas, fizemos conferências de imprensa, penso que a máscara em si não limita neste contexto de eventos oficiais. Se estiver a falar em fazer uma reportagem num bairro pobre, se calhar aí, na medida em que a máscara esconde uma boa

parte da cara e uma boa parte da expressão facial, possa fazer diferença. Mas neste caso de eventos oficiais penso que não.

Porque é que se intensifica a cobertura nacional de assuntos europeus durante a presidência portuguesa?

Eu penso que o próprio princípio das presidências rotativas também tem a ver com a equidade entre os diferentes Estados Membros, mas também com o levar a União Europeia até junto das populações, em vez de ser só em Bruxelas e Estrasburgo. Quando há uma presidência portuguesa, obviamente os portugueses dedicam mais atenção a isso, porque é no seu país – lá está, pela questão da proximidade. São os seus atores políticos que ali estão, portanto acho que as pessoas em geral ficam mais despertas para a questão por ser no seu país.

Mas considera que há espaço mediático suficiente dedicado aos assuntos europeus?

Pois isso é um drama. Não sei, mas é assim, eu acho que a opinião pública, os leitores de jornais, os espectadores, os ouvintes... há sempre aquela questão, aliás eu como lhe disse trabalhei sempre no internacional e muitas vezes me questioneei porque é que há coisas tão importantes a acontecer no mundo e parece que as pessoas não dão grande atenção a isso. Há aquela velha regra de o que nos está mais próximo, o que nos toca mais diretamente, é a informação que as pessoas procuram mais. Isso no caso da União Europeia, de facto, não consigo explicar porque muito do que nos acontece no dia a dia tá uns anos para cá, é decidido também a nível europeu. Confesso que não sei explicar, não tenho uma explicação para isso, mas penso que tem muito a ver com a questão da proximidade.

Pode o alegado défice democrático na União Europeia estar associado a um défice mediático?

Eu acho que o alegado défice democrático tem muito que ver com este distanciamento, um distanciamento mesmo geográfico e físicos. Por exemplo, a União Europeia lançou, ainda na Presidência francesa, antes da nossa, a Conferência Sobre o Futuro da Europa. E a verdade é que não houve um grande envolvimento. Era fácil para qualquer cidadão apresentar as suas ideias as suas propostas, e não houve muita adesão. Eu esperaria que fosse maior. A adesão foi relativamente fraca, e muitos dos que aderiram foram aqueles que já são atores, digamos

assim, políticos. São associações ambientalistas, ou ONGs portanto já são entidades que estão habituadas a procurar fazer-se ouvir junto dos decisores, mas neste caso da União Europeia. Portanto eu acho que o défice se deve muito a essa distância.

Terá a cobertura mediática da presidência portuguesa sido suficiente para encurtar esta distância entre os cidadãos e a política europeia?

Espero que sim, mas confesso que não sei dizer isso. Não sei se houve mais interesse na política Europeia a seguir, isso seria um reflexo não é. E não é a primeira Presidência portuguesa, já foi a quarta. E temos um grande distanciamento do ato eleitoral entre portugueses, não é só nas europeias. Repare, todos os grandes órgãos de comunicação social portugueses têm correspondentes em Bruxelas, e acompanham a atualidade europeia. Uns com mais frequência do que outros, mas todos estão lá, e todos acompanham há vários anos. Não é isso que tem aumentado, aparentemente, o interesse. Ou seja, não é por falta de informação que as pessoas não estão informadas, é porque não têm mesmo interesse em procurar essa informação, penso eu.

Apêndice C. Entrevista ao Entrevistado II – Editor na Rádio Renascença

Caracterização do Entrevistado II

O Entrevistado II é jornalista há mais de duas décadas - 26 anos. Trabalhou na presidência portuguesa como jornalista na secção de política da Rádio Renascença, que hoje edita. Trabalha nessa secção desde 2003.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 28 de outubro de 2022 e teve uma duração de cerca de 30 minutos, tendo sido realizada presencialmente, na redação do órgão de comunicação para o qual o Entrevistado II trabalha. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado II autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

Cobriu a última presidência portuguesa antes desta, em 2007?

Fiz muito pouca coisa dessa presidência portuguesa do Conselho da União. Lembro-me que fiz algumas coisas em que estava o Primeiro-Ministro José Sócrates, mas não mais do que isso, não intensamente. Mas noto diferença, entre a cobertura dessa presidência para a cobertura desta. Especialmente devido ao contexto de pandemia. As regras eram outras, o número de jornalistas também. As condições mudaram. Até as condições para os jornalistas trabalharem eram muito diferentes. Na Cimeira Social, que ocorreu no Porto, como era realizada em vários pontos, havia várias equipas a trabalhar. E, de facto, em pandemia é muito diferente o trabalho, com regras muito estritas.

Como é que se cobre um evento destes, nessas circunstâncias?

Quando há eventos europeus, mesmo de organização em Portugal, as regras são sempre muito rigorosas e muito estritas. E trabalhar nos assuntos relacionados com a Europa, e mesmo de cimeiras bilaterais, por exemplo, com Espanha, é sempre mais complicado, o acesso é sempre mais complicado, as regras de segurança são sempre mais complicadas.

E de que forma é que durante esta presidência portuguesa, dado o contexto pandémico, se alterou o contacto com as fontes?

A pandemia limitou muito o acesso, mas o acesso já de si entre jornalistas e os chefes de governo e os chefes de Estado presentes nestas cimeiras é sempre muito limitado, há muitas restrições, não só aos chefes de Estado, mas a toda a delegação que está à volta. Não há muito contacto, só pedindo entrevistas com antecedência, e é muito difícil a resposta a esses pedidos.

O que é que considera que a presença física, o contacto presencial contribui a mais ou a menos com a presença virtual por videoconferência? Por exemplo, a na altura chanceler alemã, Angela Merkel, esteve na Cimeira Social por vídeo...

As conferências, e qualquer ato entre jornalista e chefes de Estado, chefes de governo e personalidades políticas, é sempre preferível em contacto presencial, não há nenhuma dúvida sobre isso. Eu lembro-me de, não foi nesta Cimeira Social, mas lembro-me de há uns anos ter ido a um congresso do PPE, onde estava precisamente a Angela Merkel, e assistir a um discurso ao vivo da então chancelaria alemã foi uma coisa absolutamente impactante. Não existe isso se virmos em televisão ou de forma virtual, não é a mesma coisa, porque há toda uma perceção da resposta da plateia, da resposta para quem está a falar. Seja para os conferencistas, ou para quem está dentro da sala ou do pavilhão.

De que forma pode isso condicionar a qualidade do jornalismo radiofónico, por exemplo, ao extrair o som para a rádio?

Tem sempre a ver com a perceção, porque faz muita diferença o facto de uma pessoa estar no local a ouvir ou a fazer uma entrevista, que também se podem fazer à distância. Durante a pandemia isso foi quase que a regra, mas faz muita diferença estar presencialmente ou a entrevistar ou a ver uma conferência ou a assistir a uma palestra de chefes de Estado ou de um conferencista qualquer.

Sobre o evento da Cimeira Social, como é que se volta para a cobertura presencial depois de um ano e meio a cobrir estes eventos à distância?

É muito diferente, e é uma grande reconquista. O regresso ao contato com os agentes políticos é uma grande conquista. Se bem que a minha experiência durante a pandemia foi sempre estar no local. Consegui sempre fazer reportagem nos locais e na Cimeira Social, consegui lá estar, apesar de muita coisa ser feita virtualmente. A conferência de imprensa final com o Charles Michel, a Ursula von der Leyen e o primeiro-ministro António Costa, eu fiz dentro da sala de imprensa, não tive a oportunidade de fazer perguntas. Mas houve jornalistas que estavam na sala de conferências, e que fizeram as perguntas ao vivo, não as fizeram à distância.

E como é que estavam organizados os jornalistas?

Havia todas as regras em vigor. Portugal nessa altura, creio que ainda estaria, não sei se em situação de alerta, não sei qual era o estado na altura, mas havia regras de combate à Covid em vigor. Essas regras eram cumpridas, por exemplo, não era possível estar sem máscara dentro dos recintos.

E a organização da própria equipa que foi enviada pela Renascença, impuseram algum limite de jornalistas?

Eu creio que não houve imposição de número de jornalistas. De resto, a Renascença levou uma grande equipa para a Cimeira Social, quer de jornalistas, quer de técnicos, não houve nenhum limite.

Considera que o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus é suficiente?

Eu creio que não. Eu creio que os assuntos europeus, apesar de determinarem tanto a vida normal das pessoas, não têm visibilidade suficiente. Todos os dias recebo informação via Bruxelas, e percebo que a maior parte de todos aqueles assuntos que eu tenho conhecimento via e-mail não são tratados, ou que podiam ser tratados de outra maneira, ou que se calhar interessavam às pessoas. Mas nós não temos mãos, basicamente, para tratar desses assuntos.

Ao que se deve esta falta de espaço mediático?

Julgo que a agenda mediática portuguesa contribui muito para isso. Todos aqueles casos que marcam, os casos políticos - e não só sociais, económicos, etc - que marcam a atualidade

portuguesa, tiram o espaço. Tornam os assuntos europeus, e qualquer decisão da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, da União Europeia em geral, absolutamente invisíveis.

Então porque se intensifica o fluxo informativo dos temas europeus durante as presidências?

Eu creio que há também um spin político da parte de quem organiza, das presidências, da presidência portuguesa, neste caso. Há um spin político e a presença do primeiro-ministro, ou a presença do Presidente da República, nestes atos provoca uma maior mediatização destes eventos. Isso não há dúvida.

Na sua opinião, o alegado défice democrático no seio da União Europeia pode resultar de um défice mediático?

Não sei responder taxativamente se o défice de mediatismo é fruto do défice democrático. Ao contrário, se o défice democrático se deve também ao défice mediático. Talvez, talvez sim. Talvez o facto de as decisões serem invisíveis contribua também para uma certa sombra do ato democrático. Nunca tinha pensado, não penso nisso com frequência, talvez mais tarde possa responder melhor.

E os próprios jornalistas, têm informação suficiente sobre este tipo de assuntos, dada a sua complexidade?

Eu sou defensora de reciclagem permanente da informação. Acho que os workshops e as conferências e aqueles seminários para jornalistas são quase que obrigatórios e praticamente não existem. O sindicato atual às vezes faz, há algumas coisas que são promovidas por escolas superiores de comunicação, mas acho que há um défice muito grande da comunicação.

Como é que se comunicam nomenclaturas para o cidadão comum como o #EU4Health?

É difícil transmitir informação que não seja tão direta às pessoas. Acho que há um problema de comunicação, até do próprio jornalismo, e se calhar do próprio desinteresse, e se calhar até da desinformação própria do jornalista.

Terá sido a cobertura mediática da presidência suficiente para encurtar a distância entre os cidadãos e a política europeia?

Acho que permanece uma grande distância. Acho que não faz diferença. As pessoas estão muito distantes da decisão política europeia, quer dizer, o comum dos cidadãos.

Durante este período pandémico, podem os jornalistas ter ficado reféns das narrativas das autoridades governativas, ou têm independência?

Nós, jornalistas, gostamos muito de dizer que somos independentes, mas somos muito reféns da mensagem que o poder político, o poder mediático, nos dá. O ideal é a independência total, sim, somos um pouco reféns da mensagem que nos é transmitida, há sempre naquela coisa ideal de tentarmos buscar para lá disso. Mas não é fácil.

E em relação a agências de notícias, por exemplo, a agência Lusa, acredita que existe uma certa dependência dos restantes órgãos de comunicação?

Eu acho que somos, os jornalistas, muito dependentes da agência Lusa, sobretudo porque os meios também são escassos. Não é possível estarmos estarem todos lá. E nisso a dependência de uma agência noticiosa que tem recursos e que consegue ter muita gente, delegações em quase todas as sedes de distrito, em todos os distritos do país e também fora, nos países da União Europeia, isso é, quer dizer, acho que ajuda muito quem não tem recursos.

E existe uma verificação dessas notícias que recebem, ou é algo mais imediato?

Há um colega da agência Lusa que costuma dizer o que a Lusa diz é sagrado. E, portanto, não há muitas dúvidas sobre o que a Lusa escreve. A agência é muito institucional, e tenta pautar-se sempre muito por rigor e, de facto, quer dizer, não há essa preocupação de desmentir a Lusa. Há muita preocupação, às vezes, de a concorrência ao lado, por exemplo, entre as rádios, se desmentirem em algumas áreas. Há um pouco esse hábito, como há esse hábito entre os jornais. É mais apetecível o desmentido em relação a outros órgãos de comunicação, mas que não a Lusa. Há uma enorme confiança na agência de notícias. Portanto, quando a Lusa escreve, consegue estar em todo lado, com extensão, consegue estar em todo lado.

De que maneira a confiança popular no jornalismo pode, ou não, ter ficado condicionada pelo aparecimento da Covid-19, dada a emergência de muita desinformação nas plataformas online?

Sim, o jornalismo tem sido condicionado pelas redes sociais, sobretudo neste contexto da pandemia. Aliás, foi um período muito caracterizado por desinformação e as redes sociais funcionaram muitas vezes contra a informação científica. Isso, sim, incentiva-nos muito. Era preciso estar muito atento, foi mesmo necessário fazer certificação de informação. Foi preciso estar mais vigilante.

As plataformas online, e a evolução tecnológica, já tinham proporcionado a que o jornalismo começasse a transferir-se para o online, mas terá acontecido, nessa altura, uma presença no online intensificada?

Sim, sim. A partir de alguma altura, os jornais, por exemplo, deixaram de estar em banca. Havia menos quiosques abertos e agora os quiosques que fecharam na altura não voltaram a abrir. Há muito menos pessoas a comprar jornais, por exemplo. Houve pessoas que ou deixaram de ler completamente jornais e não migraram para o online e houve outras que migraram para o online e já não voltaram à banca a comprar jornais.

E no que respeita a rádio?

A rádio funcionou no online. Tivemos pessoas a funcionar, a trabalhar em casa e eu não sei como é que foram os números de audiências online na altura, mas foi a prova de que não podemos subestimar o online e que o online em rádio é o futuro.

Considera este reforço benéfico ainda hoje?

Sim. O online será o futuro da rádio e a rádio vai ter de adaptar-se mesmo ao digital e a todo um funcionamento diferente, um funcionamento de registo digital, online mesmo. E é rápido, as notícias fluem neste ambiente online - lá está, por isso é que depois se propagandeia com muita desinformação.

E onde fica o rigor no meio deste imediatismo?

Com calma. Fomos encharcados, por exemplo, na pandemia, fomos encharcados de notícias sobre Covid-19. Quer dizer, e depois não é fácil perceber porque as coisas aconteceram também tão depressa e com tanta rapidez que nós próprios provavelmente demos muita coisa

errada em antena porque não era possível estar permanentemente a fazer uma certificação e a tentar confirmar notícias.

Há um papel do jornalismo em neutralizar notícias falsas?

Sim, em sobretudo não basear uma notícia numa fonte não credível, numa fonte de rede social, numa qualquer publicação de uma rede social. Acho que é a função principal do jornalista.

Quais considera terem sido as principais vantagens e desvantagens que a Covid-19 trouxe para o jornalismo?

Repensar toda a maneira de trabalhar. Foi a prova de que, em rádio, é possível trabalhar-se de qualquer maneira, em qualquer sítio. Um jornalista, um repórter, é muito autónomo e consegue trabalhar de qualquer maneira, em qualquer sítio. É muito fácil. Mas foi a prova de que as regras laborais podem ser torcidas e distorcidas à medida. Quer dizer, há vantagens e desvantagens do teletrabalho. Trouxe vantagem, mas trouxe depois uma desvantagem quando a pandemia começou a cair: as pessoas já não queriam voltar. E eu acho que o contacto em redação é muito importante. A troca de ideias, o debate, qualquer reportagem nasce de contacto, de uma reunião que virtualmente se calhar não resulta tão bem. Eu prefiro reuniões ao vivo que reuniões virtuais. Aqui já temos feito algumas virtualmente, mas o interesse não é o mesmo.

Apêndice D. Entrevista ao Entrevistado III – Correspondente na Agência Lusa

Caracterização do Entrevistado III

O Entrevistado III é jornalista desde 2013. É correspondente em Bruxelas pela agência Lusa, onde trabalha há cerca de 4 anos. Esteve a cobrir a presidência portuguesa na secção internacional.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 28 de outubro de 2022 e teve uma duração de cerca de 40 minutos, tendo sido realizada por videoconferência, sob o auxílio da plataforma Zoom. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado III autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

Qual a maior diferença que consegue identificar, em termos de cobertura mediática, de outras presidências para esta?

A pandemia afetou muito. Desde logo havia ainda uma série de restrições. Isto foi no primeiro semestre de 2021. Começaram a presidência numa altura em que ainda havia *lockdowns*. Logo aí começaram com uma grande incerteza. Não sabiam se, por exemplo, a Cimeira Social poderia ser realizada, ou não, presencialmente. Portanto começaram com uma série de incertezas. E isso reflete-se um bocadinho também no programa. O programa que eles enviaram inicialmente estava todo um bocado sujeito a confirmação. Apesar de haver essa ideia de fazer a Cimeira Social, esse sempre foi o grande objetivo, de ser “o” evento. Mas não sabiam bem como é que iriam fazê-la. E a verdade é que, por exemplo, uma série de Conselhos, e mesmo alguns informais, que normalmente são os pontos altos das presidências, foram realizados de forma híbrida. Havia muito poucos jornalistas a fazer cobertura presencial em Lisboa. Conheço pessoas que estavam a trabalhar na presidência e que, basicamente, diziam que aquilo estava completamente vazio. Como havia também tantas restrições de viagens, nessa altura ainda, houve muito poucos jornalistas que conseguiram ir a Lisboa, onde era a grande parte, onde foi a grande parte dos eventos. O grande objetivo deles era mesmo que a Cimeira Social fosse presencialmente. Mas em termos de cobertura, pronto, eles tiveram que disponibilizar uma série de meios

tecnológicos. E, na verdade, muitas vezes não funcionava muito bem. Eu acho que eles estavam com a ideia de que isso poderia acontecer, mas, pronto, é tecnologia, há sempre coisas de demoram, que falham e, portanto, havia vezes em que tínhamos conferências de imprensa e que os colegas não tinham tradução, interpretação para inglês. Portanto, houve alguns constrangimentos técnicos. Houve muita coisa feira por videoconferência, e depois foi a Cimeira Social. Eu não me recordo se eles tinham ou não limite de pessoas, mas como nós éramos *media partners*, tínhamos cerca de 20 pessoas lá. Fui eu e um colega meu de Bruxelas a fazer a cobertura no Porto, mas havia uma série de constrangimentos, se calhar não ao nível do número de pessoas, porque o espaço era bastante amplo, mas, por exemplo, tínhamos de apresentar testes PCR, tínhamos de andar sempre de máscara. Portanto, mesmo estando já numa fase melhor da pandemia, nessa altura, ainda havia algumas limitações.

Mesmo a nível de distanciamento?

Sim, supostamente, sim. Com os políticos, e com os jornalistas, às vezes. Nesse caso era um bocado mais difícil, no caso da Cimeira Social, por exemplo, na sala de conferências de imprensa, não dava para estarmos assim tão afastados, mas, pronto, havia pelo menos essa intenção.

Como é que ficou condicionado o diálogo entre os jornalistas e os atores políticos?

Eu costumo dizer que, por exemplo, no caso das salas de imprensa, não deixaram de existir, apenas mudaram de sítio. Passaram para o WhatsApp. E foi através também de ferramentas como o WhatsApp que foi feito muito do network e do contacto com as fontes. Por exemplo, com os porta-vozes da representação portuguesa, neste caso, ou da presidência. Foi muito através de WhatsApp, e-mail, telefone, não havia tanto o contacto presencial. Eu não me recordo de muitos *briefings* que tenham sido presenciais nessa altura, mas, pronto, não deixou de existir. E, sinceramente, não sei se afetou. Acho que se fez apenas de forma diferente. Se calhar não tens tanto aquele contacto humano e às vezes há coisas que é mais fácil conseguir, ou seja, mais informalmente, mas não deixou de existir esse contacto.

E o que é que o contacto presencial contribuí mais ou menos do que o contacto, por exemplo, por videoconferência?

No caso da videoconferência, tens aqueles constrangimentos técnicos que referi. Por exemplo, se o colega não consegue fazer uma pergunta perde completamente a oportunidade, não está lá, pronto, ali acabou completamente a oportunidade. E claro que o contacto presencial, por exemplo, em termos de entrevistas ou de conferências de imprensa é preferível presencialmente, porque consegues quase surpreender ou perguntar e perceber a reação dessa pessoa. Isso também te diz alguma coisa. Mas eu acho que havendo predisposição e as ferramentas técnicas que hoje em dia há, consegues contornar. Claro que não é a mesma coisa, por não ter essa parte humana, mas consegues perfeitamente fazer.

Como é que se volta, então, à cobertura presencial destes eventos, com a possibilidade de um contacto presencial?

Eu acho que isso foi um bocadinho muito estranho. Por exemplo, havia pessoas que nós conhecíamos com máscara. E depois a pessoa tira a máscara e tu não sabes quem é. Claro que depois, ao começar a conhecer caras, é quase fazer um *networking* todo novo. Porque tu tens uma ideia da pessoa durante a pandemia. E ao início foi um bocadinho estranho voltares ao contacto humano, parece que isso tinha sido completamente quebrado. Pronto, foi um bocadinho gradual, diria. E hoje em dia ainda existe, ou seja, ainda há marcas que a pandemia deixou. Por exemplo, ainda há muitas coisas que são híbridas, há sempre a possibilidade de fazer as coisas por videoconferência. E, por exemplo, sei lá, briefings, também consegues participar por videoconferência algumas vezes. Até agora, no caso da guerra na Ucrânia, eu já tive entrevistas, em grupo, com um Comissário Europeu por WhatsApp. Coisas que eram inimagináveis noutra altura. Eu acho que houve um grande aproveitamento e uma diferença também na mentalidade de como podemos tirar partido das tecnologias. E isso foi bom, e também ter ficado, porque muitas vezes também facilita o contato com as fontes. Claro que se pudermos estar presencialmente há sempre um contacto humano, e ajuda a estabelecer pontes e a conseguir chegar à pessoa.

E com máscaras, como é que isso afeta a fluidez do próprio diálogo com as pessoas?

Por exemplo, eu trabalho em português, mas também trabalho muito com outras línguas. Claro que se eu estiver a falar e estiver com a máscara, e estar com a outra pessoa e a pessoa estiver a falar português, já é difícil de perceber se a dicção não for muito boa. Imagina, no caso de outros línguas, por exemplo, o francês ou o inglês, que são as línguas que nós usamos

mais lá, afeta, afeta um bocadinho. E se não percebes uma palavra, altera todo o discurso, não é? Portanto, no caso da dicção, ou por exemplo na perceção, pode afetar. E pronto, é diferente de estar a falar com uma pessoa, a entrevistar uma pessoa e perceberes as reações dela à tua pergunta, ou àquilo que tu estás a dizer com ou sem máscara, não é?

Voltando à parte da relação entre o jornalismo e a política europeia, pergunto se considera o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus suficiente.

Eu acho que esse espaço existe, eu acho é que não são assuntos muito falados, por exemplo, nas escolas. Portanto, não é fácil de perceção. E esse espaço existe, mas é para um público mais especializado, diria. E por ser tão especializado, e às vezes serem assuntos que não são ditos como *sexy*, não aparecem tanto na agenda mediática e se calhar também não existe tanto interesse por parte da opinião pública em procurar esse tipo de assuntos. Existe espaço e acho que sinceramente tem havido um esforço, pelo menos, para haver cada vez mais assuntos europeus no espaço mediático. E a verdade é que situações como a Covid-19 também forçaram um bocadinho esse *upgrade* dos assuntos europeus no espaço mediático. Na verdade, aquilo que vimos foi uma resposta europeia a um problema mundial, que afetava as pessoas de diferentes formas em cada país e houve uma resposta conjunta que levou que os assuntos europeus fossem cada vez mais falados. E agora tenta-se fazer um bocadinho isso com a crise energética, ou com a alta inflação que se acentua pela guerra da Ucrânia. E tenta-se falar sobre esses assuntos mais no contexto europeu, porque a verdade é que afeta o bloco comunitário, e que se tenta dar uma resposta também ao nível comunitário.

Há pouco falava da complexidade destes assuntos, especialmente, para o cidadão comum. Considera que os jornalistas têm conhecimento suficiente sobre assuntos europeus?

Não, em geral, sinceramente, acho que não. É um tipo de jornalismo muito especializado e mesmo às vezes para nós que estamos aqui diariamente a escrever sobre assuntos europeus, às vezes há coisas que são demasiado técnicas. Acho que em geral, e no meu caso, procuramos formação, porque na verdade requer mesmo um acompanhamento e requer mesmo alguma parte teórica que por vezes falta. Mas, por exemplo, e é legítimo, eu vejo colegas em Portugal que confundem coisas que para nós já são muito óbvias. Claramente falta alguma especialização e falta alguma formação. Por exemplo, o típico erro, o Conselho

Europeu, e Conselho da UE. Esse é o mais flagrante, mas há coisas que realmente estão erradas e falta, na verdade, não só formação para os jornalistas, mas se calhar também um acompanhamento mais ativo. Se calhar, se houvesse esse acompanhamento, poderia ser mais fácil para eles também acompanhar, ou monitorizar, este tipo de temas. Mas pronto, isso também está ligado à questão do investimento e ao facto de muitas vezes no setor do media não termos os recursos necessários, ou os meios necessários, para fazer a cobertura de certos assuntos e leva a que muitas vezes alguns jornalistas acabem por ter de fazer a cobertura de mil e um assuntos e depois não se conseguem especializar em nenhum.

E onde é que fica aqui a responsabilidade das instituições políticas, neste caso das instituições europeias?

A ideia que eu tenho é que a Representação da Comissão em Portugal, e o Gabinete do Parlamento em Portugal tentam cada vez chegar mais aos jornalistas, porque percebem realmente que há aqui algumas pontes que têm de ser feitas. E que realmente precisam de lhes chegar primeiro, através de uma informação cada vez mais clara, e penso que existe esse esforço. Tentando também, em segundo lugar, mostrar um bocadinho do quotidiano das instituições, por exemplo, trazê-los em atividades ou visitas a Bruxelas, ou Estrasburgo no caso do Parlamento. E em terceiro lugar, penso que devem tentar também dar mais oportunidades aos jornalistas nacionais, de fazer, de certa forma, parte do quotidiano europeu. Por exemplo, deixando participar, fazendo a ponte para que entrevistem comissários, eurodeputados. Acho que as instituições percebem que se não conseguem chegar à opinião pública de cada país, isso também enfraquece a visibilidade das instituições em si. Portanto, tendo isso em mente, e sabendo que existe esse défice democrático da União Europeia, e sabendo que os media têm um papel aqui tão importante para estabelecer as pontes que eu referia, penso que as instituições têm tido mais essa disponibilidade e veem realmente isso como uma necessidade. E quando falo de jornalistas, falo não só de meios nacionais, como também de meios regionais. Portanto, não podemos esquecer que muitas vezes a opinião pública tem conhecimento dos assuntos europeus e pode ser pelos meios regionais. Não devem ser esquecidos. E acho que existe mesmo esse esforço e já tive conhecimento de colegas que vieram a Bruxelas, por exemplo, participar em workshops financiados pelo Comitê das Regiões ou por outras instituições mais vocacionadas para a parte mais regional.

Como é que se comunicam nomenclaturas como #EU4Health ao cidadão comum?

Acho que às vezes tentam tornar alguns pacotes, algumas iniciativas legislativas, mais atrativas e depois dão esses nomes. Por exemplo, a ERA, a alta autoridade, que agora criaram também para a saúde. E depois acaba por criar aqui barreiras na comunicação. Eu acho que tem de se simplificar e tentar chegar às pessoas, chegar à opinião pública, esse é sempre o objetivo final. Mas na verdade, eu acho que estes nomes acabam por criar algumas barreiras à comunicação. Porque realmente, como eu dizia, não havendo jornalistas tão especializados ou tão formados para os assuntos europeus, por vezes olham para esse tipo de nomenclaturas ou nomes de alguns pacotes europeus, e ficam... *Bem, o que é isto?* Porque, na verdade, não diz nada às pessoas, não é? Mas pronto, lá está, esse também é um bocado o trabalho dos jornalistas. Tentar quase tornar isso o mais simples possível para que qualquer pessoa perceba e não precisa de recorrer às vezes a esses nomes, diria eu. Porque acaba por criar aqui barreiras na comunicação que não são desejáveis.

Porquê é que se intensifica o fluxo informativo destes temas durante os semestres da presidência?

A verdade é que eu acho que as presidências são um grande palco para cada país. Portanto, claro que os países também têm interesse em chegar mais aos media, para, em último caso, chegar à opinião pública. E por isso é que acaba por haver uma maior agenda mediática durante os semestres. À partida, eu acho, todas as presidências são benéficas para os países. E na verdade acho que é muito difícil uma presidência falhar, porque já existe uma máquina que está por trás. Na verdade, os países escolhem as prioridades, guiam-se com a atualidade. Por exemplo, nos últimos semestres estiveram muito marcados pela pandemia. Agora, pela guerra da Ucrânia, pela crise energética e pela crise de preços. Portanto, partindo dessa ideia de que querem sair, querem beneficiar e querem dar uma boa credibilidade e uma boa imagem do país, não só a nível nacional, mas também a nível europeu e, em alguns casos, ao nível internacional, aumentam a informação, aumentam o volume da informação. Há um maior esforço para tentar chegar aos media para, de facto, aumentar esta projeção ou contribuírem para esta projeção. Porque, na verdade, o objetivo é sempre esse, é sair com algumas marcas ou deixar algumas marcas com as presidências. E penso que, por exemplo, no caso de Portugal, ou países mais pequenos em termos de dimensão, usam muito essas

presidências para se afirmar. E afirmar também ao nível nacional aquilo que são as ideias do país. E a verdade é que Portugal tem conseguido isso sempre. Apesar de haver coisas que podem sempre correr melhor, acho que Portugal tem conseguido deixar marcas nas presidências e tem conseguido, de facto, com que os media passem essa imagem de quase parceiro credível, de país que consegue afirmar-se ou que consegue cumprir as prioridades. E pronto, lá está o papel dos media é crucial para isso acontecer.

Não ficará, então, o jornalismo refém das autoridades governativas, enquanto porta-vozes do poder?

Acho que há sempre esse risco em qualquer situação, sendo ou não a presença da UE. E isso também é um trabalho que tem de ser feito pelos jornalistas para evitar de facto haver essa dependência, seja ao nível da agenda europeia, mas também ao nível da agenda política nacional, porque é muito fácil incorrer nesse risco de jornalistas serem quase microfones, no caso, do Governo. Se o trabalho jornalístico for bem feito, isso não acontece, porque tem de haver sempre um quase dissecar da informação. Tem de haver um trabalho da informação que não é nada, a informação não pode passar como vem. Temos de perceber o contexto daquilo e o que é que realmente se pode extrair daquela informação que nos é nada. Esse risco existe sempre, é aquilo que eu posso concluir, mas acho que essa não é uma questão, porque, querendo crer que os meus colegas fazem esse trabalho, isso não acontece. E também incorremos outra vez naquela questão de os media não terem financiamento e não terem meios. Por vezes isso pode levar a que não haja tempo ou não haja margem para fazer esse trabalho todo que é necessário para não sermos só meros microfones, porque de facto não existe tempo para, por exemplo, ler o comunicado do Governo e saber o que é que pode ser extraído ali. Às vezes vais a ver, não sei se no caso do governo, mas às vezes há instituições, ou há organismos, que mandam comunicados e tu vês, por exemplo, alguém pegou naquilo e que a pôr quase exatamente a estrutura do comunicado. Isso também se deve muito à crise que os media enfrentam há vários anos.

E no caso da Lusa em específico, que trabalhou como *media partner* da PPUE durante toda a presidência, não terá o Governo usado isso para controlar a sua própria visibilidade?

Não. Ou seja, claro que a informação tem de sair para toda a gente, mas tendo eles esta questão de nos ter como *media partner*, ou de saber que somos a agência nacional, a única agência na região de Portugal, podiam ter tentado difundir mais certos assuntos, mas muitas vezes até havia quase barreiras. Por exemplo, nós queríamos tentar aceder a certas informações, por exemplo, qual é que era o estado de determinado processo legislativo, e às vezes ficávamos sem resposta. Muitas vezes tentámos obter propostas e éramos sempre nós que fazíamos esse pedido para aceder, mas às vezes não havia essa proatividade. E nós enquanto *media partner* tínhamos, por exemplo, uma produção diária, um x de produção diária em termos de texto ou em termos de fotografias que tínhamos de tirar.

Sente dependência dos outros órgãos de comunicação social para com a Lusa?

Sim, não só em termos da presidência, mas noutros contextos. Mas sim, durante a presidência isso foi bastante, ou ficou bastante evidente. Porque realmente, como eu dizia, os assuntos europeus não são assim tão excitantes para certos órgãos de comunicação e não vão tendo recursos mais limitados, alocar pessoas para coisas que podem ter o conteúdo da Lusa. Propostas de coisas mais técnicas, muitas vezes punham as nossas notícias e pronto. E aquilo que acontece muitas vezes é que não alteram nada, portanto as nossas notícias são publicadas como saem da nossa linha. Acho que isso, por um lado é bom, porque o nosso trabalho acaba por ser reconhecido, mas também, ao mesmo tempo, é um quase o expor da ferida da crise dos media. Estão tão dependentes, que é quase como se, num deserto, nós fôssemos a água que salva o setor dos media, porque de facto não existe outro tipo de recursos e pronto, e acabam por haver claramente esta dependência.

Terá confiança popular no jornalismo ter ficado condicionada durante a pandemia da Covid-19, dada a emergência de uma grande onda de desinformação nas plataformas digitais?

Sim, eu acho que a desinformação é sinceramente um grande perigo para a democracia, e acho que isso ficou evidente durante a pandemia. E é aí que ao mesmo tempo reside a força dos media, porque de facto aquilo que nós podemos ver durante a pandemia é que todas as informações confiáveis ou credíveis tiveram origem nos media. Portanto, aquilo que realmente era verdade não estava nas redes sociais, ou não estava naqueles grupos de WhatsApp que foram criados, estava claramente nos media. E apesar de haver teorias de

conspiração, tudo aquilo que nós fomos assistindo, acho que o tempo foi provar que aquilo que realmente era difundido nos media, não tinha uma narrativa por trás. E era a verdade de uma situação anormal que estava a ser vivida. Mas também, e ficou evidente que, se não fossem os media, isso não passaria para as pessoas. Depois há sempre aqui duas visões, mas acho que aquilo que a opinião pública percebeu é que realmente os media têm um papel crucial na democracia. E são os media que conseguem realmente filtrar a informação que passa e que é danosa, muitas vezes, que foi aquilo que também vimos na pandemia, por exemplo, dizer que certas coisas eram boas para evitar a Covid-19 e que realmente causavam danos nas pessoas. E havendo alguma coisa a se agarrar, as pessoas tiveram de se agarrar ao papel dos jornalistas ou à produção de conteúdos por jornalistas, porque realmente era aquilo que estava a ocorrer.

E como é que fica condicionado o rigor?

Eu acho que, bem, no caso dos jornalistas, só os jornalistas é que conseguem realmente assegurar esse rigor, não é? E aqui, no caso da desinformação, isso ficou claramente evidente. Mas mesmo o jornalismo em si, ou seja, agora parece que a informação tem de ser muito imediata e que as coisas acontecem e depois, lá está, a competitividade também entre os planos de comunicação potencia muito isto.

Mas como é que se gere esta necessidade do imediato e, ao mesmo tempo, o rigor jornalístico?

Bem, com os avanços tecnológicos existe claramente uma pressão cada vez maior e nós, enquanto jornalistas de agência, sentimos essa pressão a toda hora. Basicamente nós, jornalistas de agência, estamos a competir com o direto. Portanto, nós temos de estar a lançar uma notícia enquanto aquele responsável político está a falar, literalmente. Enquanto agência temos de ser os primeiros a dar alguma coisa. E como só podemos dar alguma coisa quando temos a certeza, esse rigor está, de certa forma, assegurado. Ao mesmo tempo também somos muito vulneráveis, porque havendo essa pressão, de ser os primeiros a dar, claro que há margem para erros, apesar de tentarmos evitá-los. Havendo esta vulnerabilidade, também acabo por imaginar que há alguma margem dada às informações falsas, porque depois nós acabamos por ser quase os botes. Acaba por haver essa fragilidade, que é uma situação que existe, que ainda assim deve ser ao máximo colmatada. E, por

exemplo, nós em agência tentamos, aliás, só podemos mesmo dar alguma informação quando temos a certeza, e às vezes acontece que não somos os primeiros a dar exatamente por isso.

Há alguma coisa mais evidente que a pandemia tenha trazido, e que hoje se continua a utilizar e que passou a ser norma no jornalismo?

Aquilo que eu dizia de usar muitas ferramentas tecnológicas. Isso antes não era tão evidente. Acho a Comissão Europeia, por exemplo, tem um *briefing* diário todos os dias ao meio dia, e ao início, bem, não tenho a certeza, mas não havia tanto essa possibilidade. Havia uma reprodução, eu acho que era isso, havia uma reprodução que era feita dos briefings diários que nós podíamos aceder através da EBS, que é a European Broadcasting Service, e que nós podíamos assistir, mas não podíamos fazer perguntas se não estivéssemos presencialmente na sala da Comissão. E isso veio com a pandemia e agora há sempre a parte híbrida, portanto, podemos fazer perguntas tanto remotamente como lá. Acho que houve essa maior disponibilidade, essa abertura maior para as tecnologias e acho que isso é claramente um ponto positivo. Às vezes acho que acaba por se perder muito o contato humano e, como dizia, realmente em entrevistas às vezes faz sentido haver esse contato. Mas corre-se aqui um bocadinho a tentação de recorrer sempre ao mais fácil.

Para terminar, pergunto se o alegado défice democrático no seio da União Europeia pode ser resultado de um também défice mediático.

Sim, acho que pode acabar por estar relacionado e também pelo facto de muitas vezes não ser uma imprensa, como disse, especializada ou não ter tanto conhecimento dos assuntos europeus. Mas, ao mesmo tempo, eu também acho que não se pode tirar a culpa, ou pelo menos não se pode tirar esta equação, a opinião pública. E eu acho que deveria haver muito mais esforços para realmente formar as pessoas, que são os críticos ou os recetores de informação que os media passam, para realmente se ter esta... poder fazer a sua análise crítica e poder formar a sua opinião a partir disso. Portanto, aqui seria crucial investir cada vez mais em literacia mediática. Por exemplo, também informação para assuntos europeus, se calhar nos currículos das escolas. Para de facto haver mais essa predisposição ou mais esse conhecimento e essa vontade para lidar com os assuntos europeus. Mas, crucialmente, aquilo que dizia das ações de literacia mediática. Porque muitas vezes, por exemplo, vemos no caso

de pessoas que se calhar não têm tanto contato com a imprensa, facilmente caem na desinformação ou caem nas notícias falsas. E se tivessem essas ferramentas, já conseguiriam criar essas barreiras e acabar por não ceder. Por exemplo, agora na pandemia, se houvesse esse tipo de ferramentas, se calhar era mais fácil para as pessoas não se sucumbirem a certo tipo de soluções. Ou, por exemplo, vimos muito os esquemas online com as vacinas ou com outro tipo de coisas. E se as pessoas se calhar já dispusessem de ferramentas para analisar de forma crítica a informação, isso poderia ter sido evitado. E às vezes há situações mais danosas.

Apêndice E. Entrevista ao Entrevistado IV – Correspondente na RTP

Caracterização do Entrevistado IV

O Entrevistado IV é jornalista há cerca de 30 anos. É correspondente em Bruxelas pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) desde 2016. Esteve a cobrir a presidência portuguesa na secção internacional.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 2 de novembro de 2022 e teve uma duração de cerca de 40 minutos, tendo sido realizada por videoconferência, sob o auxílio da plataforma Whatsapp. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado IV autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

O que é que a cobertura desta presidência portuguesa teve de diferente das anteriores?

Tenho paralelo em relação às presidências semestrais anteriores. A portuguesa foi muito parecida com a alemã, quando se deu a adaptação toda da orgânica das reuniões e da forma de trabalhar ao contexto da pandemia. Quer dizer, na portuguesa foi-se saindo já, até porque o contexto em Portugal era ligeiramente melhor da altura do que no resto da Europa, e, portanto, foi-se saindo um bocadinho. As reuniões começaram a ser mais híbridas entre o online e o presencial, e o grande teste de uma grande reunião internacional foi a Cimeira Social do Porto.

E como é que se volta aos eventos depois de um ano e meio?

Todo contente, todos contentes. Os correspondentes aqui em Bruxelas estavam todos contentes, não só os portugueses, como em generalidade os internacionais, porque foi muito complexo para nós o período de trabalho durante a pandemia, sobretudo no ambiente online. Houve uma adaptação muito grande das instituições a esta nova forma de trabalhar e nós tivemos de correr atrás, sendo que uma grande parte do nosso trabalho aqui tem a ver com contactos informais com gente das instituições, mas fora das instituições, em encontros mais

informais, em encontros *off the record* e coisas assim, e tudo isso desapareceu completamente com a pandemia. Este ambiente em que nós estamos agora a falar que se tornou banal nos últimos dois ou três anos, para contactos informais entre fonte e jornalista não é o melhor. Não sabemos quem é que está a ouvir-nos ou a ver-nos.

Era exatamente isso que lhe perguntava de seguida, de que forma é que se alterou esse contacto entre atores políticos e os jornalistas durante este período?

Para os jornalistas foi um constrangimento, e acho que para quem gere a comunicação do lado de lá foi uma arma importante. Porque controla-se muito melhor a informação do que quando as pessoas se podem encontrar, passar um documento em vez de o mandar por e-mail ou por WhatsApp, ou o que seja. Portanto, há uma série de regras que colocou uma barreira que não podia ser ultrapassada. E isso prejudicou o nosso trabalho, ou atrapalhou o nosso trabalho de alguma forma, e ao mesmo tempo transformou-se, como digo, numa arma de controle da informação, por parte de quem coordena a comunicação das instituições.

O que é que o contacto presencial contribui a mais ou a menos comparativamente ao contacto por videoconferência?

É o cara a cara, o estar presente, não haver uma barreira de comunicação entre as pessoas que se conhecem, que têm confiança uma na outra. Se falarem ao telefone de uma forma mais convencional, se falarem por videoconferência, não têm a mesma certeza do sigilo da conversa. Quando uma fonte quer permanecer anónima, não fala ao telefone, não faz videoconferência. O encontro cara a cara é fundamental.

E no caso da televisão?

No final, a televisão não teve grandes implicações. A primeira vez que percebemos que tínhamos o recurso à imagem em vídeo, isso banalizou-se com a pandemia. Acho que a importância da informação, ou o acesso mais fácil às fontes, se sobrepôs à qualidade da imagem, por exemplo. Antes da banalização das ligações de vídeo, a qualidade da imagem era muito importante para a televisão. Desde que não haja de outra forma, outro recurso, sendo este o único recurso, nós não queremos saber se o enquadramento está melhor ou pior. Isso passou para segundo plano em função da facilidade do contato e da premissa da informação. Alteraram-se os valores, digo eu.

Na Cimeira Social em si, como é que se organizou a equipa? Tiveram de fazer testes à entrada?

Eu estive a rever o *media guide* da Cimeira Social, precisamente para lembrar algumas coisas. Foi necessário fazer um teste PCR com 72 horas de antecedência, e no Palácio de Cristal, ou na Alfândega do Porto, tínhamos de fazer testes rápidos, para validar os PCRs que trazíamos. Isto foi uma abertura grande para nós, porque neste período nós viajamos muito. Porque as reuniões são, geograficamente, em sítios diferentes na Europa. E neste período era muito complicado, nós tínhamos que fazer testes às vezes com períodos muito curtos. Lembro-me de ir a Berlim e precisar de um teste com 24 horas de antecedência e era difícil conseguir aqui um laboratório que fizesse o teste em tempo útil, além de ser caríssimo. Até que a presidência portuguesa - e não é por ser portuguesa, nem por ser do Porto, que eu sou e eu sou do Porto - foi muito inteligente na forma como organizou as coisas, que dava uma margem aos jornalistas para fazerem os seus testes, para viajarem e depois controlar, um controle mais leve, mas ainda assim apertado, da negatividade das pessoas que participaram da Cimeira. E foi muita gente. Na Cimeira do Porto, eu há bocado estava a conversar aqui com uma amiga que esteve lá também, devem ter estado à volta de 300 jornalistas. Havia 200 lugares no centro de imprensa da Alfândega do Porto e havia mais de cerca de 100 no Palácio de Cristal. Na equipa da RTP, que era *host broadcaster* do evento, nós éramos por aí uns 50 e estávamos à parte, estávamos num ambiente só nosso.

Não houve nenhum limite de número de jornalistas que podiam cobrir o evento?

Eu estava a trabalhar num ambiente com muitos colegas portugueses da minha empresa, da RTP, portanto não era o único repórter ali. E portanto, passava um bocadinho ao lado esse tipo de coisas. Sei que se colocaram algumas restrições, mas acho que não se recusou a acreditação a ninguém.

E no caso da RTP?

Pelo contrário, nas Cimeiras europeias há uma equipa que vai, um jornalista e um repórter de imagem, que sou eu e o meu colega. Naquela estávamos 10 jornalistas, mas não sei quantos técnicos que asseguravam a transmissão geral do evento para as televisões todas, portanto estávamos muito mais gente do que é habitual.

Focando a relação entre o jornalismo e a política europeia, pergunto-lhe se considera que o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus é suficiente.

Na RTP acho que é. No geral, não sei, talvez não. Os assuntos europeus são chatos, são complexos, são aborrecidos até para os editores dos noticiários em Lisboa, quanto mais para o público. Portanto, o esforço que nós fazemos todos os dias para tentar simplificar políticas, as negociações e, às vezes, até questões técnicas que são muito complexas, nem sempre é conseguido. Confesso a minha fraqueza nessa matéria, nem sempre consigo. Por exemplo: a fórmula dos preços do gás, que no fim vai refletir na fatura dos portugueses, e dos europeus em geral, que é super importante, como é que eu explico isso? Às vezes tenho dificuldade eu em compreender e pergunto aqui a pessoas que estão a negociar isso e que não sabem bem como é que vai ser o final, porque é uma ideia que sai da Comissão Europeia, que depois é discutida politicamente no Conselho Europeu, que vai ao Parlamento para ter uma discussão nova, que é renegociada entre as três instituições e que depois resulta numa fórmula final, que está relacionada com os preços do gás na China, mais um *surplus* que eles acrescentam para o mercado europeu ser atrativo para quem vende. É chato, é complexo. E faz com que não seja atrativo, do ponto de vista de quem está a coordenar um jornal, porque acham que as pessoas não vão perceber ou que vão mudar para outro canal que está a transmitir uma coisa bastante mais simples. Portanto, acho que o que se passa em Bruxelas é muito importante para os portugueses, para os europeus em geral, acho que compreendo que não tenha um espaço mediático que se calhar essa importância releva.

Considera que há uma boa articulação com as instituições para que os jornalistas se possam também informar sobre estes assuntos?

Há uma boa articulação com as instituições, mas as instituições são parte interessada na informação que passam. Filtrar essa informação é o nosso papel, e às vezes não há informação suficiente. Portanto, eu classifico-me aqui como um generalista. Não sou especializado em coisa nenhuma. Quem trata assuntos europeus com mais cuidado, com mais minúcia, os media que o fazem têm especialistas em cada área e isso não é por acaso. Portanto, o meu esforço aqui é dentro do generalismo tentar dar uma ideia de como são as coisas, mas é sempre muito pela rama. Quer dizer, também é dentro da velha fórmula que a televisão mostra, não explica. Portanto, quem quiser explicações mais detalhadas tem que as

ir procurar. O papel da televisão é mostrar as coisas, mostrar o que se está a fazer, mas é sempre muito pela rama. Numa peça de um minuto e meio eu não consigo explicar os temas que é uma coisa tão complexa como este que acabámos de falar. Não é possível.

E porque é que se intensifica o fluxo informativo destes temas durante os semestres de presidências, neste caso, presidência portuguesa?

Para mostrar trabalho, para mostrar que estamos a trabalhar e que estamos a fazer coisas na Europa. Na verdade, não é muito diferente, só muda o palco. Politicamente muda a responsabilidade também de organizar, e de gerir as coisas. As presidências rotativas têm o papel de influenciar também aquilo que se discute ao nível da Europa. No caso de Portugal a Cimeira Social foi particularmente importante porque há uma consciência social em Portugal que se calhar não existe no norte da Europa, porque os problemas são diferentes, são mais complexos também. E, portanto, havia muito esse trunfo que se queria apresentar à Europa. Influenciar as relações com a África, influenciar as relações com a Índia também, que era uma coisa que na presidência anterior tinha sido um bocadinho descuidada, porque lá está, à Alemanha não interessa da mesma forma ter relações com estas geografias como interessa a Portugal. Portanto tem a ver com isso, tem sobretudo a ver com puxar um a brasa à sardinha, para conseguir influenciar as políticas e a nível doméstico mostrar trabalho.

Então há um propósito democrático em cobrir este semestre, ou serve para lisonjear a imagem do Estado?

O propósito democrático está na minha presença. Eu cubro a presidência portuguesa como cubro a outra presidência qualquer, 365 dias por ano. Não noto aí nenhuma diferença. Não é um trabalho do semestre, é um trabalho diário, como lhe digo. E é mostrar às pessoas que não faz sentido, quando há umas eleições europeias, que metade dos eleitores fiquem em casa, ou mais de metade. Esse é um propósito diário. E acho que é aí que entra a defesa da democracia.

E terá sido a cobertura mediática desta presidência suficiente para encurtar a distância entre os cidadãos e a política europeia?

Essa é a pergunta de um milhão de euros, não faço ideia. Não faço ideia. Acho que não, acho que continua a ser uma realidade muito distante. Acho que se as pessoas tivessem um

bocadinho a noção do peso que efetivamente a Europa tem na definição das suas vidas, e ainda agora estamos a assistir a isso, acho que as pessoas, em momentos de crise, têm mais essa noção. Acho que tiveram muito essa noção durante a crise financeira, ali entre 2009 e 2012. Acho que tiveram muito essa noção com a crise da Covid e com a importância que Bruxelas teve em todo o processo de financiamento da investigação, depois na compra das vacinas, na distribuição das vacinas. Acho que eu houve muito essa noção. E acho que vai haver outra vez agora, se já não existe e eu acho que já existe, com as consequências da guerra na Ucrânia. Acho que isso vai acontecer também. Portanto, em momentos de crise as pessoas ganham consciência. Se em 2024 vão votar mais, vão participar mais nas eleições, vão ter mais participação política por causa disso, aí já é outra coisa. Não sei responder. Eu gostava que sim.

Durante este período, lá está, o jornalismo dependeu muito da informação que as autoridades governativas davam neste contexto da pandemia. A minha pergunta é: até que ponto é que o jornalismo não ficou refém das autoridades governativas?

Durante a pandemia acho que não. Acho que não. Acho que há um perigo maior que é de eliminar o mensageiro, e comunicar diretamente com as pessoas através das redes sociais. Sobretudo neste mandato da Comissão Europeia, e do Parlamento também, acho que há uma clara tentativa de passar por cima dos jornalistas e comunicar diretamente com as pessoas. Quer dizer, é uma tendência que não é só europeia. É uma tendência geral dos políticos a nível nacional e a nível internacional. E isso contribui com certeza para a propaganda, não sei se contribui para o exercício democrático, não tenho uma certeza.

E acha que isto foi algo que se intensificou durante este período?

Eu acho que sim, porque houve uma clara aposta no online durante a pandemia que depois ficou. Numa primeira fase, as instituições e os jornalistas foram obrigados a adaptar-se ao meio online e isso ficou, isso não vai desaparecer, mesmo que um dia que não se volte a falar de Covid. A situação pandémica melhorou muito e nós continuamos a ter formatos híbridos, a ter participação online porque se tornou uma rotina, porque se tornou mais cómodo ter com os jornalistas que podem estar a fazer outra coisa, num outro sítio qualquer, e participar ao mesmo tempo numa conferência de imprensa que está a decorrer geograficamente distante. Portanto, acho que há coisas que vieram para ficar. Mas isso acho

que não mudou a essência da tentativa de quem comunica de passar a mensagem, que se chama de propaganda, se quiser, e a essência de quem a ouve e tem o papel de filtrar, de manter esses filtros. Portanto, acho que na essência o nosso trabalho não mudou.

Agora voltando a esta parte da transferência para o mundo digital, considera positivo este reforço tecnológico?

Sim. Desde que não se perca a essência do contato pessoal e do contato direto com as fontes, acho que sim. Acho que é benéfico porque, como lhe digo, é mais cómodo, e mais fácil.

É estar onde as pessoas estão?

Sim, mas isso, lá está, isso vai tocar não na forma como se faz o jornalismo mais clássico, mas com as novas formas de jornalismo. Com aquelas pessoas que não são propriamente jornalistas, mas criadores de conteúdos, que são mais facilmente consumíveis por quem está do outro lado, o cliente final, as pessoas. Mais do que propriamente pelo espectador de televisão. Eu, por exemplo, não faço jornalismo online, faço jornalismo televisivo que depois aparece no online. Mas tenho cada vez mais noção de que há mais gente a ver o telemóvel do que na televisão. As pessoas não param às oito da noite agora, muito poucas param às oito da noite para ver televisão, seja que canal for, há muito menos gente a ver. Sobretudo a geração mais nova. Voltamos àquilo que eu lhe dizia há pouco, quer dizer, acho que a essência do jornalismo não muda, o que muda é a forma de produzir conteúdos e a forma como são consumidos, tem a ver com isso, acho.

Esta presença no digital exige uma rapidez acrescida no fluxo informativo. Em que medida é que isso põe em causa o rigor jornalístico?

Eu sou pré-internet. Quando comecei a trabalhar não havia internet ainda. Portanto, o que eu estou a sentir de alteração na minha forma de trabalhar, não é agora pós-pandemia, é desde 1990 e qualquer coisa, finais da década de 90. Quando se disseminou a internet em Portugal, tudo acelerou, tudo se tornou menos pensado, mais urgente. Depois, a concorrência está a fazer o que nós temos que fazer também, e vamos uns atrás dos outros, somos completamente formatados para fazer todos a mesma coisa, e eu acho que isso é perigoso para o jornalismo. Felizmente ainda se consegue manter algumas bolsas de resistência que vão conseguindo continuar a pensar e a fazer as coisas de forma mais clássica ou, deixe-me

usar a expressão, conservadora, se quiser. De uma forma menos urgente, porque é tudo urgente. E o que nós estamos agora aqui a dizer, daqui a dois minutos podemos estar a dizer uma coisa completamente diferente, que vai haver alguém que vai achar que aquela é que é a verdade e não esta que estamos a dizer agora. Eu sou velho, e portanto, ainda acho que é preciso parar para pensar. E se me pedem vinte coisas diferentes durante um dia, eu digo que não, porque eu não consigo, não sou um supercomputador, não consigo assimilar e dizer, ou falar, sobre vinte temas diferentes durante o dia. E quando estamos a falar de coisas que são tão complicadas e impactam tanto a vida das pessoas, acho que devemos ter esse recuo para não entrar na desinformação, precisamente. E acho que aqui o serviço público de televisão tem uma particular responsabilidade também, de não embarcar no fluxo fácil das coisas.

Apesar disso, durante a pandemia também se verificou um regresso dos portugueses à televisão. Enquanto jornalista da RTP, sentiu essa pressão?

Não tinha essa noção e por isso não senti particularmente. Nós defendemos que não trabalhamos para as audiências, trabalhamos para as consciências. Mas não, não senti responsabilidade particular, até porque, como digo, nem sabia desse lado. De que havia mais consumo da televisão neste período.

Para terminar, o alegado défice democrático na União Europeia, pode estar relacionado com um défice mediático?

Acho que não. Há mais de 800 correspondentes internacionais em Bruxelas, a trabalhar para 27 países e para outros países que não pertencem ao bloco da União. Há 21 correspondentes portugueses em Bruxelas, a trabalhar para diferentes órgãos de informação. Acho que não há nenhum assunto internacional tão permanentemente presente em os órgãos de informação, na televisão com certeza, mas na imprensa, e nos diferentes meios. Acho que não há nenhuma presença tão permanente como há das notícias da União Europeia. Portanto, acho que não tem a ver com isso. Há défice democrático na Europa? Não sei se há. As pessoas são chamadas a votar e a darem a sua opinião, se são pró ou são contra o que quer que seja. Os Governos nacionais estão todos representados no Conselho ao mais alto nível. Supostamente foram escolhidos pelos seus cidadãos, nos países de origem, e estão lá para defender os interesses nacionais.

Apêndice F. Entrevista ao Entrevistado V – Correspondente no Expresso e SIC Notícias

Caracterização do Entrevistado V

O Entrevistado V é jornalista há cerca de 20 anos. É correspondente em Bruxelas pelo Expresso e SIC desde 2013. Esteve a cobrir a presidência portuguesa na secção internacional.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 3 de novembro de 2022 e teve uma duração de cerca de 40 minutos, tendo sido realizada por chamada telefónica, sob o auxílio da plataforma Whatsapp. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado V autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

O que é que a cobertura desta presidência portuguesa teve de diferente das anteriores?

Houve muitas diferenças durante a pandemia. Teve graça porque começou na presidência croata, ficaram surpreendidos e tiveram de se adaptar. Portanto foram eles que tiveram de fazer o maior esforço. Depois, entretanto, foi a presidência alemã. A presidência alemã foi toda feita durante a pandemia. Depois foi a portuguesa. E, portanto, Portugal já tinha um pouco experiência dos croatas e dos alemães. Depois há uma coisa interessante, do ponto de vista jornalístico, que é no início de cada presidência, tens sempre aquilo a que chamamos *press trip*. Basicamente, o Governo do país que detém a presidência convida os correspondentes em Bruxelas - não todos, obviamente, nós somos muitos -, mas convida pelo menos um por país. Portanto, é um momento, do ponto de vista do jornalista, muito importante. Porque obviamente nós não conhecemos os países todos em profundidade, nem os respetivos Governos, mas estas *press trips* servem basicamente para conhecer bem o Governo, apresentarem-nos os ministros, há um quem é quem. Durante a *press trip* tens sempre reuniões sucessivas. Por exemplo, de manhã encontras o primeiro-ministro, depois o ministro das finanças, depois o Ministro dos Negócios Estrangeiros. E algumas dessas

reuniões são em *off*, ou seja, não podes citá-los. Serve para perceberes um pouco a dinâmica do Governo, para saber o quem é quem, para ficares com os contactos dos assessores, para perceberes também da parte da presidência quem é que são os *spokesperson* (normalmente tens pelo menos dois). Portanto, é fundamental depois para o trabalho ao longo do semestre, porque a cada seis meses tens uma presidência diferente, o que significa que o porta-voz muda. De seis em seis meses, temos que saber quem é que são os porta-vozes, para sabermos como é que está determinado dossier. Obviamente também há *press officers*, sobretudo no Conselho, que não tem a figura do *spokesperson*, mas também dá sempre jeito saber quem é que está a fazer do ponto de vista da Presidência. Porque é a Presidência que gere e faz toda a negociação, que gera a negociação.

Durante a pandemia houve estas press trips?

Não. Ou seja, houve a croata, ainda existiu porque acontece sempre no arranque, ou seja, neste caso aconteceu em janeiro. Mas alemães acabaram com a *press trip*, obviamente, e fizeram-na a toda online. Portugal igual, mas eu não participei – como sou portuguesa não faz sentido, e não convidam, excluem os jornalistas do próprio país, porque já tens os contatos todos. Os alemães fizeram uma *press trip* virtual. Foi a última Presidência da Merkel, e eu lembro-me que no início estavam muito pouco à vontade para fazer aquilo que nós fazemos em Bruxelas, ou seja, *off the record*, mas online. Porque online pode estar alguém a filmar tu não consegues controlar isso. E eu lembro-me que durante a Presidência alemã nós tivemos o encontro com a Merkel, que deveria ter sido presencialmente em Berlim, por reunião Webex, ou algo do género. Mesmo assim, foi totalmente *off the record*, não pudemos citar nem usar nada. Ou seja, pudemos todos fazer perguntas, mas não pudemos usar nada. Portugal tenho ideia que também fez assim, mas nenhum português foi convidado, porque é sobretudo para os estrangeiros. Mas Portugal, nessa presidência, perdeu um pouco, porque a *press trip* virtual não é a mesma coisa. O que é que tu fazes na *press trip*? Além de tudo o que podes fazer também online, ou seja, os *briefings*, as entrevistas, que é tudo em coletivo, também podes fazer uma espécie de operação de charme.

Ou seja, o contacto com as fontes alterou?

Em relação a Portugal, eu não sou melhor pessoa, porque eu tenho fontes em Portugal mesmo com a pandemia. Para mim é fácil chegar às fontes portuguesas, não achei assim tão mais difícil durante a pandemia chegar às fontes pela Presidência. O que foi mais difícil foi logo no início, na presidência croata. Se bem que o mais difícil nem foram as presidências, foi a forma como as instituições tiveram de começar a trabalhar. Mas é óbvio que, para mim, é muito mais fácil conheceres as pessoas e poderes estar com elas. Estando com elas durante vários dias, acabamos por ter mais confiança. Isso aí foi uma coisa transversal, não foi só na presidência portuguesa. A presidência portuguesa teve uma coisa boa que foi, nós só tínhamos o porta-voz em Bruxelas, da REPER (Representação Permanente) e foi reforçada, ou seja, havia um porta-voz para o COREPER 1 e outro para o COREPER 2, o que é uma coisa é uma coisa boa. Passaste a ter mais pessoas a lidar. Desta forma, aconteceu só durante a presidência neste contexto, e quando acabou voltámos a ter só um porta-voz. O que é normal, o país é obrigado a fazer um reforço da forma como comunica, ainda que no caso português se tenha mantido muito centralizado em Portugal. Ou seja, qualquer informação, o que eu sentia, acho que agora está bocadinho diferente, mas antes da presidência era muito difícil teres informação de Portugal. E não foi a Presidência que tornou a comunicação melhor.

E como é que se volta à cobertura de eventos presenciais, quase um ano e meio depois?

Bem, primeiro, foi a primeira reunião com os jornalistas. Tiveste sempre Cimeiras, mas com cobertura de jornalistas no local foi a primeira, e teve esse mérito, não há dúvidas que teve esse mérito. E acho até outra coisa: Portugal, ou o Governo, queria muito fazer aquela Cimeira com cobertura jornalística. Porque faz toda a diferença. Até reuniões com os jornalistas, reuniões informais, durante a presidência sempre houve, como te disse. Mas em Bruxelas não havia, e nós durante imenso tempo não entrávamos no Conselho. Depois começaram a deixar-nos entrar, mas limitavam, só podiam entrar x. Eu cheguei a fazer cimeiras, em que só havia um jornalista português acreditado. Eu cheguei a entrar, era a única que tinha acreditação e depois combinava com os colegas portugueses as perguntas que queriam colocar ao primeiro-ministro, por exemplo, e eu fui lá fazer as perguntas que todos queriam fazer, porque só podia entrar um. Depois aquilo é tudo filmado e fica tudo disponível no EBS, ao qual sempre tiveste acesso, o que muda é estar lá um português, ou não, a colocar questões. Por isso, a certa altura, a Cimeira do Porto passou a ser usada como

referência. Começaram a dizer “então, mas espera aí, Portugal conseguiu organizar uma cimeira e meter lá não sei quantas centenas de jornalistas e vocês em Bruxelas não conseguem porquê?”.

Não fazendo era como se não existisse?

No meu ponto de vista seria ridículo, não fazia sentido nenhum fazer aquela Cimeira no Porto sem ter cobertura mediática *in loco*. Porque nós sempre continuámos a cobrir as Cimeiras, só que não entrávamos no Conselho. E isso, no ponto de vista de trabalho, é uma porcaria. Enquanto jornalista de televisão, tive de trabalhar ao vento, ao frio e à chuva, porque não tens acesso às pessoas. Numa Cimeira normal, estás lá no meio, como eu estive na última. Por exemplo, com a história do acordo sobre gasoduto, eu agarrei nas pernas e fui à sala de imprensa dos franceses, porque estavam a ter um *briefing* e, portanto, pude falar com assessora de imprensa. Se isto tivesse sido durante a pandemia, seria impensável. Ou tinhas o contacto da assessora, que às vezes não temos, porque eles mudam, eu por exemplo não tinha desta, ou não tens acesso a estas informações. Para chegar lá tinha que chatear os meus colegas franceses, portanto é muito mais fácil assim. E a Cimeira do Porto voltou a permitir isso, ou seja, voltou a permitir que estivesse num sítio, que visse as pessoas, que visse os assessores, que visse os teus colegas - porque há muita coisa que nós também partilhamos entre colegas. Foi positivo. Eu acho que houve um esforço muito grande. Houve testes e mais testes. Eu tive de fazer um para o Porto e, depois, como fui para aí três dias antes da Cimeira começar, ainda tive que fazer outro teste no Porto, porque depois aquilo perdia a validade para o segundo dia da Cimeira. Não sei quantos testes fiz por causa de eventos, mas foram muitos. Portanto, não podemos dizer que a Cimeira do Porto foi a primeira Cimeira depois da pandemia, mas foi a primeira Cimeira grande de líderes com os jornalistas.

Não houve limite no número de jornalistas?

Não sei se foram todos aceites, mas nós éramos imensos. Mas não me lembro de ninguém ficar de fora. Desse ponto de vista eu acho que tudo bem. Aconteceu foi uma coisa caricata no Porto, porque eles tinham duas salas de imprensa. Tinhas uma lá em cima, no Palácio de Cristal, e tinhas outra cá em baixo na Alfândega. E achei um bocado caótico, para ser honesta. Normalmente só haveria uma sala de imprensa, mas eles acharam que eram preciso

duas e fizeram isso. Então a certa altura estamos todos cá em baixo, na Alfandega, porque estava tudo a acontecer cá em baixo, e a sala não era grande o suficiente. Eles não previram os pormenores. Devem feito mal o cálculo. Devem ter pensado (estou a inventar um número), “ah, são 500, mas vamos pôr 300 lugares cá em baixo e 200 lá em cima”, mas estava tudo cá em baixo e então havia pessoal a trabalhar no chão. Lembro-me que primeiro estava tudo um bocado irritado, porque estares a trabalhar no chão não tem muita graça, mas depois houve logo iniciativa para resolver o assunto e lá surgiram as cadeiras. Eu até acho que aquilo, não me lembro de ter corrido mal, até achei que eles fizeram aquela coisa à portuguesa. Por exemplo, nós estávamos a fazer diretos com vista da Foz, nós e os outros todos, portanto, os outros jornalistas ficam sempre bem impressionados. Eu falo por mim, se houver uma Presidência ou uma reunião que é em Itália, Malta, na Grécia, em Chipre, eu também prefiro. E, portanto, Portugal está nesse grupo, nós gostamos sempre mais de trabalhar a cimeira em países quentes. Ainda por cima maio, quer dizer é uma altura ótima. E, muitas vezes, temos outro problema. Não são poucas as Cimeiras formais durante as presidências, e como os países / Governos não estão habituados a organizar reuniões com tantos jornalistas às vezes não temos Internet. Agora na Chéquia fizemos a cimeira em Praga, e estávamos todos muito irritados porque a Internet era miserável. Nós não conseguíamos enviar as peças, tínhamos de enviar as peças de televisão em baixa resolução porque ninguém conseguia enviar nada. A organização era um desastre. Portanto, desse ponto de vista eu acho que Portugal correu bem correu, à exceção das cadeiras. Depois pronto, tiveste de fazer os testes, mas não há nada a fazer.

E no que é que o contacto presencial contribui, a mais ou a menos, comparativamente ao contacto, por exemplo, por vídeoconferência?

Tens sempre *doorsteps*. Ou seja, enquanto os ministros, os líderes, estão a entrar e a sair, tu consegues ir à zona do *doorsteps*, à zona da saída/entrada, e podes fazer perguntas, se eles pararem para falar contigo. E durante a pandemia, durante muito tempo, como tu não podias entrar lá dentro, os *doorsteps* eram só imagens deles a passarem, não havia perguntas. E isto mostra que, se tu não fores lá fazer perguntas, não tens material. Nós agora temos acesso ao que diz o Macron ou o Scholtze, não temos que lá ir. Vão os alemães, ou os franceses, fazer perguntas; ou nós fizemos ao Costa, para depois eles usarem também o Costa. Mas neste caso não havia ninguém. Das duas uma, ou ias tu, individualmente, até à REPER ou à

Embaixada de cada um, ou só tínhamos o Costa. Ou ouvias nas agências, ou então não tinhas acesso. Isso também condicionava imenso o trabalho. A informação é muito mais condicionada, não há dúvidas sobre isso. Mas a Cimeira do Porto permitiu voltar aos *doorsteps*. Havia jornalistas nos *doorsteps* a fazer perguntas. É mais em dimensão, eu acho que a cimeira do Porto foi uma organização em maior escala do pós-pandemia, e as outras, que continuou a haver, eram muito mais controladas e mais pequenas.

Considera o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus suficiente?

Não sei se é suficiente, eu acho que do meu ponto de vista podia ser sempre mais.

E porque é que se intensifica o fluxo informativo destes temas durante o período da presidência?

Intensificou? Eu não sei se sou a pessoa indicada para dizer, porque eu faço isto todos os dias. É óbvio que com a presidência acabas por encher um bocado ego do Governo, o Governo quer sempre tudo e mais um par de botas, quando os nossos ministros não sabem sequer falar inglês. Felizmente nós já deixamos muito dos vícios, quer dizer, vícios que não são vícios, não é palavra certa, mas felizmente já deixámos muito da comunicação pandémica, esquisita, que nos condicionava imenso, felizmente isso acabou. Eu acho que a questão que se pode colocar, mas não sei se saberia responder, é o que ficou da pandemia e se é ou não positivo. Porque, imagina, tu antes da pandemia podias fazer uma pergunta à Comissão Europeia, ou até no Conselho se pudesses ir a uma conferência de imprensa, só podias fazer se fosses lá. E agora da pandemia ficou a possibilidade de teres os sistemas híbridos, e eu acho que isto não é totalmente negativo, acho que essa parte até é positiva porque já aconteceu eu querer fazer uma pergunta e sei que não consigo chegar a tempo à Comissão, abro o sistema do híbrido e faço.

Possibilitou o teletrabalho?

Não sei, acho que não se aplica muito ao jornalismo. Nós não tivemos bem em teletrabalho, não podíamos era entrar nos sítios. Quer dizer, obviamente que quando não podíamos sair de casa, porque os belgas não nos deixavam sair, claro. Eu cheguei a fazer diretos aqui da minha varanda, durante os meses todos da pandemia os diretos eram da janela da minha sala. Já não faço isso, já não me lembro da última vez que fiz o direito lá de casa, mas podia.

Mas prefiro ir ao Conselho, ou ir à Comissão. Mas, por exemplo, uma das minhas decisões pós-pandemia foi ter um escritório. Já não aguento mais estar a trabalhar em casa. E acho que não é saudável para o jornalismo estar a trabalhar em casa. Hoje eu posso estar em casa, a fazer a pergunta de casa, mas também podia estar no escritório. Imagina que eu tinha de acabar de fazer uma peça, que estava apertada e não consegui chegar à Comissão, porque tinha de acabar a peça do primeiro jornal e, ao meio-dia é a conferência diária da comissão. Aí eu ligo o sistema e faço a pergunta. Essa é uma parte positiva. Outras coisas acho que não foram tão positivas.

De que maneira os jornalistas podem ter ficado limitados às narrativas governativas durante este período?

Sim, sim, completamente, o jornalismo ficou muito refém das redes sociais, por exemplo, e eu acho que isso ficou e é negativo. Isto é, tu passaste a ter muita comunicação no Twitter. Ainda hoje. A Ursula von der Leyen teve um encontro com a Georgia Meloni, faz algum sentido que, para conseguires informação, tenhas que esperar por um tweet? Claro que não faz sentido nenhum, porque tu já não filtras o tweet.

O que acontece ao propósito democrático nesses casos?

Eu sou muito crítica disto. Um tweet da Von der Leyen não é informação, é propaganda – a “complicação política” de hoje. Um tweet de um encontro entre ela e a Meloni, para mim, não tem nada a ver. Não é um comunicado de imprensa, não é informação, é comunicação política, é propaganda política, não é mais nada. Eu não recebi nada na minha caixa de email, e nós estávamos a falar com o porta-voz, foi ele quem nos disse que ia sair um tweet. Sim, nós temos um grupo no WhatsApp, e isso é outra coisa engraçada da pandemia, e até foi bom. Antes da pandemia não havia tantos grupos no WhatsApp. Agora temos com os porta-vozes e mais alguns, e isso ficou, eu acho é positivo. Ou, vá, não é negativo. Então estávamos todos a falar no WhatsApp. E não acho normal vir cá a primeira-ministra italiana e aquilo que temos do encontro com a Von der Leyen é um tweet. A Meloni deu uma conferência de imprensa, a Von der Leyen não. Eu pergunto-me se isto faz sentido, e pergunto se isto faz bem à democracia, para mim não faz.

Sobre presença no online, onde o fluxo acontece com alguma rapidez, essa rapidez põe em causa do rigor?

Tu só tens uma hipótese. Se eu fizesse um texto para o Expresso, teria de citar o tweet. Mas o que provavelmente faria era, por exemplo, dizer que só houve aquela reação, que não esteve disponível para falar, e a única coisa que tem a dizer é o que está naquele tweet. E eu acho que se tem de fazer muito esse trabalho, eu acho que já é feito, mas acho que cada vez mais temos de desconstruir o discurso. Não podes achar que o tweet é uma verdade absoluta, porque não é.

Os jornalistas começaram a carecer de informação por parte das autoridades políticas?

Sim, muito provavelmente. A comunicação obviamente não foi tão boa, não há dúvidas sobre isso.

E consideras que os jornalistas possuem informação suficiente sobre a complexidade dos assuntos europeus?

Quem está em Bruxelas não tenho dúvidas. Quem está em Bruxelas, obviamente, se não, não está aqui a fazer nada. Tem que tem de saber, pelo menos, distinguir o Conselho, do Conselho Europeu, não é, e do Conselho da Europa. Agora, ninguém em Bruxelas sabe de todos os assuntos nem é especialista em nada, também sou honesta. Cada vez que muda um dossier temos de nos adaptar. Ninguém percebia nada de energia antes desta crise energética, agora já começa a dominar. Nós também temos de ir estudando isto.

Apêndice G. Entrevista ao Entrevistado VI – Editor no Observador

Caracterização do Entrevistado VI

O Entrevistado VI é jornalista desde 2008. Trabalhou na presidência portuguesa a editar a secção política do Observador.

Condições de realização da entrevista

A entrevista decorreu no dia 4 de novembro de 2022 e teve uma duração de cerca de 50 minutos, tendo sido realizada por chamada telefónica. Aquando do primeiro contacto, foram dados a conhecer o contexto e propósitos puramente académicos da entrevista. O Entrevistado V autorizou a gravação áudio de forma informada, tendo a garantia de que a sua identidade permaneceria anónima.

Transcrição da entrevista

Acompanhou a última presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, em 2007?

Quando estava na universidade, de alguma maneira, tentei acompanhar a outra presidência portuguesa da UE, que foi em 2007, portanto no último ano. E então, entrevistei o presidente da Comissão Europeia. Foi uma grande conquista na altura, Durão Barroso. A minha cobertura europeia e de presidências portuguesas da UE é anterior ao meu período como jornalista profissional. Portanto, há mais de 15 anos que eu acompanho jornalisticamente, uma de forma amadora e outra de forma profissional. Estou na secção de política desde 2008. Fui acompanhando sempre muito a questão europeia. Fui várias vezes a Bruxelas. Tenho, de alguma forma, uma cobertura muito regular.

O que é que teve de diferente esta presidência comparativamente à outra?

Há uma coisa muito evidente que é o facto de a última presidência ser condicionada pela pandemia. Houve muitos condicionalismos. Por exemplo não se saber se alguns eventos iam ser presenciais ou se seriam por videoconferência, limitou muito a capacidade de influência da presidência portuguesa, e até o espaço mediático. Em 2007 o que aconteceu foi o Tratado de Lisboa, o Presidente da Comissão Europeia era português, na altura o Primeiro-Ministro José Sócrates era alguém que gozava de alguma popularidade mesmo a nível europeu.

Aparecia nas fotografias com o Silvio Berlusconi, mesmo com o Gerard Schroeder, ainda antes da Anglo-América. E, portanto, na altura houve uma grande atenção mediática e houve um peso maior, e houve um esforço para haver um tratado. O Tratado de Lisboa ainda hoje é seguido, e foi muito importante. Esta presidência acabou perdendo muito de gás por não ser presencial, e por essa dúvida permanente. Acho que a grande diferença foi essa, foi esta presidência que foi muito afetada pela pandemia, mas também havia uma ambição nunca assumida de ter a cimeira UE-África nesta presidência que não aconteceu, porque os alemães queriam ter essa cimeira, e mesmo a cimeira UE-Índia que aconteceu na mesma altura da cimeira social também no Porto, ficou muito ferida pelo facto de não estar o Modi, o primeiro-ministro indiano. E, portanto, eu diria que a grande diferença foi que esta presidência tinha tudo para correr bem, a própria ligação de António Costa, do primeiro-ministro português, ao primeiro-ministro indiano, era importante para esta ligação, mas acabou por não ter tanto fulgor, eu acho precisamente por causa da pandemia. E havia condições para isso, Portugal está muito bem visto em termos diplomáticos, na política europeia, e a grande diferença é essa. Tínhamos o Presidente da Comissão Europeia português, agora não temos, os eventos que se fizeram, fechou-se um tratado... Portanto, na altura, foi uma presidência mais importante do ponto de vista mediático, embora esta também tenha tido os seus pontos importantes, a grande diferença acho que foi mesmo essa.

No que respeita a relação entre atores políticos e atores mediáticos, de que forma é que se alterou esse contato durante esta presidência no contexto da pandemia?

Por um lado, eu acho que, neste tipo de Cimeiras, há sempre uma marcação prévia. Ou seja, ao contrário do que acontece, por exemplo, em eventos mais partidários, como o do Partido Socialista Europeu, ou do Partido Popular Europeu (portanto, partidos de escala europeia), mesmo que esteja lá, sei lá, no caso do Congresso dos Socialistas Europeus, pode estar o primeiro-ministro António Costa, pode haver uma maior informalidade. Mas nestes eventos de presidência é sempre tudo muito marcado, ou seja, se um jornalista quiser entrevistar, por exemplo, Angela Merkel ou Nicolás Sarkozy... Para já é muito difícil. O jornalista pode conseguir isso, às vezes a RTP consegue, a estação pública. Às vezes o Expresso consegue também, outras vezes também o Observador consegue, ou outros jornais conseguem, como o Público. Isto porque têm alguma credibilidade até junto dessas pessoas, mas não é fácil. Portanto, é tudo muito marcado, dentro ou fora da pandemia, acaba por ser tudo muito

formal. E há questões de segurança que também existem sempre dentro e fora da pandemia. Nesse aspeto eu acho que o contacto foi limitado, mas também não se esperava que fosse muito mais. Obviamente que quando nós, por exemplo, no meu caso, eu e o [jornalista], no Observador, e também o [jornalista], na parte da fotografia, entrevistámos na altura o Ministro dos Negócios Estrangeiro, que hoje apresenta à Assembleia, o Augusto Santos Silva, que na altura era o grande anfitrião, aparentemente, mais do que António Costa, da presidência da UE. Fomos para uma sala ampla, fizemos a entrevista de máscaras. Eu acho que isso é a estranheza do momento, mas naquela altura quase que já estava tudo predito, a dizer-se que é esse novo normal. Claro, por exemplo, quando queríamos ir de um lugar para o outro, por exemplo, nas chegadas, aquelas declarações que existem nas chegadas, quando chegam os chefes de Estado, era muito difícil porque tinhas que passar sempre por controle e mostrar a tua credencial e de facto tinhas os silogismos de teres feito o teste PCR e estar negativo. Aí eu acho que houve sempre um controle maior do que o controle normal que já existe nestas circunstâncias por causa de segurança. Mas o que eu queria dizer com isto é que o acesso nem sempre é fácil já normalmente. Se perguntares relativamente a eventos mais laterais da presença portuguesa da UE, de comissários que vêm a eventos muito específicos, eu acho que aí a abertura é grande e não creio que durante a pandemia não tenha sido assim. Eu acho que se privilegiou os espaços exteriores, teve-se atenção à questão da máscara. Eu agora não quero estar a mentir, mas eu fiz uma entrevista à Ursula von der Leyen, daquelas entrevistas rápidas, creio que 8 minutos, 10 minutos, e lembro-me que na altura eu só tinha o microfone da Rádio Observador e foi o colega da TSF que na altura me emprestou aquelas canas de pesca, porque para ter o microfone junto à Ursula von der Leyen tinha que estar à distância. Isso retira logo uma parte de, não queria dizer intimidade, mas de proximidade entre o jornalista e a pessoa que estás a entrevistar. Obviamente que a Ursula von der Leyen é uma pessoa empática, enfim, respondeu a tudo, mas essa distância e estar ali com uma cana de pesca pelo meio acaba sempre por dificultar mais, mesmo que aquilo seja quase uma *flash interview*. Portanto, nesse aspeto houve essas limitações durante a pandemia. Há uma coisa curiosa que foi o António Costa quando estava a chegar à Cimeira Social no Porto, está a falar aos jornalistas e a Sanna Marino não se apercebe e está a chegar. A Sanna Marino na altura não tinha aquele mediatismo, mas o António Costa já se dava muito bem com ela e quando ela chegou, sem se aperceber do aparato, cumprimentou o António Costa. E porque é que eu estou a falar nisto? Porque se não tivéssemos em pandemia

os jornalistas estavam todos à volta de António Costa, estão juntos, que jamais ela não perceberia que ela estava a falar para as câmaras. Mas como havia essa distância de segurança ela nem sequer percebeu que estava a falar para os jornalistas, e então cumprimentou e teve ali um pequeno incidente que eu acho graça, no contexto de estarmos a ver como é que foram estes eventos durante a pandemia.

E o que é que o contacto presencial contribuí a mais ou menos comparativamente ao contacto por videoconferência? Por exemplo, a participação da chanceler alemã, Angela Merkel foi remota...

Eu acho que, por exemplo, normalmente o sucesso destes eventos acaba por ser muito as pessoas estarem presentes. O Conselho Europeu tem uma coisa curiosa, que é o órgão mais precioso da União Europeia. Ou seja, não te podes fazer substituir, tem mesmo de ir o chefe de Estado ou de Governo, enfim, quem tiver assento direto. E isso tem um propósito que é garantir, obviamente durante a pandemia houve essa presença por videoconferência, mas é garantir que é sempre a figura mais importante que está naquela reunião mais importante da União Europeia. E isto aplica-se a todos os eventos. Se as pessoas estão cá presencialmente dá um maior, dá mais força do ponto de vista, desde logo simbólico e depois porque as pessoas que vivem a conferência não conseguem responder às questões da mesma forma, há sempre erros de comunicação. Mesmo até, por exemplo, numa conferência de imprensa de jornalistas que estão a fazer perguntas a uma pessoa que está do outro lado, é completamente diferente de estar na mesma sala que essa pessoa. Há certas coisas que não se percebe, por exemplo, com quem é que a pessoa está acompanhada, se está a tremer ou não, às vezes é impossível de perceber. Portanto, há uma série de coisas que também são importantes para o trabalho jornalístico que ficam logo de alguma forma condicionadas. E eu acho que a grande diferença de um evento, de uma presidência que estejam cá as pessoas presencialmente é muito diferente. Por exemplo, se a Ursula Van der Leyen não tivesse ido à Cimeira Social, perdia logo bastante, se não tivesse ido apenas por videoconferência. E na altura até deu algum estatuto à conferência. Na altura, acho que o Victor Orban não veio, já estava meio zangado, é um dos chefes de Estado que não veio, e de facto a Merkel que foi por videoconferência. Eu creio que na altura tinha também alguma limitação dentro da própria Alemanha, não sei se até era a formação de governo e estava muito preocupada e não conseguiu vir, ou se tinha ali uma sobreposição da agenda e teve que entrar para a

videoconferência. Mas respondendo diretamente à tua pergunta, eu acho que se perde sempre a todos os níveis, mesmo do sucesso do próprio evento, a sua humanidade em política, da importância que ele tem e a nível jornalístico, sem dúvida que estar presencialmente com a pessoa é sempre mais interessante para a acostumar.

Estando presencialmente, há um maior controlo nas perguntas que fazem?

Sim, acho que as pessoas, na videoconferência quando lhes dão a palavra podem perguntar tudo, mas às vezes há questões como: “não ouvi bem”, ou “é para responder?”, ou “vamos passar à frente”, ou até mesmo o cair da ligação. E depois há uma coisa que nós pensamos sempre na perspectiva da notícia, e da declaração, que é importante que é a reportagem e os elementos de reportagem. Não consegues fazer um elemento de reportagem. Se a Angela Merkel for ao Porto estiver uns minutos à conversa com o António Costa, nada disso é uma declaração numa conferência de imprensa. No momento que ela está em Berlim perde-se todos os elementos de reportagem que pudessem existir. Portanto, aí eu acho que o mais importante para o trabalho jornalístico e para passar a mensagem toda e reportar bem o evento para os leitores, para os telespectadores, para os ouvintes, independentemente do meio, é sempre melhor estarem lá presencialmente os políticos e também os jornalistas. Quem estiver a ver-se de casa, é sempre muito pior.

E como é que se volta à cobertura destes grandes eventos, depois de um ano e meio a fazer as coisas remotamente? Como é que se organizaram?

Olha, neste caso nós fomos três pessoas e nós, enfim, por acaso até estamos sempre dentro da mesma bolha, porque trabalhamos muito juntos, e, portanto, fomos os três, creio que de carro. Tivemos que fazer os testes PCR antes, portanto íamos todos semi-protegidos, porque sabíamos que íamos num carro, e depois tentámos mais a andar em bolha e evitar ter muitos contactos com outras pessoas, etc. Isto precisamente para evitar que algum ficasse infetado e comprometesse o trabalho, que essa era a grande preocupação sempre naquela altura, era alguém infetado e depois já não poder fazer o trabalho. Mas a organização basicamente foi assim, foi tentarmos andar em bolha e quando estávamos em espaços fechados com outras pessoas, cumprir aquilo que eram as regras de segurança na altura, que era estar com máscara, e acho que foi assim. Depois, por exemplo, obviamente os meios digitais ajudam sempre, não é? Se o [jornalista] estava numa zona e eu não, tínhamos que ir comunicando

por WhatsApp, enfim, mas esse tipo de comunicação acho que não é específico da pandemia. O grande desafio aí era, vamos imaginar que por causa da pandemia precisávamos passar por uma espécie de checkpoint com preocupações sanitárias para mostrar a credencial. Se calhar demorávamos 20 minutos a lá chegar para sair do edifício para cumprir todas as normas sanitárias.

Ou seja, não tiveram de limitar a equipa, foram os mesmos que iriam em circunstâncias normais?

Sim, nós basicamente não teríamos provavelmente enviado uma equipa maior, talvez, eventualmente se noutras alturas, porque claro se há a importância de ser assim, mas depois também tem muito a ver com quem vinha cá presencialmente, etc. Também nos limitou. Acho que no geral acredito que uma presidência em condições normais teria envolvido muito mais gente, uma equipa maior. Naquela circunstância, com tudo o que a pandemia significava, talvez tenha feito com que fossemos só nós. Mas naquele momento em que planeámos o que queríamos fazer, que era uma entrevista ao Augusto Santos Silva, acompanhar a conferência, acompanhar as conclusões da Cimeira Social e depois ainda acompanhar a Cimeira UE-Índia, que também se realizou no Porto, e fazer reportagem no local, essa equipa chegava. Ou seja, não quisemos levar 10 e só levámos 3 por causa da pandemia. De uma forma mais direta, para ser sincero. Não aconteceu.

Há pouco falava, comparando uma presidência à outra, que o espaço mediático acabou por ser mais limitado. Considera que o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus é suficiente?

Eu acho que o espaço mediático atribuído aos assuntos europeus é muito negligente, porque hoje em dia desde o tamanho da massa, como se costuma dizer, quase de uma forma exagerada, desde o tamanho da massa até o momento em que entramos na porta do metro, tudo tem a ver com decisões comunitárias e com decisões que muitas vezes são tomadas a nível comunitário. Sim. E eu acho que a cobertura da Europa é muito negligente em Portugal, é insuficiente. Não tem, muitas vezes quando conseguimos, ou quando há mais essa presença é porque um grupo de jornalistas, ou vários órgãos conseguem ir acompanhar uma circunstância específica, uma discussão específica no Parlamento Europeu, um evento da Comissão Europeia, e depois fazem boas reportagens e boa cobertura, entrevistam

peessoas, mas muitas vezes essa cobertura não é suficiente. Isto é uma opinião muito pessoal, porque, vamos ver, nós temos que estar preocupados com o interesse público. E enfim, temos que ter em conta aquilo que tem interesse noticioso e também aquilo que tem interesse para os leitores e para o nosso público-alvo. De facto, as pessoas não leem muitas coisas sobre a Europa. Quer dizer, por exemplo, o jornal Observador não fazer o Estado da União, ou não estar lá no momento que no fundo é a implantação da Presidente da Comissão Europeia no Parlamento, a eleição, enfim, a votação para validar a escolha do Conselho. Quando isso acontece, não estar lá não me parece que seja uma opção. Há mínimos. Mas mesmo assim eu acho que a cobertura é insuficiente. E contra mim falo, porque eu sou editor de política, o que se cruza muito com a União Europeia, mas na altura que temos que fazer escolhas, entre estar a acompanhar um debate no Parlamento Europeu ou um debate no Parlamento Nacional, também digo que para este caso é mais importante muitas vezes o debate no Parlamento Nacional. Quando tenho de fazer opções, muitas vezes a Europa é um dos pontos que acabamos por não ter. Um dos desejos que eu gostaria de ter era que o Observador tivesse um correspondente em Bruxelas. Já temos e já tivemos lá pessoas a trabalhar connosco, mas um ponto de crescimento que eu gostava era que tivéssemos um correspondente em Bruxelas. Há muitos órgãos que têm, na verdade, e felizmente têm condições para isso, ou felizmente não se importam tanto com ter prejuízo para ter uma pessoa em Bruxelas. Enfim, faz parte da dinâmica de cada trabalho, mas eu gostava, porque acho que a cobertura é insuficiente, e gostava que todos os órgãos pudessem ter lá um correspondente em Bruxelas, e acho que era bom.

Porque é que se intensifica o fluxo informativo destes temas durante estes semestres em específico?

Desde logo a questão de identificação. Isso acontece porque muitas vezes, ao Portugal ser anfitrião, se nós estivermos a falar sobre uma coisa de ministros sobre comboios, quem está a organizar seria o ministro Pedro Nuno Santos, se estivermos a falar sobre uma coisa de ministros de negócios estrangeiros, o anfitrião era na altura o Augusto Santos Silva e por aí fora. Porque quem está formalmente a gerir todo o processo acaba por ser o primeiro-ministro do país. Portanto, a própria agenda política e nacional é muito condicionada pelo facto de a presidência ser portuguesa. Muitas das reuniões, vamos imaginar, uma reunião de pescas, imigração, etc., são realizadas no país que recebe a presidência e que está com a

presidência da União Europeia nesse momento. Isso faz com que o país passe a ter um papel central e o acesso é muito maior. Portanto, se estivermos aqui chefes de estado para uma cimeira, para um evento, nós temos que ir lá. Não me passa a cabeça que Angela Merkel, na altura, viesse a Portugal, ou agora Olaf Scholtze, e não tenhamos ninguém a cobrir no local. Imaginado mesmo o primeiro-ministro britânico, se fosse agora a presidência portuguesa e viesse a Portugal, no encontro entre o Reino Unido e os que ficam na União Europeia, todos os jornalistas portugueses iam ter de cobrir essa situação por estar a decorrer em Portugal. Só por aí há maior atenção mediática. Muitas coisas a acontecer, em muitos eventos que se realizam no país, maior acesso a esses eventos e depois há uma identificação nacional. Se cortares a Avenida da Liberdade, ou se os Aliados estiverem fechados para haver um evento, os leitores portugueses, os ouvintes, vão querer saber porquê. E, portanto, nem que seja por essa questão de proximidade, há logo uma maior atenção e um maior espaço mediático às questões europeias. Digo-te isto, e por exemplo, se houver um outro grande evento em Portugal, um campeonato na União, um campeonato na Europa na área do desporto, também vai haver uma maior atenção a esse campeonato no mundo e a esse campeonato na Europa. De muitas vezes, isso em termos jornalísticos, o facto de seres um anfitrião e essa proximidade dá logo uma maior atenção mediática.

Mas isso não pode acabar por ultrapassar o propósito democrático e servir o lisonjeio da imagem do Estado?

Um dos pontos da União Europeia é, embora seja muito criticada, muitas vezes a nível das proibições: “A Europa proíbe isto”; “a Europa exige estas taxas de juros”. Neste caso seria o Banco Central Europeu, mas enfim, instituições europeias no geral obrigam isto. Muitas vezes aparece como um aspeto negativo. O que é certo, e tens razão se calhar nessa análise, é que quando recebemos estes eventos há quase uma análise generalizada sobre a importância do evento e como ele é grande e como são discutidas coisas importantes. Ora, quando se chega a acordo em algum desses eventos, por exemplo, o tal documento que saiu da Cimeira Social, é difícil escrever sobre aquilo negativamente. Agora, eu também acho que seria injusto dizer que nós glorificamos tudo o que são eventos que recebemos e que branqueamos tudo no sentido de estar sempre tudo bem na ação do governo, porque, por exemplo, eu lembro-me de artigos sobre o gasto de absurdo com brindes e até com catering que existia para eventos que foram contratados previamente, não existia presencialmente.

Portanto, houve um escrutínio e também houve uma crítica, ou um olhar crítico da comunicação social. Ou seja, não se limitaram a glorificar. “Ai tão bom que foi o Governo a receber a presidência”; ou “Ai tão bom que é a Europa e aqui decide-se tudo”. Portanto, eu acho que esse equilíbrio é importante e acho que foi existindo. Também houve alguns escrutínios, as coisas menos boas, que aconteceram durante a presidência portuguesa.

A cobertura mediática da presidência foi suficiente para encurtar a distância entre os cidadãos e política europeia de que falava há bocado?

Não, isso acho que não. Acho que as pessoas, sinceramente, isto é mais impreciso, eu não tenho sondagens, mas quando elas existem sobre a Europa, os portugueses são muito europeístas, mas não estão muito a par do que se passa nas questões europeias e principalmente na relação que têm. Mas quando vão ao supermercado e não podem comprar a jaquinzinhos, porque é proibida a pesca de determinado tipo de peixe, ou quando ouvem dizer, mesmo que não seja verdade, que seja o mito, que já não podem comer bolas de berlim na praia, quando chega ao quotidiano uma proibição europeia, sim estão atentos. Agora, coisas genéricas, ou sobre a cimeira social, ou sobre se há o grande esforço europeu para em 2040, 2030, 2025, seja o que for o plano, vai haver um esforço, uma maior coesão social. A minha resposta imprecisa a isso é que os portugueses não ligam muito a isso, nem tiveram especialmente atentos ao que se passou com a Europa durante este período. Pode ser uma visão negativa e até simplista da minha parte. Também não me lembro de ter havido uma abertura de muitos telejornais com a presidência da UE, e acho que não é por aí que ficam mais próximos. Acho que as próprias instituições comunitárias têm feito esse trabalho de aproximar as pessoas e de tentar comunicar melhor, e isso é importante, mas acho que não é por aqui que os portugueses percebem mais as questões da Europa do que tinham antes da presidência. E também não sei se são os jornalistas que têm de ter essa preocupação de informar por completo, ou fazer por completo que os portugueses, os leitores, estejam mais bem informados sobre a Europa. Mas isso também é parte até de cada um do interesse que quer ter.

E como é que se comunicam nomenclaturas, por exemplo, EU4Health, ao cidadão comum?

Explicando exatamente o que é, normalmente a União Europeia tem sempre essa, ou tenta ter um nome que em inglês seja mais *catchy*, e que muitas vezes não chega aqui aos outros países, ou não chega às pessoas que não é tão eficaz. Mas eu acho, por exemplo, do ponto de vista jornalístico, é sempre colocar o nome do programa, do projeto, ou mesmo da própria organização que vivem na causa, e explicar nem que seja entre parênteses o que é que aquilo quer dizer. Por exemplo, OLAF, ninguém sabe o que é que significa OLAF, mas se colocares à frente, entre parênteses, Organismo Antifraude Europeu, as pessoas percebem que é um organismo que tenta combater a fraude nos fundos europeus, ou mesmo que digas de uma forma mais simplificada, o organismo que tenta avaliar as fraudes nos fundos europeus. E, portanto, eu aí, nesses casos, eu acho sempre que o papel do jornalismo é o que deve ter sempre que é o de explicar. Explicar o que é que significa determinada sigla, ou sequer o que é que está em causa. Isso acho que é a melhor maneira de aproximar as pessoas.

Acha que há uma boa articulação entre jornalistas e instituições?

Não quero estar a generalizar, mas eu não sei se todos os jornalistas em Portugal, e é legítimo porque há jornalistas especializados numa área, outros não, sabem dividir as instituições comunitárias. Ou sabem a diferença entre o Conselho Europeu e o Conselho da Europa, que é uma coisa básica. Por exemplo, o Conselho da Europa nada tem a ver com a instituição, com a UE, com a União Europeia. Mas eu tenho aí uma elogio a fazer às instituições comunitárias, porque são um exemplo na forma de comunicar com os jornalistas. Não propriamente com os cidadãos, mas acho que acabam por ser exemplares na maneira como comunicam com os jornalistas. É muito mais fácil obter informação junto do Parlamento Europeu, ou junto da Comissão Europeia, prometendo ter estas duas organizações, do que propriamente, muitas vezes, a nível nacional. Acho que a transparência e a importância que se dá às perguntas dos jornalistas é muito maior. E tendo uma resposta e um universo tão grande, jornalistas da Europa toda, ainda torna mais importante esse papel. Claro que outra coisa é se comunicam bem com os cidadãos, isso é outra história. Mas com os jornalistas acho que sim. Pelo menos a experiência que eu fui tendo ao longo dos anos, até das pessoas que estão no Parlamento, que estão na Comissão, que são extremamente competentes, os portugueses e não só, e de outras nacionalidades que estão lá, muitas vezes até são pessoas muito preocupadas em responder, dão-te sempre uma resposta, o que não acontece aqui. Por

exemplo, o Governo da União Europeia, se nós fossemos ver o nosso Governo, seria a Comissão Europeia, não é? É o executivo. É o órgão executivo. Quantas vezes eu não mando um e-mail para o Ministério, simplesmente não me respondem. Ou, não vamos responder e não queremos responder quando é uma questão simples, de uma pergunta que qualquer jornalista ia fazer. Eu não estou a identificar este Governo, podem ser os governos todos, dos partidos europeus, e com as configurações todas. Mas quantas vezes ficam respostas por dar do Ministério? Eu não mando uma pergunta para o Comissário, pode demorar mais ou menos tempo, ou para a Comissão Europeia que não venha de alguma forma com uma resposta. Isso é o elogio que eu queria fazer aos institutos europeus. O Conselho é diferente, e o Conselho Europeu é outra coisa. Mas, mesmo assim, não são tão brutos, se tiverem que dizem que não. Acho que tenho que elogiar as instituições comunitárias, principalmente porque, comparativamente às instituições nacionais, comunicam bem com os jornalistas e tentam responder a perguntas.

Esta falta de resposta do outro lado, das entidades governativas, acentuou durante a pandemia?

Olha, neste aspeto, sobre questões especificamente pandémicas, tenho de admitir que até houve um esforço do Ministério competente, neste caso do Ministério da Saúde, de comunicar melhor. Aumentou o número de assessores, ou pelo menos de assessores que respondiam e tentavam sempre de alguma forma ter quase uma questão de como necessitavam dos meios, dos órgãos de comunicação para passar a mensagem, até do ponto de vista pedagógico, o que aquelas pessoas tinham de fazer para a pandemia. Houve aí uma maior abertura, um relacionamento mais aberto com alguns ministérios e havia quase uma compreensão mútua de que a situação era crítica e que era preciso. Em alguns momentos, a nossa necessidade de informar as pessoas e a necessidade deles de informar as pessoas eram de um interesse comum. Normalmente quando nós queremos fazer uma notícia há um interesse jornalístico e não há um interesse sempre do Governo, porque as coisas são mesmo assim, às vezes. Mas neste caso, informação sobre a pandemia havia. Houve aí uma maior abertura. O que não significa que quando as coisas corriam mal e havia esse escrutínio, muitas vezes não ficássemos sem resposta. Porque é que havia pessoas a queixarem-se que não tinham vacinas, e do lado do Governo diziam que havia estoque e que funcionava tudo bem? Portanto, isso, houve sempre muitas perguntas que vão ficando sem resposta.

Não consigo fazer essa avaliação se piorou. Houve aspetos que até melhorou. Aí eu não compararia propriamente à pandemia, acho que é mesmo uma cultura de resposta que existe em Portugal, em que não têm de responder aos jornalistas que não lhes são convenientes. E atenção, não são todos os ministérios, nem são todos os políticos, isto varia muito da abordagem que cada pessoa tem. Mas aí a Europa já fez um caminho que o governo português não fez, ou os governos portugueses que forem, e os políticos também, os partidos também, e podemos alargar isto para os partidos da oposição. Muitas vezes, se não lhes dá jeito, não respondem. E na Europa, pelo menos, as pessoas respondem ou tentam responder.

Agora em relação à transferência do jornalismo tradicional para o digital, ainda que o Observador seja digital de raiz, o fluxo informativo sendo mais rápido como é que afeta o rigor jornalístico?

Eu acho que aqui há sempre o *back to basics*. Quando está tudo muito acelerado, temos de voltar ao início. Se queremos dar uma notícia temos que a confirmar primeiro, mesmo que tenhamos que perder essa notícia. E acontece, e é muito frustrante ter uma notícia e muitas vezes queremos dar essa notícia porque ela é grave ou porque ela é importante e temos que a confirmar com uma segunda fonte, fazer o *double-check*. E isso às vezes faz-nos perder a notícia. Erramos às vezes porque achamos que a segunda fonte era mesmo uma segunda fonte e na verdade podia ser só alguém que tinha falado com a primeira fonte. Há erros jornalísticos de tempo, de todo o lado, é impossível não haver erro, mas eu acho que tem que não se deve esquecer nunca aquilo que são as regras básicas do jornalismo. Há este princípio básico, ter uma dupla confirmação antes de avançar, ou ter um documento que comprove aquilo que estamos a dizer, ou ter uma fonte oficial, ou ter essa fonte, mesmo que não seja oficial, seja uma fonte em *off*, que seja credível, a credibilidade das fontes, e isso não se deve perder nunca. Estou a falar de um ponto da desinformação, há uma forma que o Observador combateu, de uma forma muito eficaz e sem querer puxar a brasa à minha sardinha, porque foram vários os que o fizeram, vários jornais o fizeram, não só aqueles que têm *fact-checking*, mas outros que nem sequer têm *fact-checking*, que é quando há uma notícia falsa denunciá-la e desmontá-la, não nos mesmos modos que as pessoas o fazem, só a dizer isto é mentira porque é mentira e acabou, mas explicar porque é que é mentira. E nós, no Observador, tínhamos e temos um acordo com o Facebook em que conseguimos travar algumas publicações que já tinham chegado a 3 milhões de pessoas, que eram falsos e alguns

que eram graves para a saúde pública, como beber lixívia e coisas desse género, conseguimos travar muito a desinformação através de *fact-checking* e, para teres uma ideia, quando uma publicação mandava a pessoas beber lixívia, nós falávamos com o médico, explicávamos que isso não tratava a Covid-19 e, a partir do momento que fazíamos o *fact-checking* e classificávamos aquela publicação como falsa, em qualquer ponto do mundo que aquela publicação estivesse no Facebook, aparecia uma máscara a dizer “atenção, isto é falso, carregue aqui e veja o artigo do Observador”. Esta parceria com o Facebook foi muito útil para ajudarmos a travar a desinformação. Serviço público feito por nós. O Polígrafo, por exemplo, também tinha este acordo com o Facebook e houve outros órgãos, nós também tínhamos com o Instagram, o Instagram como também é da meta, nós também classificámos publicações e continuamos a fazê-lo, pensando que continuava muita desinformação. E houve outros órgãos de referência também, o Expresso, o Público também combateram a desinformação, não dessa forma, mas fazendo *fact-checking* a informações falsas que circulavam e é assim que se responde à desinformação, é contrariando com factos.

E isso foi uma coisa que ficou, ou seja, começou na pandemia, mas ficou?

Na verdade, nós com a eleição de Donald Trump e a eleição de Jair Bolsonaro em alturas diferentes, enfim, não estou a dizer que a desinformação vinha só desses dois candidatos, mas quando houve essas eleições houve logo uma grande atenção à questão das *fake news*. E aí começou, começou devagarinho, o *fact-checking* que já existia começou a ganhar muita preponderância e a fazer esse combate à desinformação. Antes da pandemia já participava até, lembro-me de ir a Bruxelas e a Estrasburgo, a algumas conferências de *fact-checking*. Na altura eu coordenava o projeto no Observador, hoje é o [jornalista] que coordena e muito bem, e lembro-me de ir a várias conferências. Mas com a pandemia, houve uma grande evolução. Tudo acabou por explodir em matéria de desinformação, e já estamos a falar de uma questão de saúde pública. Se as pessoas de repente largassem as máscaras porque leram uma publicação no Facebook, a pensar que vão curar a Covid, tudo isso era muito importante e isso fez muito crescer o *fact-checking*. E ficou, como dizes, e ainda bem, para outros assuntos. Hoje tentamos fazer *fact-checking* em debates que o primeiro-ministro da Assembleia, o próprio Presidente da República quando faz um discurso pode estar sujeito a *fact-checking*, o Ministro da Saúde, que não está tão a falar de áreas de política pura e dura, mas fazemos *fact-checking* de tudo e isso veio para ficar. Já não aceitámos uma mentira de

um político, de um médico, de um advogado sem a questionar. Já não aceitávamos, mas hoje há esta ferramenta que eu acho importante.

E o que é que a pandemia trouxe de vantajoso para o jornalismo, além desta ferramenta?

A maneira como as pessoas trabalham via WhatsApp e passaram a ser mais info-incluídas na partilha de documentos. O Observador sempre foi uma redação 2.0, desde que eu cheguei, tinha o projeto de dois anos. Não há computadores fixos, cada um tem um portátil. Por acaso os lugares são fixos, mas a empresa tem a teoria ao estilo de uma *startup* de cada um se sentar num determinado lugar. Partilhamos documentos no Google Docs, estamos várias pessoas ao mesmo tempo a escrever num documento, sempre foi tudo muito digital e fazíamos também já muitas coisas por videochamada, videoconferência. Mas o que eu notei no jornalismo em geral é que as pessoas que nunca tinham feito uma videoconferência, nunca tinham combinado um artigo, como é que iam o escrever, por WhatsApp, passaram a fazê-lo. Isso é um grande ganho na diferença de metodologia e até de instrumentos que se utilizam, que não existia antes da pandemia. Hoje é muito mais. Não nos passava pela cabeça ter um convidado na rádio e que ele não estivesse na própria rádio, mas durante a pandemia por uma questão de necessidade, obviamente que quando é para tirar declarações para a rádio liga-se à pessoa e grava-se, mas para ter um programa de entrevista nunca nos passou pela cabeça fazer à distância. Antigamente para saber o que era o Skype ou o que era o Zoom ou o que era determinado tipo de plataformas desse género era muito difícil e hoje toda a gente conhece isso. E isso arrebita o trabalho jornalístico e veio para ficar. A comunicação por WhatsApp, as videochamadas e esses hábitos ficaram no jornalismo e melhoraram, melhoraram bastante. Havia muita gente que nem sequer tinha o WhatsApp instalado, jornalistas, absurdo. A própria comunicação interna entre jornalistas e até entre jornalistas e políticos. Eu se calhar antes ligava sempre aos políticos, mas habituei-me a falar com alguns por WhatsApp, e isso ficou. Às vezes facilita bastante porque não é preciso estar a ligar para uma pessoa durante um plenário na Assembleia, basta perguntar se amanhã vai fazer uma declaração, ou se quer reagir sobre e manda-se uma mensagem por WhatsApp e a pessoa responde. Esse hábito que se criou no nosso quotidiano, e mesmo em termos de matéria de relação laboral, ajuda a práticas jornalísticas. Simplificou-se.